



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Eloí Candido de Melo, 477 - Centro - Sarzedo - MG

CEP: 32450-000 CNPJ: 01.612.509/0001-58 Telefone: (31) 3577-7007

Solicitação Nr.: 140/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO - COMPRAS/SERVIÇO
DESCRIÇÃO DO OBJETO

PEDIDO:

Centro de Custo:	010 - Fundo M. de Saúde
Orgão:	02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Unidade:	017 - Fundo M. de Saúde
Nome do Solicitante:	FABIANA CHAVES CABRAL
Data:	16/03/2026
Objeto:	AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ERGONOMICAS PARA ESCRITORIO COM RODINHAS, EM ATENDIMENTO A ASSISTENCIA FARMACEUTICA. EM ADESAO A ATA 936/2025 DO ICISMEP. REFERENTE A PORTARIA GM/MS Nº 4986 DE 07/08/2024 (QUALIFAR-SUS). AGENCIA: 7135-8 CONTA: 17.276-6
Justificativa:	
Observação:	
Responsável:	FABIANA CHAVES CABRAL



AUTORIZAÇÃO - (FASE INTERNA) / PREFEITO

Autorizo o processamento da fase interna da LICITAÇÃO desde que haja regular Pesquisa de Preço, Dotação Orçamentária com disponibilidade de recurso e adequação ao Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Data: __/__/__

RITA DE CASSIA DAS GRAÇAS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL

NOTAÇÃO - ORÇAMENTO / SETOR DE COMPRAS

Certifico que o valor estimado consiste em fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado, em contratação similares e valores constantes de indicadores setoriais oficiais de referência, (Conforme o orçamento em anexo) cujos valores médios são considerados como parâmetro para efeitos de contratação

VALOR ESTIMADO

2.857,00 d. g. 4.762,25

Data: 19/06/26

Claydson Miranda (DIME)
Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG

Assinatura do Responsável

PRC -> 30
Ades -> 36
PRC -> 31



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Eloí Candido de Melo, 477 - Centro - Sarzedo - MG

CEP: 32450-000 CNPJ: 01.612.509/0001-58 Telefone: (31) 3577-7007

Solicitação Nr.: 140/2026



DOTAÇÃO - RECURSOS / SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Sr. Prefeito,
Informa a V. Exa à disponibilidade de recursos, e a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e Leis Orçamentárias (LDO e LOA), com as seguintes dotações:

Atividade: 02017 10.303.1014.2126

Natureza da Despesa: 449052

Fonte de Recurso: 1601.000

Ficha: 481

Data: 13/03/26

[Assinatura]

Assinatura do Responsável

DESPACHO DO PREFEITO

Observadas as formalidades legais autorizo a realização do procedimento LICITATÓRIO para aquisição do OBJETO descrito. Cumpra-se as determinações da Legislação.

Data: / /

[Assinatura]

RITA DE CÁSSIA DAS GRAÇAS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL

ITENS SOLICITADOS

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
1	10	UN	CADEIRA ERGONOMICA PARA ESCRITORIO COM RODINHAS - base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, forrados em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de assento: L51 x C55 / Encosto: A51 x C53 cm. [562126545]	4.76,225	4.762,25

Total Geral: 4.762,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais Fone: (31) 3577- 6531 -

CNPJ: 01.612.509/0001-58

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Aquisição de Cadeiras Giratórias de Escritório para a Central de Abastecimento Farmacêutico e outros estabelecimentos da Assistência Farmacêutica



1 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Central de Abastecimento Farmacêutico realiza atividades administrativas e operacionais relacionadas ao recebimento, conferência, armazenamento, controle e distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Os servidores lotados no setor desempenham atividades contínuas em estações de trabalho que exigem permanência prolongada sentada, utilização de computadores e movimentação frequente entre mesas e bancadas.

Atualmente, parte do mobiliário apresenta **desgaste pelo uso prolongado**, perda de funcionalidade e ausência de características ergonômicas adequadas, o que pode comprometer o conforto, a saúde ocupacional e a produtividade dos servidores.

Diante disso, verifica-se a necessidade de **aquisição de cadeiras giratórias ergonômicas de escritório**, visando garantir condições adequadas de trabalho, segurança e ergonomia aos servidores da Central de Abastecimento Farmacêutico.

2 – ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO:

A aquisição está prevista na Lei Orçamentária Anual e no Plano Anual de Contratações do Município, podendo ser viabilizada através dos recursos financeiros transferidos ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - Qualifar-SUS pela portaria GM/MS nº 4.986, de 07 de agosto de 2024.

A contratação está alinhada às diretrizes de melhoria das condições de trabalho dos servidores, bem como às políticas de saúde ocupacional e ergonomia no ambiente laboral.

A aquisição também se enquadra nas ações de manutenção e modernização do mobiliário administrativo, contribuindo para a eficiência das atividades da Central de Abastecimento Farmacêutico.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para atender à necessidade identificada, as cadeiras deverão possuir, no mínimo, as seguintes características:

- Tipo: cadeira giratória de escritório
- Base giratória com 5 rodízios
- Regulagem de altura a gás
- Assento estofado com espuma de densidade adequada



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais Fone: (31) 3577- 6531 -

CNPJ: 01.612.509/0001-58



- Encosto ergonômico
- Revestimento em tecido ou material sintético de alta resistência
- Apoio de braços (preferencialmente regulável)
- Estrutura resistente para uso contínuo
- Capacidade de carga compatível com uso corporativo
- Conformidade com normas de ergonomia aplicáveis
- Cor predominante: preta

Além disso, o fornecedor deverá garantir:

- Produto novo
- Garantia mínima contra defeitos de fabricação
- Entrega dentro do prazo estabelecido pela Administração

4 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item Quant. Descrição

- | | | |
|---|------------|--|
| 1 | 6 unidades | Aquisição de cadeira com base giratória com 5 rodízios em nylon ou PU, estrutura em aço ou material de alta resistência, regulagem de altura por pistão a gás, assento estofado com espuma de densidade mínima D45, encosto ergonômico para apoio lombar, revestimento em tecido ou couro de alta resistência, capacidade mínima de carga: 120 kg, braços fixos ou reguláveis, cor predominante: preta |
|---|------------|--|

5 – HÁ CONTRATO VIGENTE OU ANTERIOR COM O MESMO OBJETO?

Não.

6 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

O início da vigência da presente contratação está previsto para a seguinte data: a contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

A duração da vigência será: até o final do exercício da contratação, não havendo possibilidade de prorrogação em razão da entrega dos bens ser em parcela única e imediata.

A empresa contratada deverá entregar as cadeiras:

- montadas ou com montagem inclusa na Central de Abastecimento Farmacêutico (Avenida São Lucas, 377 - Bairro Imaculada Conceição - Sarzedo/MG - CEP 32450-000 - Telefone: (31) 3577-7435)
- conforme descrição do objeto.

7 – LEVANTAMENTO DA DEMANDA:

A estimativa preliminar considera a necessidade de substituição e adequação das estações de trabalho da Central de Abastecimento Farmacêutico e outros estabelecimentos da Assistência Farmacêutica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais Fone: (31) 3577- 6531 -

CNPJ: 01.612.509/0001-58



Quantidade estimada: 6 cadeiras giratórias de escritório.

A quantidade poderá ser ajustada após levantamento definitivo das necessidades do setor.

8 – SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO:

Foi realizado levantamento preliminar de mercado, identificando diversos fornecedores capazes de atender às especificações do objeto.

Observou-se ampla disponibilidade de cadeiras ergonômicas no mercado, com variação de preço conforme qualidade dos materiais, recursos ergonômicos e garantia oferecida.

A contratação poderá ocorrer por meio de **processo licitatório na modalidade pregão ou adesão à Ata de Registro de Preços**, preferencialmente na forma eletrônica, por se tratar de bem comum.

9 – ESTIMATIVA DE VALOR:

A estimativa da contratação corresponde ao valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARA OPEBA destinada Assistência Farmacêutica de Sarzedo.

RS 410,00 por unidade

Assim, o valor total estimado da contratação será de aproximadamente:

RS 2.460,00

O valor adotado encontra-se compatível com aquele regularmente registrado em procedimento licitatório realizado por órgão integrante da Administração Pública, constituindo importante parâmetro para aferição da vantajosidade da contratação.

A formalização da adesão ficará condicionada à apresentação da anuência do órgão gerenciador da ata, da concordância da empresa detentora do registro de preços e da demonstração de que a contratação observa os limites legalmente admitidos para adesão, nos termos da legislação vigente.

10 – ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA:

Após análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARA OPEBA, apresenta-se como a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

A realização de procedimento licitatório próprio demandaria prazo significativamente superior para conclusão da contratação, envolvendo elaboração da fase preparatória, pesquisa de preços, análise jurídica, publicação do edital, realização da sessão pública, julgamento, homologação e formalização contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais Fone: (31) 3577- 6531 -

CNPJ: 01.612.509/0001-58

Por outro lado, a adesão à ata possibilita atendimento mais célere da necessidade administrativa já identificada, reduzindo custos operacionais e administrativos relacionados à condução de novo certame, sem prejuízo da observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

Verificou-se ainda que o objeto registrado na ata atende integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, possuindo especificações compatíveis com aquelas necessárias a Assistência Farmacêutica de Sarzedo.

A solução escolhida também proporciona maior eficiência administrativa, uma vez que aproveita procedimento licitatório regularmente realizado por órgão público, com preços previamente registrados, condições de fornecimento definidas e fornecedor habilitado.

Registra-se, ainda, que a adesão somente será efetivada após manifestação favorável do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços e concordância expressa da empresa MUNDO OFFICE LTDA, detentora do registro de preços.

A Administração deverá verificar previamente o atendimento dos limites quantitativos previstos na legislação aplicável às adesões a atas de registro de preços, bem como demonstrar formalmente, nos autos do processo administrativo, a vantagem da contratação em comparação à realização de novo procedimento licitatório, mediante análise dos aspectos econômicos, operacionais e temporais envolvidos.

Diante desses elementos, conclui-se que a adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025 representa a alternativa mais adequada, econômica e eficiente para atendimento da necessidade pública identificada.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a contratação pretende-se alcançar:

- melhoria das condições ergonômicas de trabalho;
- maior conforto e segurança aos servidores;
- aumento da eficiência nas atividades administrativas;
- padronização do mobiliário da Central de Abastecimento Farmacêutico.

12 – PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Não são necessárias adequações estruturais relevantes para instalação do equipamento. A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de servidores aptos a acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS:

Preferencialmente, os produtos deverão ser fabricados com materiais duráveis e que atendam às normas ambientais aplicáveis, buscando reduzir impactos ambientais decorrentes da produção e descarte de mobiliário.

14 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

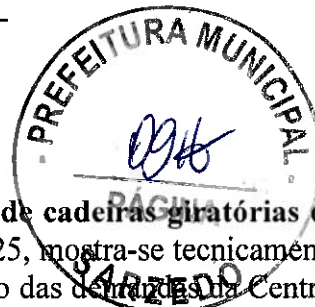


PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais Fone: (31) 3577- 6531 -

CNPJ: 01.612.509/0001-58



O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que a **aquisição de cadeiras giratórias de escritório**, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025, mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e necessária para atendimento das demandas da Central de Abastecimento Farmacêutico, contribuindo para melhores condições de trabalho e para a eficiência das atividades desenvolvidas no setor.

Sarzedo, 23 de junho de 2026.

Graciane da Silva Lana

Central de Abastecimento Farmacêutico
Secretaria Municipal de Saúde de Sarzedo





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

Registre-se que, caso as informações constantes neste instrumento conflitem com as estabelecidas no respectivo edital e seus anexos, prevalecerá o texto indicado neste Termo de Referência.

ÁREA DEMANDANTE/SIGLA: Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica

1 - DEFINIÇÃO COMPLETA DO OBJETO

1.1- Descrição do objeto:

Aquisição, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARA OPEBA destinada Assistência Farmacêutica de Sarzedo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas – base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, forrados em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento: L51 x C55 cm / Encosto: A51 x C53 cm. Marca / Modelo: RHODES - GIRATORIO	UNIDADE	6	R\$ 410,00	R\$ 2460,00

1.2 - Agrupamento de itens:

A presente contratação será por:

(x) Itens isolados.

() Grupo de Itens/Lote. A justificativa deverá ser registrada no tópico 5 deste TR.

1.3 - Os recursos financeiros utilizados serão os transferidos ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - Qualifar-SUS pela portaria GM/MS nº 4.986, de 07 de agosto de 2024.

2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ETP

2.1 O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, possuir registro válido junto à ANVISA, garantia mínima de 12 meses, instalação e treinamento inclusos.

A contratada deverá apresentar documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

ETP: Presente.

2.2 – ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal nº 1.643/2024

☒ (x) Presente

☐ Ausente. Justificativa para ausência: Dispensado o ETP por tratar-se de itens cuja compra é rotina deste órgão, nos termos do Decreto Municipal nº 1.636/2024 e processos anteriores.

3 - VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E INDICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO

3.1 O início da vigência da presente contratação está previsto para a seguinte data:

A contar da data de publicação da ARP.

3.2 - A duração da vigência será:

☒ (x) Pelo seguinte número de meses: 12

☐ () Até o final do exercício da contratação.

3.3 - Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado:

☒ (X) Não se aplica.

☐ () Sim. Justificativa:

3.4 - Há possibilidade de prorrogação?

☐ () Não. Em razão de: a entrega dos bens ser em parcela única e imediata.

☒ (x) Sim. Número de meses 12 meses. Fundamento legal: Artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

4 - EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - A gestão da contratação será atribuída ao titular do seguinte servidor:

Greiciane da Silva Lara – Mat 5707 – Farmacêutica

4.2 - Entrega em parcela única.

Prazo de entrega: conforme condições da Ata de Registro de Preços aderida.

Local: Avenida São Lucas, 377 – Bairro Imaculada Conceição – Sarzedo / MG.

Regras de execução:

a) realizar entrega e testes operacionais;

b) garantir assistência técnica durante o período de garantia;

c) substituir componentes defeituosos sem ônus para a Administração;

d) apresentar manuais e documentação técnica em português.

4.3 - O faturamento será realizado:

☒ (X) Ao final da entrega do bem

☐ () Por evento.

☐ () Da seguinte forma:

4.4 - A entrega do(s) bem(ns) será feita pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para a PMS.

5 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Assistência farmacêutica de Sarzedo constitui importante setor integrante da rede municipal de saúde, responsável pela prestação de serviços assistenciais à população do Município de Sarzedo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024



Considerando a necessidade de manutenção de condições adequadas para prestação de serviços, verificou-se a necessidade de aprimoramento da infraestrutura disponível, especialmente no que se refere aos equipamentos utilizados no momento da dispensação de medicamentos.

A insuficiência ou inadequação de equipamentos dessa natureza pode comprometer a qualidade da assistência prestada e impactar diretamente a segurança ergonômica dos profissionais envolvidos no atendimento.

A demanda foi identificada pelas Farmacêuticas do município durante a supervisão das atividades desenvolvidas nos PSF's, constatando-se a necessidade de disponibilização de equipamento compatível com os padrões das unidades.

6 – JUSTIFICATIVAS DO QUANTITATIVO SOLICITADO:

Aquisição de 06 unidades, correspondente à necessidade identificada pela Assistência Farmacêutica Municipal para atendimento da estrutura das farmácias.

7 JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE MARCAS:

Não houve exigência de marca.

8 JUSTIFICATIVA DA ADESÃO À ATA:

A adesão à Ata de Registro de Preços nº 0011/2027 mostra-se mais vantajosa que a realização de novo procedimento licitatório, proporcionando maior celeridade, redução de custos administrativos e atendimento imediato da necessidade pública.

9 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será formalizada por:

(x) Termo de adesão/Ata de Registro de Preços.

() Nota de empenho (por se tratar de situação prevista nos incisos I ou II do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).

10 DISPOSIÇÕES SOBRE POSSÍVEIS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

A contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável quanto à fabricação, transporte e descarte de componentes eventualmente substituídos.

11 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Fornecedor registrado na ata:

MUNDO OFFICE LTDA

CNPJ nº 23.317.916/0001-75

12 DATA E ASSINATURAS

Sarzedo/MG, 23 de junho de 2026


Greiciane da Silva Lara – Farmacêutica da CAF de Sarzedo





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Secretaria Municipal de Saúde

SOLICITAÇÃO DE ADESÃO "CARONA"

Data: 22 de abril de 2026

Ofício Nº:022/2026



À

INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARAÓPEBA
Controle de Contratos

Rua Orquídeas nº 489, B. Flor de Minas – São Joaquim de Bicas/MG

Tel: (31) 2571-3026 ou (31) 3512-4411 – Setor de Referência Técnica

Assunto: Adesão na Ata de Registro de Preços

Prezado(a),

Segue a manifestação de interesse deste Órgão em aderir à Ata de Registro de Preços Nº 936/2025 originada do Pregão Eletrônico nº 89/2025 da **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARAÓPEBA**, no intuito de adquirir o item registrado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas – base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, forrados em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento: L51 x C55 cm / Encosto: A51 x C53 cm. Marca / Modelo: RHODES - GIRATORIO	UNIDADE	10	R\$ 410,00	R\$ 4100,00

Em caso de inexistência de empecilho à referida adesão, solicitamos que a resposta favorável à adesão seja acompanhada da seguinte informação: "Há saldo disponível para esta adesão e que a mesma não trará qualquer prejuízo para a contratação original".

Atenciosamente,

Greiciane da Silva Lara

Greiciane da Silva Lara

Farmacêutica

SECRETARIA DE SAÚDE DE SARZEDO

CAF - CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO

31. 3577-7435

Avenida São Lucas | 377 | Imaculada

CEP 32450-000 | Sarzedo | Minas Gerais

caf@sarzedo.mg.gov.br



OFÍCIO Nº 338/2026 – DIR.CC.LOG / ICISMEP

São Joaquim de Bicas/MG, 22 de abril de 2026.

À Senhora
Greiciane da Silva Lara
Farmacêutica – Secretária de Saúde
Município de Sarzedo/MG



Assunto: Autorização para adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025 em vigência até o dia 07/01/2027, oriunda do Processo Licitatório nº 134/2025 - Pregão Eletrônico nº 89/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP.

Prezada,

Em atenção ao Ofício nº 022/2026 e em conformidade com as disposições contidas na Ata de Registro de Preços supracitada, informamos que, após confirmada a disponibilidade pelo setor competente, fica **AUTORIZADA** a adesão conforme abaixo detalhado:

Nº DA ATA	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE SOLICITADA	QUANTIDADE AUTORIZADA
936/2025	15	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas – base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, forrados em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento: L51 x C55 cm / Encosto: A51 x C53 cm.	10	10

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Bárbara Moutinho Dornelas
Licitações e Contratos – ICISMEP

De acordo:

Vivian Taborda Alvim
Diretora de Compras, Contratações e Logística - ICISMEP



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C8ED-F660-B5D0-9FB9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ BÁRBARA MOUTINHO DORNELAS (CPF 018.XXX.XXX-05) em 22/04/2026 11:01:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ VIVIAN TABORDA ALVIM (CPF 055.XXX.XXX-09) em 22/04/2026 11:03:42 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://icismep.1doc.com.br/verificacao/C8ED-F660-B5D0-9FB9>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Secretaria Municipal de Saúde

SOLICITAÇÃO DE ADESAO "CARONA"

Data: 23 de junho de 2026

Ofício Nº:034/2026

À

MUNDO OFFICE LTDA

Rua da Suíça, no 261, Bairro Jardim Casa Branca

Betim - MG, CEP: 32.656-650

Fone (31) 3532-1006,



Assunto: Adesão na Ata de Registro de Preços

Prezado(a),

Segue a manifestação de interesse deste Órgão em aderir à Ata de Registro de Preços Nº 936/2025 originada do Pregão Eletrônico nº 89/2025 da **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARAÓPEBA**, no intuito de adquirir o item registrado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas – base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, forrados em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento: L51 x C55 cm / Encosto: A51 x C53 cm. Marca / Modelo: RHODES - GIRATORIO	UNIDADE	10	R\$ 410,00	R\$ 4100,00

Em caso de inexistência de empecilho à referida adesão, solicitamos que a resposta favorável à adesão seja acompanhada da seguinte informação: "Há saldo disponível para esta adesão e que a mesma não trará qualquer prejuízo para a contratação original".

Atenciosamente,

Greiciane da Silva Lara

Farmacêutica

SECRETARIA DE SAÚDE DE SARZEDO

CAF - CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO

31. 3577-7435

Avenida São Lucas | 377 | Imaculada

CEP 32450-000 | Sarzedo | Minas Gerais

caf@sarzedo.mg.gov.br



MUNDO OFFICE LTDA

CNPJ. 23.317.916/0001-75 - INSCRIÇÃO ESTADUAL. 002630994.00-07

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Secretaria de Saude de Sarzedo -CAF



RESPOSTA AO OFICIO Nº 0034/2026

ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aceite de Fornecimento - Ata de Registro de Preços nº 936/2025 – Instituição de Cooperação internacional do medio paraopeba, referente ao ,Pregão Eletronico nº 089/2025.

Prezados Senhores

A Empresa MUNDO OFFICE LTDA, Ltda,CNPJ 23.317.916/0001-75 concorda e autoriza a adesão de Ata de Registro de Preços citada a cima, junto a Secretaria Municipal de Sarzedo/MG, referente aos Moveis constante na Ata de Registro de Preços nº 936/2025 do Pregão Eletronico nº 089/2025.

Sem mais,

Betim, 23 de Junho de 2026

Assinado de forma digital
por LUCIANO FIGUEIREDO
FELICIO:03839547628
Dados: 2026.06.23 10:08:48
+03'00'

MUNDO OFFICE LTDA
LUCIANO FIGUEIREDO FELICIO
Representante
RG: M8.121.238- SSP/MG
CPF: 038.395.476-28

23.317.916/0001-75
Insc. Est. 002630994.00-07
MUNDO OFFICE LTDA
Rua da Suíça, N° 261
B.Js d'Im Casa Branca, CEP:32.656-650
BETIM - MG



140/2026

Pesquisa iniciada no dia 09/06/2026 10:25
IP: 45.185.44.207



Prefeitura Municipal de Sarzedo/ MG
CNPJ: 01.612.509/0001-5
Responsável: Dime
Matrícula: 10001



Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos

Conforme Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133), no Artigo 3°: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
Aquisição de cadeiras para Departamento Obras -- Proc. Administrativo	3	R\$ 498,30	1.00	R\$ 498,30
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE ITATINGA				CNPJ
Razão Social do Fornecedor				04.033.848/0001-78
1 BAURUINFO COMERCIAL LTDA				
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...ais/46634127000163/2026/000529	6.00	06/03/2026	R\$ 615,00
Órgão/Empresa/Site: CAMARA MUNICIPAL DE ITATINGA				CNPJ
Razão Social do Fornecedor				17.534.400/0001-80
2 RENATO RAVELLI NUNES BALDASSARE				
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...ais/57269177000105/2025/000098	7.00	02/10/2025	R\$ 450,00
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE ITATINGA				CNPJ
Razão Social do Fornecedor				74.312.513/0001-74
3 FELICIANO & CIA LTDA				
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...ais/46634127000163/2025/002055	2.00	19/12/2025	R\$ 429,90

Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 498,30

Valor Total da Cotação: R\$ 498,30

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: Aquisição de cadeiras para Departamento Obras -- Proc. Administrativo ...

Quantidade: 1.0000 UN

Descrição:

Aquisição de cadeiras para Departamento Obras -- Proc. Administrativo 525/2026

Justificativas:

Preço (PNCP) [1]

R\$ 615,00

Órgão

MUNICIPIO DE ITATINGA

Objeto

Aquisição de cadeiras para Departamento Obras -- Proc. Administrativo 525/2026

Descrição

Aquisição de cadeiras para Departamento Obras -- Proc. Administrativo 525/2026 / CADEIRA DE ESCRITÓRIO CADEIRA DE ESCRITÓRIO

Dados

Data de homologação: 06/03/2026 - 00:00:00

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Fonte: PNCP

Código do item: -

Lote/Item: 1

Identificação: <https://pncp.gov.br/app/editais/46634127000163/2026/000529>

Quantidade: 6.00

Unidade: UNIDADE

UF: SP

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: BAURUINFO COMERCIAL LTDA

CNPJ: 04.033.848/0001-78

Porte: EPP



140/2026

Pesquisa iniciada no dia 09/06/2026 10:25
IP: 45.185.44.207Prefeitura Municipal de Sarzedo/ MG
CNPJ: 01.612.509/0001-5
Responsável: Dime
Matrícula: 10001

R\$ 450,00

UF: SP

Preço (PNCP) [2]**Órgão**

CAMARA MUNICIPAL DE ITATINGA

Objeto

Aquisição de mobiliário para Câmara Municipal

Descrição

Aquisição de mobiliário para Câmara Municipal / Cadeira para escritório Cadeira para escritório

Dados

Data de homologação:	02/10/2025 - 00:00:00	Modalidade:	Dispensa	SRP:	NÃO
Fonte:	PNCP	Código do item:	-	Lote/Item:	1
Identificação:	https://pncp.gov.br/app/editais/57269177000105/2025/000098				
Quantidade:	7.00	Unidade:	UNIDADE	UF:	SP
Ajuste de frete:	Não se aplica		Valor do frete:	R\$ 0,00	
Fabricante:	PNCP Não disponibiliza essa informação.				
Marca:	-	Modelo:	-		
Registro ANVISA:	-				

Fornecedor

Razão Social: RENATO RAVELLI NUNES BALDASSARE
CNPJ: 17.534.400/0001-80 **Porte:** ME
UF: SP

R\$ 429,90

Preço (PNCP) [3]**Órgão**

MUNICIPIO DE ITATINGA

Objeto

Aquisição de 2 Cadeiras de escritório giratória com rodinhas para o RH da Prefeitura - Proc. Administrativo 3.306/2025

Descrição

Aquisição de 2 Cadeiras de escritório giratória com rodinhas para o RH da Prefeitura - Proc. Administrativo 3.306/2025 / CADEIRA DE ESCRITÓRIO CADEIRA DE ESCRITÓRIO

Dados

Data de homologação:	19/12/2025 - 00:00:00	Modalidade:	Dispensa de Licitação	SRP:	NÃO
Fonte:	PNCP	Código do item:	-	Lote/Item:	1
Identificação:	https://pncp.gov.br/app/editais/46634127000163/2025/002055				
Quantidade:	2.00	Unidade:	UNIDADE	UF:	SP
Ajuste de frete:	Não se aplica		Valor do frete:	R\$ 0,00	
Fabricante:	PNCP Não disponibiliza essa informação.				
Marca:	-	Modelo:	-		
Registro ANVISA:	-				

Fornecedor

Razão Social: FELICIANO & CIA LTDA
CNPJ: 74.312.513/0001-74 **Porte:** ME
UF: SP

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e



140/2026

Pesquisa iniciada no dia 09/06/2026 10:25
IP: 45.185.44.207



Prefeitura Municipal de Sarzedo/ MG
CNPJ: 01.612.599/0001-5
Responsável: Dime
Matrícula: 10001



decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

Preço estimado dos itens calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - Aquisição de cadeiras para Departamento Obras – Proc. Administrativo 525/2026

- 1 preço via PNCP, coletado no dia 06/03/2026 - 00:00:00, calculado pela fórmula proposta_fornecedor_vencedor.
- 1 preço via PNCP, coletado no dia 02/10/2025 - 00:00:00, calculado pela fórmula proposta_fornecedor_vencedor.
- 1 preço via PNCP, coletado no dia 19/12/2025 - 00:00:00, calculado pela fórmula proposta_fornecedor_vencedor.

Descrição das fórmulas utilizadas



140/2026

Pesquisa iniciada no dia 09/06/2026 10:25
IP: 45.185.44.207



Prefeitura Municipal de Sarzedo/ MG
CNPJ: 01.612.509/0001-5
Responsável: Dime
Matrícula: 10001



INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

BAURUINFO COMERCIAL LTDA

CNPJ: 04.033.848/0001-78
EMAIL: ascon.contabil@terra.com.br
TELEFONE: (14) 3848-1351
ENDEREÇO: Não Informado

FELICIANO & CIA LTDA

CNPJ: 74.312.513/0001-74
EMAIL: Não Informado
TELEFONE: Não Informado
ENDEREÇO: Não Informado

RENATO RAVELLI NUNES BALDASSARE

CNPJ: 17.534.400/0001-80
EMAIL: safcontabil@terra.com.br
TELEFONE: (14) 3882-0263 / (14) 3814-4192 / (14) 3882-0263
ENDEREÇO: Não Informado



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
ASI - Mapa de Apuração

Número da Cotação: 126
Data: 09/06/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ERGONOMICAS PARA ESCRITORIO COM RODINHAS, EM ATENDIMENTO A ASSISTENCIA FARMACEUTICA. EM ADESAO A ATA 936/2025 DO ICISMEP. REFERENTE A PORTARIA GM/MS Nº 4986 DE 07/08/2024 (QUALIFAR-SUS). AGENCIA: 7135-8 CONTA: 17.276-6

Sequencial	Material	Especif	Descrição do Produto	Propostas	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor Médio	Quantidade	Valor Total
1	562126545	1	CADEIRA ERGONOMICA PARA ESCRITORIO COM RODINHAS	4	410,0000	615,0000	476,2250	10	4.762,2500
Total Geral:					410,0000	615,0000	476,2250		

Total Geral do Valor Mínimo: 4.100,0000
Total Geral do Valor Médio: 4.762,2500
Total Geral do Valor Máximo: 6.150,0000

Observações: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ERGONOMICAS PARA ESCRITORIO COM RODINHAS, EM ATENDIMENTO A ASSISTENCIA FARMACEUTICA. EM ADESAO A ATA 936/2025 DO ICISMEP. REFERENTE A PORTARIA GM/MS Nº 4986 DE 07/08/2024 (QUALIFAR-SUS). AGENCIA: 7135-8 CONTA: 17.276-6

Responsável
Claydson Miranda (DIME)
Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG



112

113

114

115

116

Diário Oficial

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SARZEDO – MG

DIÁRIO OFICIAL DE SARZEDO - EDIÇÃO: 2113, terça-feira, 23 de junho de 2026 www.sarzedo.mg.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG – AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – O Município de Sarzedo torna público CONTRATAÇÃO DIRETA por dispensa de valor, pagamento de despesa com taxa de anotação de responsabilidade técnica (ART) – Solicitação Nº 309/2026, PAGAMENTO DE TAXA DE ART (CREA-MG) REFERENTE A FISCALIZAÇÃO DE OBRA DE DUPLICAÇÃO RODOVIA MG TRECHO 04 NO MUNICÍPIO DE SARZEDO, o pagamento será realizado para o CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, CNPJ 17.254.509/0001-63, no valor total R\$ 108,39 (cento e oito reais e trinta e nove centavos). A publicação disponível no site: www.sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo, 23 de junho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG – AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – A Prefeita Municipal de Sarzedo, no uso de suas atribuições legais, AUTORIZA a “Aquisição de kits de enxoval para bebê, referente ao Projeto Filhos de Minas, instituído pela Resolução SES/MG n.º 9984/2025, para concessão às gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família, utilizando-se da Ata de Registro de Preços n.º 65/2025, da SES/MG na qual o Município de Sarzedo figura como participante”, junto a empresa **Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda** - CNPJ: 79.788.766/0027-71, no valor total de **R\$ 24.186,75 (vinte e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)** Sarzedo, 23 de junho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO - AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 936/2025 – O Município de Sarzedo, torna público seu interesse em aderir a Ata de Registro de Preços n.º 936/2025 – oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, do ICISMEP (Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba). **Objeto:** “Registro de preços para a futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender as demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP”, conforme especificações constantes nos Anexos do edital supra. **Detentora da ata:** MUNDO OFFICE LTDA. Esta contratação visa atender a Secretaria Municipal de Saúde – CAF (Central de Abastecimento Farmacêutico). Sarzedo/MG, 23 de junho de 2026.

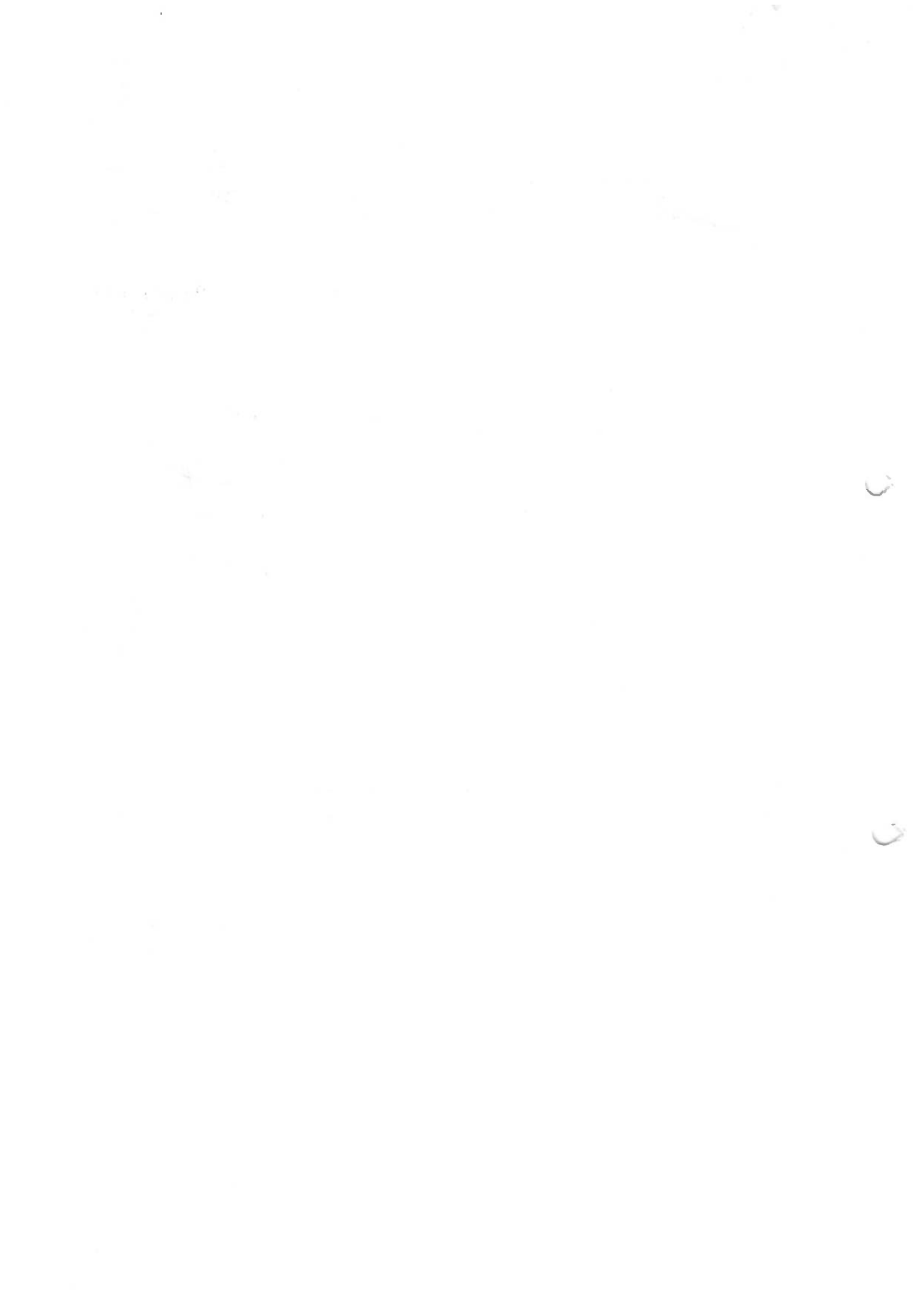
DOE – Diário Oficial Eletrônico de Sarzedo

Rita de Cassia das Graças Santos
Prefeita Municipal
Criado pela lei Municipal
Nº 651 de dezembro de 2014.
www.sarzedo.mg.gov.br

Distribuição: Protocolo Geral
Prefeitura Municipal de Sarzedo: Rua
Eduardo Cozac, 315– Centro /MG.
CEP. 32450-000 / FONE: (31)3577-7007
Assinatura Digital: Ademir Alves dos
Reis

ADEMIR
ALVES DOS
REIS:0864359
0630

Assinado de forma
digital por ADEMIR
ALVES DOS
REIS:08643590630
Dados: 2026.06.23
16:51:53 -03'00'





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Despacho
DESPACHO



ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 36/2026.

REFERÊNCIA: Aquisição de cadeiras ergonômicas para escritório com rodinhas, em atendimento a Assistência Farmacêutica, através de adesão a Ata de Registro de Preços nº 936/2025 do Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba

Prezados,

Vieram os autos para manifestação jurídica acerca de processo administrativo que objetiva a adesão a ata de registro de preços para aquisição de cadeiras ergonômicas para escritório, com rodinhas, em atendimento à Assistência Farmacêutica.

Em análise à documentação encaminhada, identificou-se a necessidade de complementação e saneamento da instrução processual antes do prosseguimento do feito, conforme apontamentos a seguir.

O Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade evidenciar o problema a ser resolvido, a necessidade administrativa e a melhor solução para a contratação, mediante análise técnica e econômica das alternativas existentes.

No caso em exame, verifica-se que o tópico referente ao levantamento da demanda não apresenta, de forma suficiente, a necessidade de substituição ou aquisição das cadeiras, como, por exemplo, a existência de novos servidores, cadeiras desgastadas ou inadequadas, tampouco justifica o quantitativo solicitado, qual seja, 06 cadeiras.

Outro ponto que merece destaque refere-se as soluções existentes no mercado. Em análise ao referido tópico, verifica-se a ausência de avaliação das alternativas possíveis, como a realização de processo licitatório próprio ou a adesão à ata de registro de preços, sendo apenas mencionadas as formas de contratação. Nesse ponto, recomenda-se justificar as especificações técnicas das cadeiras pretendidas, bem como demonstrar as razões pelas quais a adesão a ata de registro de preços se apresenta como a melhor via para a aquisição.

Quanto ao Termo de Referência, recomenda-se atenção a previsão de possibilidade de prorrogação, considerando que a presente contratação aparenta envolver entrega única. Além disso, também se verifica a ausência de justificativa para o quantitativo solicitado.

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ademais, tanto o ETP quanto o Termo de Referência não estabelecem, de forma adequada, os requisitos mínimos para a escolha do fornecedor, especialmente quanto às condições de habilitação e qualificação técnica necessárias à execução do objeto.

Verifica-se, ainda, a necessidade de correção da referência a ata de registro de preços no Termo de Referência, tendo em vista a incompatibilidade das informações quanto a numeração indicada.

Recomenda-se, também, a inclusão de cláusulas essenciais, tais como prazo de entrega, obrigações da contratada e da contratante, prazo e condições de pagamento.

Em relação aos ofícios de autorização para adesão, necessária a retificação dos documentos, tendo em vista a contradição quanto ao quantitativo a ser aderido, uma vez que as solicitações de autorização indicam 10 unidades, enquanto o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência indicam 06 unidades.

Quanto à instrução processual, constata-se a necessidade de inclusão dos seguintes documentos:

- a) comprovante de publicação do edital;
- b) edital licitatório na íntegra;
- c) minuta da ata de registro de preços ou termo de adesão; e
- d) Portaria GM/MS nº 4.986/2024, que subsidiará a aquisição.

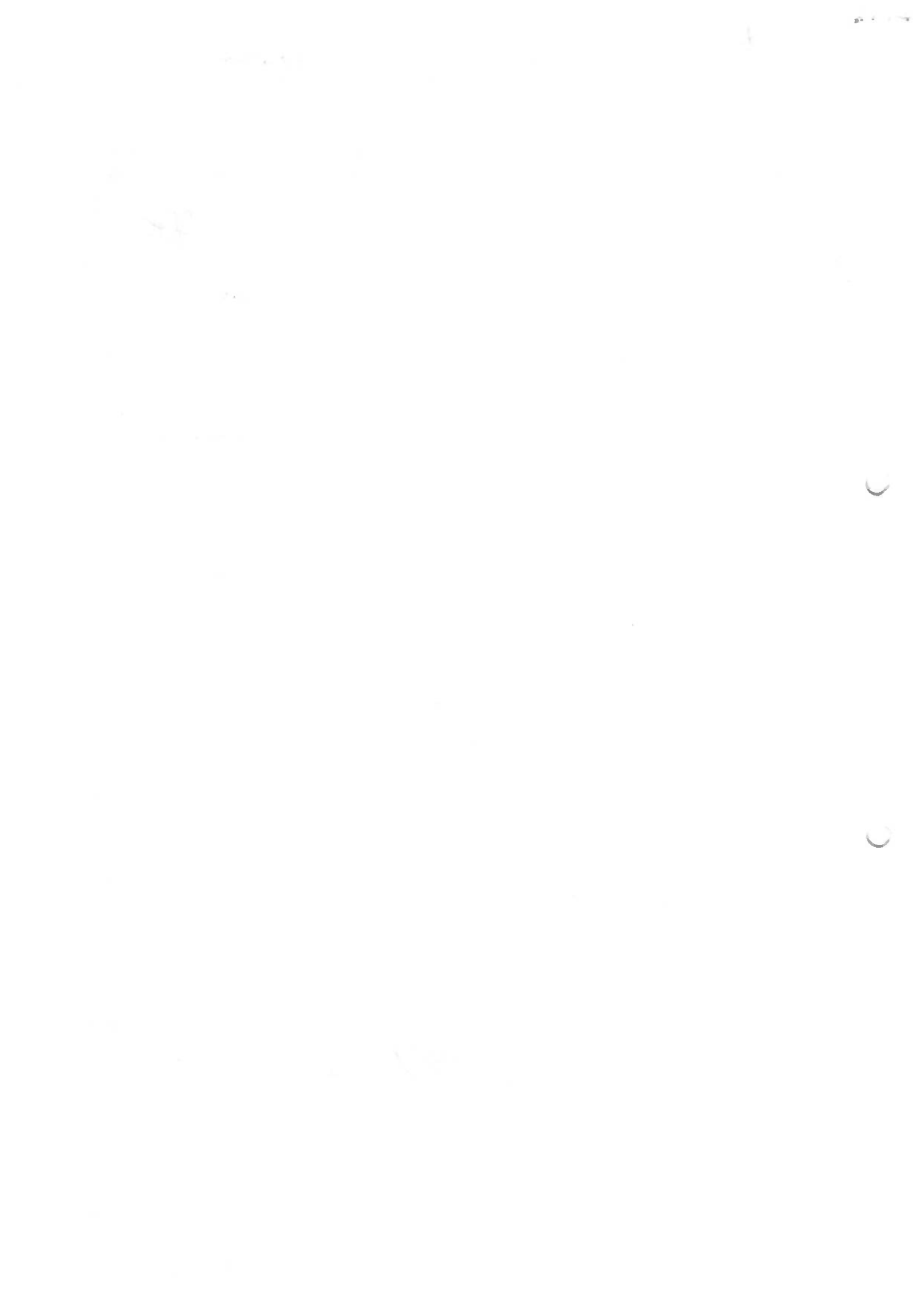
Por fim, quanto a documentação da empresa licitante, recomenda-se a inclusão da certidão negativa correcional dos representantes legais da empresa.

Diante do exposto, recomenda-se o retorno dos autos para adoção das providências acima indicadas, com a devida complementação e saneamento da instrução processual, antes do prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Sarzedo/MG, 10 julho de 2026.


Dra. Fabiana da Conceição Gomes Pinheiro
Procuradora Geral do Município
OAB/MG 154.826





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

Registre-se que, caso as informações constantes neste instrumento conflitem com as estabelecidas no respectivo edital e seus anexos, prevalecerá o texto indicado neste Termo de Referência.

ÁREA DEMANDANTE/SIGLA: Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica

1 - DEFINIÇÃO COMPLETA DO OBJETO

1.1 - Descrição do objeto:

Aquisição, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARAÓPEBA destinada Assistência Farmacêutica de Sarzedo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas -- base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, forrados em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento: L51 x C55 cm / Encosto: A51 x C53 cm. Marca / Modelo: RHODES - GIRATORIO	UNIDADE	6 ou 10?	R\$ 410,00	R\$ 2460,00

1.2 - Agrupamento de itens:

A presente contratação será por:

(x) Itens isolados.

() Grupo de itens/Lote. A justificativa deverá ser registrada no tópico 5 deste TR.

1.3 - Os recursos financeiros utilizados serão os transferidos ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - Qualifar-SUS pela portaria GM/MS nº 4.986, de 07 de agosto de 2024.

1.4 – Estimativa de Valor:

A estimativa da contratação corresponde ao valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARAÓPEBA, cuja a detentora é a empresa MUNDO OFFICE LTDA. R\$ 410,00 por unidade, totalizando R\$ 2.460,00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
SETOR DE COMPRAS - SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024



2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ETP

2.1 No presente caso é indispensável a apresentação de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e de qualificação econômico-financeira, dentro daqueles previstos nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/21, ademais, os itens entregues deverão ser novos, com no mínimo 12 meses de garantia, a contar da emissão da Nota Fiscal, contra quaisquer defeitos de fabricação e também devidamente embalados e protegidos.

2.2 – ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

☒ (x) Presente

☐ () Ausente. **Justificativa para ausência:** Dispensado o ETP por tratar-se de itens cuja compra é rotineira deste órgão, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.636/2024 e processos anteriores.

3 - VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E INDICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO

3.1 O início da vigência da presente contratação está previsto para a seguinte data:

A contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

3.2 - A duração da vigência será:

☐ () Pelo seguinte número de meses: 12

☒ (x) Até o final do exercício da contratação.

3.3 - Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado:

☒ (X) Não se aplica.

☐ () Sim. Justificativa:

3.4 - Há possibilidade de prorrogação?

☒ (x) Não. Em razão de: a entrega dos bens ser em parcela única e imediata.

☐ () Sim. Número de meses 12 meses. Fundamento legal: Artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021.

4 - EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - A gestão da contratação será atribuída ao titular do seguinte servidor:

Franciele Penha Chaves da Silva – Farmacêutica – Matrícula: 11751

4.2 - Em razão da natureza do objeto, do volume de bens e seus valores, a fiscalização:

☐ () será exercida pelo próprio gestor

☒ (x) pelo seguinte servidor: Greiciane da Silva Lara - Matrícula: 5707 - Farmacêutica

☐ () após a contratação, será designado pelo gestor servidor lotado em setor sob sua supervisão hierárquica.

☐ () será nomeada comissão para recebimento provisório e definitivo dos bens em ato próprio pela diretoria ou autoridade equivalente, a qual compete as seguintes funções.

4.3 - O faturamento será realizado:

☒ (X) Ao final da entrega do bem

☐ () Por evento.

☐ () Da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

4.4- A forma de entrega dos bens é:

- (x) Única, para todos os itens.
() Única, para todos os itens exceto o item
() Parcelada Para todos os itens
() Parcelada para os itens



4.5.1 - Forma de parcelamento:

Não se aplica

4.6 - O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento, no seguinte setor:

- Setor de Patrimônio – Rua Eduardo Cozac, n.º 369, Bairro Centro, Sarzedo/MG – aos cuidados da Sra. Roseli Nascimento, mediante agendamento por meio dos telefones (31) 3577-7440 e (31) 9 9141-4354, ou pelo e-mail: patrimonio@sarzedo.mg.gov.br, no horário entre 08:00 e 16:00, nos dias úteis

4.7 - Regras para a entrega do objeto:

- a) A entrega do(s) bem(ns) será feita pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para a PMS.
- b) Não serão aceitos produtos com quaisquer defeitos de fabricação componentes faltantes.
- c) O recebimento dos produtos será provisório, ou seja, sem verificação imediata. Os produtos serão conferidos posteriormente de forma minuciosa e, em caso de aprovação, será confirmado como recebimento definitivo, no prazo de 3 dias úteis.
- d) Sendo reprovados os produtos, a fornecedora será convidada a recolher e substituir em prazo não superior a 48 horas, sem quaisquer ônus para a SMS.
- e) Não serão aceitos produtos fora da embalagem original ou com embalagem adulterada, violada ou danificada

5 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Central de Abastecimento Farmacêutico realiza atividades administrativas e operacionais relacionadas ao recebimento, conferência, armazenamento, controle e distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Os servidores lotados no setor desempenham atividades contínuas em estações de trabalho que exigem permanência prolongada sentada, utilização de computadores e movimentação frequente entre mesas e bancadas.

Atualmente, parte do mobiliário apresenta desgaste pelo uso prolongado, perda de funcionalidade e ausência de características ergonômicas adequadas, o que pode comprometer o conforto, a saúde ocupacional e a produtividade dos servidores.

Diante disso, verifica-se a necessidade de aquisição de cadeiras giratórias ergonômicas de escritório,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

visando garantir condições adequadas de trabalho, segurança e ergonomia aos servidores da Central de Abastecimento Farmacêutico.

5.1 - JUSTIFICATIVAS DO QUANTITATIVO SOLICITADO:

A estimativa considera a necessidade de substituição e adequação das estações de trabalho da Central de Abastecimento Farmacêutico e outros estabelecimentos da Assistência Farmacêutica, que totalizam 6 unidades.

5.2 - JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE MARCAS:

Não houve exigência de marca.



6 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será formalizada por:

(x) Termo de adesão/Ata de Registro de Preços.

() Nota de empenho (por se tratar de situação prevista nos incisos I ou II do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.1 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência, registro e validade;
- Todos os produtos deverão observar rigorosamente as determinações legais no que tange ao registro, autorização de produção, ao armazenamento e à comercialização nos órgãos competentes;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o item que for considerado defeituoso pelo requisitante;
- Entregar os produtos em suas embalagens originais e em perfeitas condições;
- Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
- Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal nº 1.643/2024

6.2 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.
- Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.
- Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
- Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

7 DISPOSIÇÕES SOBRE POSSÍVEIS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

Não se aplica.

8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Fornecedor detentor da referida ARP:

MUNDO OFFICE LTDA

CNPJ nº 23.317.916/0001-75

9 DATA E ASSINATURAS

Sarzedo/MG, 21 de julho de 2026



Greiciane da Silva Lara – Farmacêutica da CAF de Sarzedo



Estudo Técnico Preliminar (ETP)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Aquisição de Cadeiras Giratórias de Escritório para a Central de Abastecimento Farmacêutico e outros estabelecimentos da Assistência Farmacêutica

1 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Central de Abastecimento Farmacêutico realiza atividades administrativas e operacionais relacionadas ao recebimento, conferência, armazenamento, controle e distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Os servidores lotados no setor desempenham atividades contínuas em estações de trabalho que exigem permanência prolongada sentada, utilização de computadores e movimentação frequente entre mesas e bancadas.

Atualmente, parte do mobiliário apresenta **desgaste pelo uso prolongado**, perda de funcionalidade e ausência de características ergonômicas adequadas, o que pode comprometer o conforto, a saúde ocupacional e a produtividade dos servidores.

Diante disso, verifica-se a necessidade da substituição das cadeiras em questão, visando garantir condições adequadas de trabalho, segurança e ergonomia aos servidores da Central de Abastecimento Farmacêutico.

2 – ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO:

A aquisição está prevista na Lei Orçamentária Anual e no Plano Anual de Contratações do Município, podendo ser viabilizada através dos recursos financeiros transferidos ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - Qualifar-SUS pela portaria GM/MS nº 4.986, de 07 de agosto de 2024.

A contratação está alinhada às diretrizes de melhoria das condições de trabalho dos servidores, bem como às políticas de saúde ocupacional e ergonomia no ambiente laboral.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os requisitos da contratação são condições indispensáveis para atendimento da demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade para possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. No presente caso é indispensável a apresentação de habilitação jurídica, técnica (que será descrita no termo de referência), fiscal, social e trabalhista e de qualificação econômico-financeira, dentro daqueles previstos nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/21.



4 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Quant.	Descrição
------	--------	-----------

- | | | |
|---|------------|---|
| 1 | 6 unidades | Cadeira com base giratória com 5 rodízios em nylon ou PU, estrutura em aço ou material de alta resistência, regulagem de altura por pistão a gás, assento estofado com espuma de densidade mínima D45, encosto ergonômico para apoio lombar, revestimento em tecido ou couro de alta resistência, capacidade mínima de carga: 120 kg, braços fixos ou reguláveis, cor predominante: preta |
|---|------------|---|

5 – HÁ CONTRATO VIGENTE OU ANTERIOR COM O MESMO OBJETO?

Não.

6 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

As cadeiras deverão ser entregues no seguinte endereço, em até 10 dias a contar da emissão da Solicitação de Fornecimento:

- Setor de Patrimônio – Rua Eduardo Cozac, n.º 369, Bairro Centro, Sarzedo/MG – aos cuidados da Sra. Roseli Nascimento, mediante agendamento por meio dos telefones (31) 3577-7440 e (31) 9 9141-4354, ou pelo e-mail: patrimonio@sarzedo.mg.gov.br, no horário entre 08:00 e 16:00, nos dias úteis.

7 – LEVANTAMENTO DA DEMANDA:

A estimativa considera a necessidade de substituição e adequação das estações de trabalho da Central de Abastecimento Farmacêutico e outros estabelecimentos da Assistência Farmacêutica, que totalizam 6 unidades.

8 – SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO:

Foram avaliadas as seguintes alternativas:

- Recuperação das cadeiras existentes.

Vantagens: menor investimento imediato.

Desvantagens: não elimina problemas ergonômicos, reduzida vida útil remanescente, manutenção recorrente, ausência de garantia e permanência de riscos ocupacionais.

- Aquisição mediante licitação própria.

Vantagens: ampla competitividade e condução integral pelo Município.

Desvantagens: maior prazo para conclusão, custos administrativos elevados e atraso no atendimento da necessidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais Fone: (31) 3577-6531 -

CNPJ: 01.612.509/0001-58



- Locação de mobiliário.

Vantagens: manutenção geralmente incluída e menor desembolso inicial.

Desvantagens: custo global superior no médio e longo prazo, dependência contratual contínua e inadequação para necessidade permanente.

- Adesão à Ata de Registro de Preços.

Vantagens: maior celeridade, preços previamente registrados, fornecedor habilitado, redução dos custos administrativos, economia processual, diminuição do tempo de contratação e manutenção da vantajosidade econômica.

Desvantagens: depende da anuência do órgão gerenciador e da empresa detentora da ata, além da observância dos limites legais.

09 – ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA:

Considerando aspectos técnicos, econômicos, administrativos e temporais, a adesão à Ata de Registro de Preços apresenta a melhor relação custo-benefício para atendimento do interesse público.

10 – ESTIMATIVA DE VALOR:

A estimativa da contratação corresponde ao valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARA OPEBA, cuja a detentora é a empresa MUNDO OFFICE LTDA.

RS 410,00 por unidade

Assim, o valor total estimado da contratação será de aproximadamente:

RS 2.460,00

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a contratação pretende-se alcançar:

- melhoria das condições ergonômicas de trabalho;
- maior conforto e segurança aos servidores;
- aumento da eficiência nas atividades administrativas;
- padronização do mobiliário da Central de Abastecimento Farmacêutico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais Fone: (31) 3577- 6531 –

CNPJ: 01.612.509/0001-58

12 – PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Não são necessárias adequações estruturais relevantes para instalação do equipamento. A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de servidores aptos a acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS:

Preferencialmente, os produtos deverão ser fabricados com materiais duráveis e que atendam às normas ambientais aplicáveis, buscando reduzir impactos ambientais decorrentes da produção e descarte de mobiliário.

14 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que a **aquisição de cadeiras giratórias de escritório**, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025, mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e necessária para atendimento das demandas da Central de Abastecimento Farmacêutico, contribuindo para melhores condições de trabalho e para a eficiência das atividades desenvolvidas no setor.

Sarzedo, 23 de junho de 2026.

Central de Abastecimento Farmacêutico
Secretaria Municipal de Saúde de Sarzedo





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
ESTADO DE MINAS GERAIS



DESPACHO

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 936/2025.

REFERÊNCIA: Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – Aquisição de cadeiras ergonômicas para escritório com rodinhas destinadas à Assistência Farmacêutica.

Prezados,

Vieram os autos a esta Procuradoria Jurídica para manifestação acerca do processo administrativo que objetiva a adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025, visando à aquisição de cadeiras ergonômicas para escritório com rodinhas, destinadas ao atendimento das necessidades da Assistência Farmacêutica.

Em análise da documentação que instrui o procedimento, verificou-se a necessidade de complementação e saneamento dos autos, a fim de assegurar a regular instrução processual e o atendimento às exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Inicialmente, recomenda-se a revisão do **Termo de Referência**, com a inclusão das cláusulas essenciais relativas ao prazo e às condições de pagamento, em observância ao conteúdo mínimo exigido para o referido documento.

No que se refere aos **ofícios de solicitação e autorização para adesão**, verifica-se a existência de divergência quanto ao quantitativo pretendido. Enquanto os ofícios encaminhados ao órgão gerenciador e ao fornecedor registram a intenção de adesão para 10 (dez) unidades, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência consignam a aquisição de 06 (seis) unidades. Assim, recomenda-se a retificação dos documentos pertinentes, de modo a uniformizar as informações constantes dos autos e evitar inconsistências na instrução processual.

Constata-se, ainda, a necessidade de complementação da documentação que compõe o processo, mediante a juntada dos seguintes documentos:

- (i) comprovante de publicação do edital do procedimento licitatório originário;
- (ii) edital e respectivos anexos, na íntegra;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
ESTADO DE MINAS GERAIS

(iii) Ata de Registro de Preços nº 936/2025 ou, caso pertinente, o instrumento correspondente que formalizou o registro de preços;

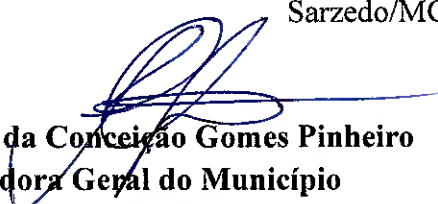
(iv) Portaria GM/MS nº 4.986/2024, indicada como fundamento para a aquisição pretendida.

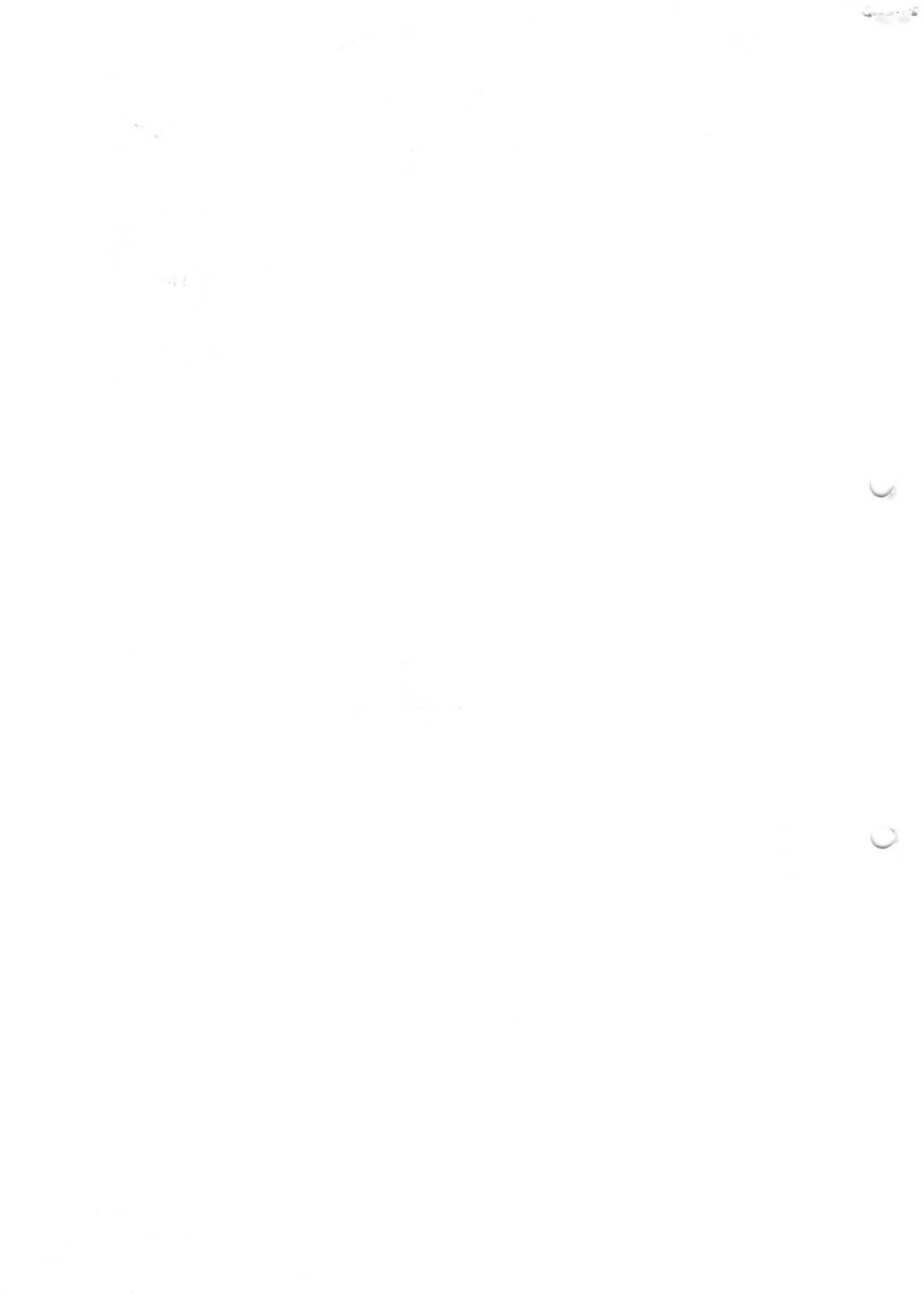
Por fim, relativamente à documentação de habilitação da empresa detentora da Ata de Registro de Preços, recomenda-se a realização de consulta e a juntada aos autos das certidões relativas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) em nome dos representantes legais da empresa, em observância às boas práticas de controle e às orientações dos órgãos de controle externo.

Diante do exposto, recomenda-se o retorno dos autos ao setor competente para adoção das providências acima indicadas, promovendo-se a complementação e o saneamento da instrução processual antes do prosseguimento da análise jurídica e da prática dos atos subsequentes.

Atenciosamente,

Sarzedo/MG, 24 de julho de 2026.


Dra. Fabiana da Conceição Gomes Pinheiro
Procuradora Geral do Município
OAB/MG 154.826



Publicação oficial do Consórcio Público ICISMEP
Circula às segundas, quartas e sextas-feiras.

Ano 7 - Número 1.01
Quarta-feira, 24 de setembro de 2025

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP. Termo de adjudicação e homologação. Processo Licitatório nº 62/2025, Pregão Eletrônico (SRP) nº 41/2025, realizado no Portal de Compras Públicas, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de peças de computadores e insumos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Consulta aos itens adjudicados e aos fornecedores vencedores disponíveis em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O valor total dos itens arrematados é de R\$ 1.317.777,76 (um milhão, trezentos e dezessete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos). O termo de adjudicação e o termo de homologação na íntegra encontram-se disponíveis em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Eustáquio da Abadia Amaral, diretor institucional do Consórcio ICISMEP, São Joaquim de Bicas/MG, 24 de setembro de 2025.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP. Termo de adjudicação e homologação. Processo Licitatório nº 76/2025, Pregão Eletrônico (SRP) nº 51/2025, realizado no Portal de Compras Públicas, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de equipamentos para Central de Material Esterilizado (CME), incluindo a instalação, com os devidos laudos de calibração, além do fornecimento de acessórios para o funcionamento individual de cada tecnologia. Consulta aos itens adjudicados e aos fornecedores vencedores disponíveis em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O valor total dos itens arrematados é de R\$ 80.017.148,60 (oitenta milhões, dezessete mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta centavos). O termo de adjudicação e o termo de homologação na íntegra encontram-se disponíveis em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Eustáquio da Abadia Amaral, diretor institucional do Consórcio ICISMEP, São Joaquim de Bicas/MG, 24 de setembro de 2025.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP. Comunicado da realização do Pregão Eletrônico nº 89/2025, Processo Licitatório nº 134/2025, conforme Lei Federal nº 14.133/21, sob o critério de julgamento de menor preço por item. Abertura da sessão: às 10h do dia 07/10/2025. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Mobiliário de Escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP. Edital disponível em www.portaldecompraspublicas.com.br; www.icismep.mg.gov.br. Mais informações: (31) 2571-3026. O pregoeiro, em 23/09/2025.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP. Comunicado de Intenção de Contratação de empresa para aquisição de insumos alimentícios, incluindo lanches para a Unidade VISA CIS - Itaipua do Consórcio Público ICISMEP Regional Divinópolis, localizado no endereço Av. Manoel da Custódia, nº 1111, Bairro Vila Nazaré, Itaipua/MG. As propostas de preços serão recebidas até o dia 26/09/2025, e poderão ser encaminhadas pelas empresas interessadas para o e-mail adm1.vinacis@icismep.mg.gov.br protocoladas na sede da Unidade VISA CIS - Regional Divinópolis, situada na Av. Manoel da Custódia, nº 1111, Bairro Vila Nazaré, Itaipua/MG. Mais informações (31) 97334-0205.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP. O Consórcio ICISMEP comunica a atualização de sua Tabela de Serviços e Procedimentos em Saúde (TSPS), especificamente na área de Serviços Médicos nos Municípios/Entes Não Consorciados, com vigência a partir de setembro de 2025, motivada pela solicitação do município de Barbacena, Catas Altas, Córrego Fundo, Formiga, Mateus Lima, São Gonçalo do Rio Abaixo e São Gonçalo do Pará, todas devidamente analisadas e aprovadas pela Comissão Técnica para a avaliação e formalização das alterações da TSPS. O documento na íntegra encontra-se na sede administrativa do ICISMEP, Rua Orquídeas, 489, Bairro Mor de Minas, São Joaquim de Bicas-MG e substitui a última atualização publicada. Diretoria de Gestão em Saúde.

CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP. Contrato de VACIMÓVEL, S/Nº, celebrado entre o município de Leandro Ferreira, Contratante, CNPJ: 18.315.218/0001-09 e o Consórcio Público ICISMEP, Contratado, CNPJ: 05.802.877/0001-10. Objeto: Execução, dos serviços de vacinação extramuros, possibilitada por meio, inclusive, de cessão de uso do veículo "Vacimovel", ao Município. Vigência: 19/09/2025 à 01/10/2025.

Data da assinatura: 15/09/2025 Assinaturas: Nivaldo Rodrigues de Carvalho (Leandro Ferreira), Eustáquio da Abadia Amaral (ICISMEP).

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP. Resolução nº 160 de 24 de setembro de 2025. Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 às dotações do Consórcio Público ICISMEP. Eustáquio da Abadia Amaral, diretor institucional do consórcio público denominado Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP, com base legal nos artigos 7 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, e pelas resoluções nº 120 de 01 de agosto de 2024 e nº 162, de 19 de novembro de 2024, resolve: Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às seguintes dotações do Consórcio Público ICISMEP: Órgão 01 - ICISMEP - Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba. Unidade 01 - Gestão Institucional. Sub-Unidade 00 - Gestão Institucional. 1.01.00.04.122.0002.2.0001-1.659.002-3.3.90.93.00 Gestão ICISMEP/ Recursos Próprios - R\$ 50.000,00

Total da Sub-Unidade 00	R\$ 50.000,00
Total da Unidade 01	R\$ 50.000,00
Total da Instituição 01	R\$ 50.000,00
Total Geral Acrescido	R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: anulação de dotações do Orçamento do Consórcio na forma do parágrafo 1º, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 01 - ICISMEP - Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba. Unidade 02 - ICISMEP Saúde. Sub-Unidade 04 - Serviços Médicos. 1.02.04.10.302.0003.2.0009-1.659.002-3.3.90.39.00 Serviços Médicos - R\$ 50.000,00

Total da Sub-Unidade 04	R\$ 50.000,00
Total da Unidade 02	R\$ 50.000,00
Total da Instituição 01	R\$ 50.000,00
Total Geral Anulado	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. São Joaquim de Bicas/MG, 24 de setembro de 2025. Eustáquio da Abadia Amaral, diretor institucional.



Presidente: Arnaldo de Oliveira Chaves

Responsável pela publicação: Carolina Moraes - OAB/MG: 167.340

CONSÓRCIO PÚBLICO ICISMEP

Sede Administrativa: Rua Orquídeas, 489 - São Joaquim de Bicas/MG

Hospital ICISMEP 272 Joias: Rua Maurício Guimarães, 420, B. Madre Liliane, Igarapé/MG

CAROLINA MORAIS
GONCALVES DE
ALENCAR: 10277023
688

Assinado de forma digital
por CAROLINA MORAIS
GONCALVES DE
ALENCAR: 10277023688
Dados: 2025.09.24
14:04:35 -03'00'

"Este documento está assinado digitalmente nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui uma forma de encriptação eletrônica do documento. Os métodos criptográficos adotados pela ICISMEP impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Portanto, encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente ÓRGÃO OFICIAL". Para mais informações www.icismep.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÍPOEBA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10 e com sede na Rua Orquídeas, nº 489, Bairro Flor de Minas, no Município de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais, na condição de Órgão Gerenciador, comunica aos interessados que realizará **Licitação Conjunta**, na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, auxiliado pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, critério de julgamento **menor preço por item**, modo de disputa **aberto e fechado**, observado as condições do edital que rege este pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, nas disposições das Resoluções nº 075 e 117 de 2023 do Consórcio ICISMEP, bem como da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais alterações.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 07 de outubro de 2025 às 10h (dez horas).

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet, por meio dos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.icismp.mg.gov.br.

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
3. DA ÁREA SOLICITANTE.....	3
4. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	3
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	4
6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	6
7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO.....	9
8. DA PROPOSTA.....	10
9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	11
10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	13
11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	17
12. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	17
13. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E MODO DE DISPUTA.....	18
14. DO EMPATE FICTO.....	19
15. DA NEGOCIAÇÃO.....	20
16. DO CADASTRO RESERVA E REMANEJAMENTO.....	21
17. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	21
18. DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES.....	22
19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	23
20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	24
21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E SUAS ALTERAÇÕES.....	24
22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.....	26
23. DO REAJUSTE DOS PREÇOS.....	27
24. DA FISCALIZAÇÃO.....	27
25. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES).....	27
26. DO PAGAMENTO.....	27
27. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	28
28. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES.....	30
29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	30
30. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	34
34. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.....	52
52. ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	53
53. ANEXO IV - TABELA CONSOLID. DE ESTIMATIVAS DE CONSUMO INFORMADAS PELOS MUNICÍPIOS.....	69



1. DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases por intermédio do Portal de Compras Públicas.

2.2 A sessão eletrônica e todos os demais atos administrativos serão conduzidos pelo Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP, por intermédio da Pregoeira Lucas Gabriel Borges Costa, designado por meio da Portaria nº 04/2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica (www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.3 O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do licitante para todas as fases do presente processo licitatório.

2.4 O valor da contratação fora estimado por intermédio de pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 75/2023 do Consórcio ICISMEP e do art. 23, caput e § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

2.5 O valor estimado ou valor máximo da contratação será mantido em caráter sigiloso, nos termos da justificativa apresentada no item 14 do Termo de Referência. Ressalta-se que o sigilo não se aplica aos órgãos de controle externo, aos quais deverão ser disponibilizadas todas as informações necessárias para fiscalização e auditoria.

2.6 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DA ÁREA SOLICITANTE

3.1 Diretoria de Compras, Contratações e Logística – ICISMEP.

4. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 Este edital encontra-se disponível nos sites www.icismep.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como no Órgão Oficial do ICISMEP, por meio do endereço eletrônico <https://icismep.mg.gov.br/orgao-oficial>, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.3 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

4.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, previamente credenciadas, conforme item 07.

5.2 Quando do registro de sua proposta comercial e documentação, o licitante declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do Edital.

5.3 Constatado pelo (a) Pregoeiro (a) o descumprimento às exigências de habilitação e proposta comercial previstas no Edital, poderá o licitante responder pelas sanções previstas neste Edital, bem como na Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 Não poderá participar da presente licitação a pessoa jurídica:

5.4.1 Suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com o Consórcio ICISMEP;

5.4.2 Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

5.4.3 Em consórcio, visto não se tratar de licitação com grau de complexidade ou grande dimensão que impute a necessidade de associação entre particulares ou entes públicos;

5.4.4 Com falência decretada, dissolução ou liquidação;

5.4.5 Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;



- 5.4.6 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;
- 5.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.4.8 Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;
- 5.4.9 Que não atendam as condições deste Edital e seus anexos.
- 5.5 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 5.6 A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- 5.7 Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará "SIM" ou "NÃO" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.7.1 Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital.
- 5.7.2 Que não se enquadra em nenhuma das hipóteses restritivas estabelecidas neste Edital, bem como na Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.7.3 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:
- 5.7.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido na referida Lei, observado o disposto no subitem 6 deste edital.
- 5.7.3.2 Que, no ano-calendário desta licitação, ainda não possuem contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.
- 5.7.3.3 A comprovação de enquadramento será por meio de:
- 5.7.3.3.1 Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa.
- 5.7.3.3.2 Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.
- 5.7.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal (1988).

- 5.7.5 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.7.6 Que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.
- 5.7.7 De que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

6 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA

- 6.1 Do afastamento da regra de exclusividade de participação das microempresas e/ou empresas de pequeno porte: Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, bem como considerando o Decreto Federal nº 8.538/2015, é assegurado o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nas contratações públicas. A legislação prevê que os itens ou serviços com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil) devem ser destinados exclusivamente à disputa entre as empresas nessa condição, bem como estabelece uma cota de até 25% do objeto para a contratação de ME's e EPP's.

Ocorre que, como em todo o ordenamento jurídico, princípios e regras não devem ser considerados prontamente absolutos ou superior às demais, salvo quando expressamente assim definidos. É importante que a Administração promova as devidas análises para garantir que as decisões que lhe cabem sejam tomadas de modo adequado à realidade prática, respeitando a razoabilidade, proporcionalidade, e com olhos fixos na eficiência administrativa e em estrita observância às diretrizes que, no cenário das compras públicas, por exemplo, visam a obtenção da estratégia que melhor se alia ao interesse público tutelado e que lhe proporcione a proposta mais vantajosa.

Como bem citado pelo doutrinador Magno Antônio da Silva:



Os recursos orçamentário-financeiros são escassos e, por isso, em qualquer processo de licitação, que desmembre na efetiva contratação ou aquisição, incorre-se em custos explícitos e implícitos, estes últimos também chamados de custos alternativos ou de oportunidade. Aliás, refletindo-se mais além, mesmo que a contratação ou a aquisição não se concretize, isto é, independente do recebimento do bem ou da prestação do serviço, a elaboração e a condução de um processo de licitação consubstanciam custos consideráveis - custos explícitos (alocação de pessoal qualificado, papel, cartuchos e impressoras, energia elétrica, canetas, publicações em jornais, etc.). O processo de licitação, em si, já representa um fator de custo. Diante dessa evidência, o que licitar? Como licitar? Para quem? Quando? São perguntas que demandam escolhas e, por consequência, implicam renúncias. É justamente na mensuração das renúncias (escolhas) e da efetiva contratação que reside a ideia de custo e as implicações entre eficiência e economicidade. (Artigo "O conceito de

eficiência aplicado às licitações públicas: uma análise teórica à luz da economicidade", Revista do TCU, 2008).

É evidente os custos que envolvem as contratações públicas e todo o procedimento que elas exigem e, no cenário consorcial, a complexidade se intensifica, já que as consequências atingem à Administração Pública em níveis ainda superiores.

Consórcios Públicos, por meio das compras compartilhadas, reinem as demandas de seus entes consorciados, agrupam os quantitativos e lida com a diversidade de condições de fornecimento, execução e múltiplos locais para entrega dos itens e prestação dos serviços. Em razão disso, a concessão do benefício guardado pela Lei Complementar esbarra na viabilidade de uma aquisição ou contratação economicamente vantajosa e devidamente executável.

A microempresa ou empresa de pequeno porte, podem enfrentar maiores reflexos diante das oscilações do mercado, o que se intensifica diante de uma demanda com condições tão próprias de um órgão que comporta os objetivos de mais de 90 (noventa) municípios consorciados. Tais condições impactam em questões logísticas, comerciais e operacionais.

É responsabilidade do órgão gerenciador a garantia de que todos os entes participantes e municípios consorciados sejam plenamente atendidos, nos prazos que carecem, considerando todos as particularidades e as urgências que muitas vezes enfrentam.

É constatável os impactos operacionais que um objeto com complexidade de execução, por motivos exclusivos que carrega, pode causar ao microempreendedor ou de pequeno porte que se vincula às obrigações dele decorrentes (insuficiência de subsídios logísticos e operacionais, com consequente elevação de custos para as transações). Ocorre que, de modo a suportá-los, os reflexos das particularidades que vivenciam tais possíveis licitantes, acabam alcançando à Administração em números e valores.

Em fase interna, o Consórcio promove ampla pesquisa de preços e conclui por referenciais que, muitas vezes, em razão das condições em que operam, as empresas de pequeno porte não conseguem alcançar em fase externa do certame, o que potencializa os fracassos nas negociações e que, inclusive, atualmente justificava a promoção do procedimento de duplicação de itens (criação de itens espelhos abertos à ampla participação e acionados - somente - quando frustradas as possibilidades nos itens destinados à participação exclusiva).

Com a duplicação de itens supramencionada, almejava-se uma celeridade maior no atendimento da demanda que, porventura, não pudesse ser adequadamente atendida por microempreendedor ou empresa de pequeno porte. Na ocasião, havendo o fracasso ou a deserção de item destinado à participação exclusiva (e somente nesses casos), o item espelho seria acionado, podendo haver negociações com empresas de médio e grande porte, sem que houvesse a necessidade da instauração de novo processo licitatório.

Foi exatamente com a criação de tais "itens clones/espelhos" e dos dados que passaram a ser acessíveis com o procedimento, em levantamento interno promovido pelo setor de compras e contratações, e que pode ser confirmado em simples confronto de dados constantes nas Atas de Sessões dos pregões promovidos, foi constatada que as ofertas apresentadas por empresas que se enquadraram no tratamento diferenciado se diferenciavam em cerca de 20% dos valores propostos nos itens espelhos, destinados à participação ampla.

Em uma apuração específica e pontual, com a coleta de dados de 17 processos licitatórios conduzidos em 2024/2025, foi percebida uma variação de um montante total próximo de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), o que reforça os argumentos já expostos e torna a conduta do afastamento, previsto pela norma em referência, inevitavelmente como a mais assertiva para a Administração Pública em procedimentos que subsidiaram a contratação de bens ou compra de itens em formato compartilhado.

Embora o tema seja de funcional importância e que as normas da Lei Complementar nº 123/2006 de fato represente um considerável incentivo econômico ao mercado, não é razoável ou proporcional que a Administração desconsidere todo o cenário e as consequências que acompanham as contratações que operam. A própria inteligência do art. 49 recomenda a apreciação dos fatos e a guarda da proporcionalidade:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. (GRIFO NOSSO)

A conduta de ampliar a participação nos itens visa garantir uma disputa alinhada ao compromisso de acolher aos preços disponíveis no mercado e permitir a obtenção da proposta mais vantajosa ao Consórcio e, consequentemente, aos mais de 90 (noventa) entes municipais atualmente consorciados, e os que porventura vierem a se consorciar. Ademais, reforça o compromisso institucional com as demandas assumidas diante dos municípios assistidos que, muitas vezes, notificam à gestão superior das dificuldades com as entregas dos itens licitados derivados de pedidos frequentes de revisão de preços, transornos e atrasos de entrega, logística insuficiente ou de porte reduzido para atendimento do quantitativo necessário, o que, em grande parte, são inviabilidades ligadas às operações das empresas vencedoras com menor suporte.

Portanto, considerando o disposto no inciso III, do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e diante dos fatos adicionais expostos, o Consórcio ICISMEP entende pelo afastamento do benefício de exclusividade de participação de microempresa e empresas de pequeno porte, bem como a reserva de cotas nos procedimentos que objetivam a compra compartilhada, de modo que a disputa dos itens será destinada à ampla participação.

6.2 Estão asseguradas prerrogativas dispostas no art. 43 ao 45 da Lei Complementar nº 123/2006, para concorrência em todos os itens, com exceção das disposições dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão estar credenciados junto ao Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

7.1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

7.1.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal - intransferíveis, obtidas através do site do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

7.1.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Consórcio ICISMEP e ao provedor do sistema, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

7.1.4 O credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção da capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

7.1.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.1.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma de Licitações e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou ajustes se tornem desatualizados.

7.1.7 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.1.8 Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme instruções nele contidas.

7.2 O Consórcio Público ICISMEP não possui autonomia para intervir no credenciamento

9

dos fornecedores para obtenção de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade do Portal de Compras Públicas.

7.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DA PROPOSTA

8.1 Deverá ser inserido, em campo próprio do sistema eletrônico, o valor total da proposta, até a data e horários marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.2 Os valores unitários deverão ser expressos em moeda corrente do país, com até 02 (duas) casas decimais. Os valores totais deverão ser expressos em moeda corrente do país, com até 02 (duas) casas decimais.

8.3 O licitante poderá apresentar proposta referente ao ITEM (S) que for (em) de seu interesse, devendo esta (s) e os lances referir-se à integralidade de seu objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial do objeto do item.

8.4 O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

8.5 O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado em endereço discriminado no Anexo I, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

8.6 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6.1 Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

8.7 O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.

8.8 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

8.9 O licitante deverá indicar na proposta:

8.9.1 A marca do item, quando aplicável;

8.9.2 Razão social da empresa, nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, bem como número de telefone e e-mail oficiais, que serão utilizados como referência para os casos em que houver a necessidade de contato (assinatura da Ata de Registro de Preços, notificações e/ou solicitação

10

de entrega etc.).

8.9.2.1 A apresentação de proposta em desacordo com o subitem 8.9.2 poderá ensejar a desclassificação do licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.10 Será desclassificada a proposta que:

8.10.1 For incompatível com objeto licitado.

8.10.2 Não se refira à integralidade do item.

8.10.3 Não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

8.10.4 Apresente preços inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação ou quando não tiverem sua exequibilidade demonstrada por intermédio de diligência, quando exigido pela Administração, nos termos do art. 59, III e IV da Lei nº 14.133/21.

8.11 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

8.12 Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela equipe de licitação.

8.12.1 Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o (a) Pregoeiro (a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

8.12.2 Serão desconsiderados os valores unitários a partir da quinta casa decimal, e totais a partir da terceira casa decimal, se apresentadas.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta reformulada com a descrição do objeto ofertado, com o preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado, após o término da fase de negociação, observando o prazo de DUAS HORAS (Anexo II - modelo da proposta de preços).

9.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ofertado.

9.3 Os documentos exigidos para habilitação serão encaminhados exclusivamente por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, contado da solicitação do pregoeiro.

9.4 Os prazos deste item poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, desde que aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

9.5 Caso o Pregoeiro entenda que ocorreu mera protelação do prazo sem justificativas plausíveis, a proposta poderá ser desclassificada ou o licitante inabilitado.

9.6 Ocorrendo atraso no envio dos documentos sem as justificativas aceitas pelo Pregoeiro, ou na hipótese de apresentação daqueles em desacordo com as especificações previstas, o licitante estará sujeito às sanções dispostas no edital e/ou na legislação pertinente, sendo convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação e os critérios de desempate.

9.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.8 A verificação e exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com o art. 64 da Lei 14.133/21, para:

9.9.1 Complementação de informações para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

9.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 Nos casos em que o benefício for aplicável, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06.

9.12 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.13 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.14 O (A) Pregoeiro (a), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação dos documentos originais em até 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da solicitação, com vistas à confirmação da autenticidade.

9.15 Os originais, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Público ICISMEP, localizada na Rua das Orquídeas, nº 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG.

9.16 O prazo mencionado no item 9.14 poderá ser prorrogado, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

9.17 Os documentos encaminhados via correio que não forem carreados aos autos em virtude de já terem sido encaminhados via sistema eletrônico, estarão disponíveis para retirada do licitante na sala da Comissão Permanente de Licitação pelo período de 07 (sete) dias úteis. Ultrapassado o período mencionado, os documentos serão descartados pela CPL.

9.18 O (A) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante, por meio do sistema eletrônico, estabelecendo prazo razoável para tanto, para apresentar informações e/ou documentos complementares que contenham as características do produto ofertado, tais como modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e folhetos, sob pena de não aceitação da proposta.

9.18.1 O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

9.19 O (A) Pregoeiro (a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Consórcio Público ICISMEP ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.20 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Os licitantes deverão encaminhar em campo próprio do sistema, conforme a disposição do subitem 9.3, a documentação a seguir relacionada. Os licitantes poderão apresentar a documentação de forma unificada por intermédio do Certificado de Registro Cadastral do Fornecedor – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento

de Gestão do Estado de Minas Gerais (CAGEF/SEPLAG), e CRC emitido pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor (SICAF).

10.2 Os documentos contidos nos certificados mencionados para fins de habilitação compreendem a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômica, não abrangendo os documentos de habilitação de qualificação técnica, e/ou quaisquer outros documentos solicitados que não estejam mencionados no CRC.

10.3 Os documentos com vigência expirada no CRC deverão ser apresentados com vigência válida.

10.4 Caso o representante legal seja pessoa diversa do representante cadastrado no CRC, ou caso tenha sido promovida alteração do quadro societário sem alteração do CRC, deverá ser entregue instrumento de procuração, juntamente com os documentos de identificação do procurador, ou contrato social/estatuto atualizado e devidamente registrado.

10.5 Na fase de habilitação será realizada consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU, em relação ao fornecedor melhor classificado. A consulta em questão integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Suspensões e (3) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.5.1 Caso seja verificada a inscrição do fornecedor em algum dos cadastros mencionados, será analisada a extensão territorial da punibilidade, que caso abranja o Consórcio ICISMEP ensejará a inabilitação do licitante. Na fase de habilitação será realizada a consulta ao Sistema Integrado de Registro de CEIS/CNEP – CNEP no Portal da Transparência mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

10.6 HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.6.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

10.6.2 Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente e cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

10.6.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



10.7 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 10.7.1 Prova de regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- 10.7.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.7.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.
- 10.7.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município.
- 10.7.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.
- 10.7.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

10.8 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

- 10.8.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 10.8.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.9 REQUISITOS NECESSÁRIOS

- 10.9.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama conforme Lei nº 10.165/2000 e Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação.

10.10 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.10.1 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a



critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do Contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/14.

10.10.1.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.132, de 2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes no prego, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

10.10.2 Os documentos devem estar dentro do prazo de vigência. Registra-se que a verificação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constituem meio legal de prova para fins de habilitação.

10.10.3 A verificação pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação, e estes documentos poderão ser agregados àqueles originariamente inseridos pelos licitantes.

10.10.4 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 180 (cento e oitenta) dias após a sua expedição, sendo que a verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.5 O licitante obriga-se a comunicar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, quando existente, observadas as penalidades cabíveis.

10.10.6 Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com validade e eficácia, e acessível a todos os interessados.

10.10.7 É facultado ao (a) Pregoeiro (a) e a Equipe de Apoio, no interesse da Administração relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

10.10.8 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.10.8.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

10.10.8.2 Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em

nome da filial.

10.10.8.3 Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

10.10.8.4 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.10.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de Autenticação Digital e de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias em papel.

10.10.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.10.11 Os documentos mencionados neste item não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos, salvo nos casos já previstos.

10.10.12 A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste item ou a sua ausência, inabilitará o licitante.

11 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo (a) Pregoeiro (a), ocorrerá na data e na hora indicadas neste Edital, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.2 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada pelo sistema ou de sua desconexão.

12 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

17

12.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13 DA FORMULAÇÃO DE LANCES E MODO DE DISPUTA

13.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

13.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.3 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

13.4 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.5 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

13.6 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

13.7 Durante a fase de lances, o (a) Pregoeiro (a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inequívoco.

13.8 Se ocorrer a desconexão do (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Quando a desconexão do (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após decorridos 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes.

13.9.1 A desconexão acima não será considerada quando houver necessidade de interrupção motivada da sessão, à exemplo de necessidade de intervalo no final do expediente da manhã ou do final da tarde. Na hipótese de interrupção durante a sessão de disputa de preços, o pregoeiro deverá previamente informar a interrupção, bem como, a data e horário de continuação da disputa, no campo de mensagens do sistema.

18

13.10 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

13.10.1 Encerrado o prazo previsto anteriormente, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

13.10.2 Encerrado o prazo de que trata o item 13.10.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.10.3 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 13.10.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

13.10.4 Encerrados os prazos estabelecidos nos 13.10.2 e 13.10.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagemidade.

13.10.5 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos 13.10.2 e 13.10.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no 13.10.4.

13.10.6 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no 13.10.5.

13.11 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

14 DO EMPATE FICTO

14.1 Nos casos em que o benefício for aplicável, após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou superior em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, e proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.1 A fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou superior em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada, estará configurado o

empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, e proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.2 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

14.1.3 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrarem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

14.1.5 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

14.1.6 Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta seção, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes.

15 DA NEGOCIAÇÃO

15.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

15.2 Todo o procedimento relativo à licitação ocorrerá por meio do sistema eletrônico, podendo ser utilizados outros meios de comunicação direta com a empresa vencedora para fins de negociação, como e-mail e/ou telefone, reduzindo a termo, ao final, a eventual negociação realizada.

15.3 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, após a fase de negociação, em campo próprio do sistema, a proposta comercial adequada ao valor negociado, no prazo de 02 (duas) horas ou dentro do prazo previamente informado pelo Pregoeiro (a) devidamente preenchida na forma do Anexo II.

15.3.1 Se for o caso, os documentos complementares deverão ser enviados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contada da solicitação do (a) Pregoeiro (a).



15.3.2 Os prazos mencionados neste item poderão ser prorrogados a critério do Pregoeiro (a).

15.3.3 Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, examinando a melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

16 DO CADASTRO RESERVA E REMANEJAMENTO

16.1 O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados na ata de registro de preços.

16.2 É facultado ao licitante que compõe o cadastro reserva a aceitação para assumir o registro de preços.

16.3 As alterações dos quantitativos dos itens realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos Participantes não poderá causar acréscimo ou decréscimo nos valores dos itens iniciais previstos no processo licitatório.

16.3.1 Cabe ao Órgão Gerenciador controlar, autotizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre os Órgãos Participantes.

17 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

17.2 Salienta-se que ao proceder o lançamento no sistema de disputa o valor a ser lançado é o valor correspondente ao total do item.

17.3 Após a análise da proposta e da documentação enviada pelo arrematante, o (a) Pregoeiro (a) poderá declarar o vencedor da disputa no sistema.

17.4 No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste Edital.

17.4.1 Nessa etapa o (a) Pregoeiro (a) também poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para o Consórcio Público ICISMEP.

17.4.2 Exatidão ME ou EPP remanescente, no intervalo do empate ficto, ocorrendo a hipótese do caput, voltar-se-á a etapa correspondente ao item 13 deste Edital.

17.5 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

17.6 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando a mesma disponível para consulta no site (www.portaldecompraspublicas.com.br).

17.7 Quando necessário, o (a) Pregoeiro (a) e a Equipe de Apoio poderão complementar as informações da Ata gerada pelo sistema, que será juntada aos autos referentes ao certame e estará disponível para consulta no site (www.portaldecompraspublicas.com.br).

17.8 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

18 DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

18.1 Dos atos da Administração praticados neste certame cabem:

18.1.1 Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

18.1.1.1 Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

18.1.1.2 Julgamento das propostas;

18.1.1.3 Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

18.1.1.4 Anulação ou revogação da licitação;

18.1.1.5 Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

18.1.2 Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos subitens "18.1.1.2" e "18.1.1.3", serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/21, da ata de julgamento.

18.2.1.1 A manifestação de recurso deverá ocorrer em campo próprio do

sistema, em até 30 minutos após o ato do (a) Pregoeiro (a) que declarou a habilitação ou inabilitação do licitante.

18.2.2 A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3 O recurso de que trata os subitens "18.1.1.2" e "18.1.1.3" será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 O prazo para contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início após encerrado o prazo das razões do recurso.

18.6 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.7 O recurso ou Pedido de Reconsideração deverá ser interposto da seguinte forma:

18.7.1 Por intermédio de meio eletrônico na plataforma eletrônica:
(www.portaldecompraspublicas.com.br); ou

18.7.2 Por intermédio de peça original protocolada em meio físico, junto à Sede do Consórcio ICISMEP (Rua das Orquídeas, nº 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas, CEP: 32.920-000), observando-se o horário de expediente, até às 17h00 da data limite estipulada pelo pregoeiro (a).

18.8 O Recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.9 Não sendo interpostos recursos, ou sendo interposto em desacordo com o Edital, ou decididos os recursos interpostos o (a) Pregoeiro (a) encaminhará o processo licitatório para autoridade competente para os procedimentos de adjudicação do objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s) e homologação.

18.10 A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br).

19 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



19.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/Ata, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1 Não sendo interpostos recursos, ou sendo interposto em desacordo com o Edital, ou decididos os recursos interpostos, o Pregoeiro (a) encaminhará o processo licitatório para autoridade competente para os procedimentos de adjudicação do objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s) e homologação.

21 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E SUAS ALTERAÇÕES

21.1 As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio ICISMEP) e o fornecedor, serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no Órgão Oficial do ICISMEP, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que mantida a vantagemidade dos preços registrados, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderão ser restabelecidos os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

21.3 O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar e devidamente habilitado, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio Público, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

21.4 Se os licitantes adjudicatários convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo setor gerenciador, o (a) Pregoeiro (a), examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, sem prejuízo das penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

21.5 Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, poderão

ser convocados os fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

21.6 Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

21.7 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

21.8 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

21.8.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no art. 124, II, "a", da Lei Federal nº 14.133/21.

21.8.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados, nos termos do art. 25, I, do Decreto Federal nº 11.462/23.

21.9 Na ocorrência das situações previstas anteriormente o órgão gerenciador promoverá as necessárias negociações junto aos fornecedores, devendo:

21.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

21.9.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

21.9.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

21.10 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso o Órgão Gerenciador poderá:

21.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e;

21.10.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

25

21.10.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21.11 O setor gerenciador avaliará o mercado constantemente promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento do preço, nos termos do art. 26 e 27 do Decreto nº 11.462/23.

21.12 O fiscal da ARP deverá realizar o controle dos produtos entregues, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação

21.13 Nos termos do art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/23, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

21.14 O detentor do preço registrado é obrigado a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do ARP, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo setor gerenciador e órgãos participantes.

22 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

22.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo Consórcio quando o fornecedor:

22.1.1 Descumprir as condições da Ata de registro de preços sem motivo justificado;

22.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

22.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/23; ou

22.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.2 O registro de preços também poderá ser cancelado por razões de interesse público.

22.3 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

22.4 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

22.4.1 Por razão de interesse público;

22.4.2 A pedido do fornecedor, ou

22.4.3 Se não houver êxito nas negociações.

26



23 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

23.1 Os valores poderão ser reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial.

24 DA FISCALIZAÇÃO

24.1 A fiscalização do objeto contratado será realizada pelos fiscais designados pelo Consórcio em relação às suas próprias contratações, e pelos fiscais indicados pelos municípios participantes.

24.2 O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade do detentor do preço registrado pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

25 DA(S) DOTAÇÃO(ÕES)

25.1 As despesas decorrentes das aquisições do objeto do presente certame, referentes ao órgão gerenciador, correrão por contas das dotações orçamentárias nº 4.4.90.52.00.1.01.00.04.122.0002.2.0001, 3.3.90.30.1.01.00.04.122.0002.2.0001, 3.3.90.30.00.1.02.05.10.302.0003.2.0012, 4.4.90.52.00.1.02.05.10.302.0003.2.0012.

25.1.1 As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada município participante, referente ao exercício de 2025 e seguintes.

26 DO PAGAMENTO

26.1 O órgão demandante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

26.2 Os pagamentos devidos pelo Consórcio serão efetuados por meio de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária a ser informada pelo fornecedor, preferencialmente do Banco do Brasil, ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionalizada entre as partes, vedando-se o pagamento por meio de boleto bancário.

26.3 Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

26.4 Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal.

26.5 Nenhum pagamento será efetuado ao beneficiário do preço registrado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

27 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1 O infratitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

27.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata;

27.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

27.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato/Ata;

27.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

27.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

27.1.6 Não celebrar o contrato/ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

27.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

27.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/Ata;

27.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/Ata;

27.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

27.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

27.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

27.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

27.2.1 Advertência;

27.2.2 Multa;

27.2.3 Impedimento de licitar ou contratar;



27.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

27.3 Na aplicação das sanções será considerado o disposto no § 1º, do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

27.4 A sanção prevista no subitem 27.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 27.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

27.5 A sanção prevista no subitem 27.2.2, aplicável ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 27.1, será de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência, não podendo ser inferior a 0,5%, observado o disposto no item 27.3.

27.6 Nos casos de mora, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a sanção prevista no subitem 27.2.2 poderá ser aplicada na forma que se segue:

27.6.1 Multa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência;

27.6.2 Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos serviços/produtos, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, hipótese em que poderá ser declarada a inexecução parcial do Contrato/Ata de Registro de Preços;

27.6.3 Multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre os valores da ordem de fornecimento/serviço, referente as parcelas inadimplidas, em caso de descumprimento sistemático e reiterado de obrigações, hipótese em que poderá ser declarada a inexecução total do Contrato/Ata de Registro de Preços.

27.7 A sanção prevista no subitem 27.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 27.1.2, 27.1.3, 27.1.4, 27.1.5, 27.1.6 e 27.1.7 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

27.8 A sanção prevista no subitem 27.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 27.1.8, 27.1.9, 27.1.10, 27.1.11 e 27.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 27.1.2, 27.1.3, 27.1.4, 27.1.5, 27.1.6 e 27.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a

sanção referida no subitem 27.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

27.9 A sanção estabelecida no subitem 27.2.4 será precedida de análise jurídica e observará o disposto no art. 156, § 6º, da Lei nº 14.133/21.

27.10 As sanções previstas nos subitens 27.2.1, 27.2.3 e 27.2.4 poderão ser cumulativamente aplicadas com a prevista no subitem 27.2.2.

27.11 A aplicação das sanções previstas nos subitens 27.2.3 e 27.2.4 requererá a instauração de processo de responsabilização para avaliação dos atos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

27.12 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

27.13 A reabilitação do licitante será admitida na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

28 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

28.1 Nos termos do art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/23, durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de Registro de Preços (IRP) poderão aderir à Ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos previstos no referido artigo.

28.1.1 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes;

28.1.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

28.2 A adesão fica condicionada a aceitação pelo fornecedor, bem como pelo órgão gerenciador.

29 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e



dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

29.2 Uma vez incluído no processo licitatório nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia, desde que autenticadas pelo (a) Pregoeiro (a) ou Equipe de Apoio.

29.3 Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o (a) Pregoeiro (a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

29.4 Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omite em outro será considerado especificado e válido.

29.5 Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.6 O (a) Pregoeiro (a), no interesse da Administração, poderá promover diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

29.6.1 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

29.6.2 O licitante terá o prazo de até 02 (duas) horas para esclarecimentos adicionais ou saneamento da documentação, contados da solicitação do (a) Pregoeiro (a), podendo ser prorrogado se provada necessidade.

29.6.3 Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

29.7 A Administração poderá requerer a apresentação de amostras com o fim de garantir o atendimento do objeto.

29.7.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, detentor do menor lance, deverá, sempre que solicitado, apresentar demonstrativos de especificações dos itens licitados, por meio de catálogo, prospecto ou ficha técnica. Esses documentos deverão ser disponibilizados em português (Brasil) e conter informações detalhadas que possibilitem a plena identificação e qualificação do objeto licitado.

29.7.2 Caso a documentação complementar não seja suficiente para esclarecer todas as dúvidas quanto ao cumprimento das exigências do Termo de Referência,



poderá ser solicitada a apresentação de amostra física dos itens. Nesse caso, o licitante deverá enviar a amostra no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, estando condicionada à comprovação do envio, por meio da apresentação do código de rastreamento do produto. Poderá haver dilação do prazo, se provada a necessidade.

A amostra será analisada por equipe competente que, posteriormente, emitirá parecer de aprovação ou reprovação do item.

Caso as amostras não sejam apresentadas dentro do prazo estabelecido ou não atendam às exigências, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame.

29.7.5 Nesse caso, havendo necessidade, poderão ser solicitadas e avaliadas as amostras dos licitantes subsequentes, respeitando rigorosamente a ordem de classificação, conforme os termos mencionados anteriormente.

29.8 É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

29.9 As decisões da Presidência, do Secretário Executivo, do Diretor Institucional do Consórcio Público ICISMEP e do (a) Pregoeiro (a) serão publicadas no Órgão Oficial no site <https://icismp.org.br/orgao-oficial>, quando for o caso.

29.10 Considerando o disposto na Resolução nº 120, de 06 de novembro de 2020, publicada no órgão oficial do Consórcio Público ICISMEP em 06 de novembro de 2020, ficam os licitantes advertidos de que o Consórcio Público ICISMEP poderá remanejar saldo em quantidade de itens registrados em Atas, podendo o remanejamento ocorrer entre os municípios consorciados, incluindo aqueles que não estejam participando do certame licitatório, por intermédio de Termo de Apostilamento.

29.10.1 Os municípios mineiros consorciados ao Consórcio Público ICISMEP atualmente são: Abaeté, Alto Jequitibá, Araújos, Arcos, Barão de Cocais, Barbacena, Bela Vista de Minas, Belo Vale, Bom Despacho, Bonfim, Brumadinho, Camacho, Campo Belo, Capitão, Carangola, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Catas Altas, Caeté, Cláudio, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Confins, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Córrego Fundo, Crucilândia, Desterro de Entre Rios, Divino, Dom Joaquim, Esmeraldas, Estrela do Indaia, Ferros, Florestal, Formiga, Fortuna de Minas, Guanães, Ibiti, Igarapé, Igaratinga, Igatama, Ipameria, Itabira, Itabirito, Itaguara, Itambé do Mato Dentro, Itapeverica, Itatuaçu, Itauna, Jaboticatubas, João Monlevade, Juatuba, Lagoa da Prata, Lagoa Santa, Leandro Ferreira, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Mariana, Mário Campos, Martinho Campos, Martins Soares, Mateus Leme, Matosinhos, Nova Era, Nova Lima, Nova Serrana, Onça do Pitangui, Ouro Branco, Ouro Preto, Pará de Minas, Passa Tempo, Pedro Leopoldo, Pequi,

Perdigão, Piedade dos Gerais, Piracema, Pitangui, Pratápolis, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Sabinoópolis, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Monte, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas, São José da Varginha, São Sebastião do Oeste, Sarzedo, Senador Firmino, Simonésia, Taquaraçu de Minas, Ubá e Vespasiano

29.10.2 Os municípios que vierem a se consorciar serão contemplados pela referida Resolução.

29.11A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

29.12A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Consórcio Público ICISMEP revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

29.13Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

29.14Fica eleito o foro da Comarca de Igarapé, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

29.15 Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

29.15.1 Anexo I - Termo de Referência.

29.15.2 Anexo II - Modelo de Proposta Comercial.

29.15.3 Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

29.15.4 Anexo IV - Tabela Consolidada de Estimativas de Consumo Informadas pelos Municípios

São Joaquim de Bicas/MG, 11 de setembro de 2024

gob
Documento assinado digitalmente
SHEILA MARIA DA SILVA
RUA: 24/09/2025 15:20:30
Verifique em: <https://validar.br.gov.br>

Sheila Silva
Licitação – ICISMEP



* Abaeté, Alto Jequitibá, Anápolis, Arcos, Barão de Cocais, Barbacena, Bela Vista de Minas, Belo Vale, Bom Despacho, Bonfim, Brumadinho, Camacho, Campo Belo, Capão, Carangola, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Catas Altas, Castelê, Cláudio, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Corfins, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Corrego Fundo, Cuiabá, Deslano de Entre Rios, Divino, Dom Joaquim, Esmeraldas, Estrela do Indaiá, Fátima, Florestal, Formiga, Fortuna de Minas, Guanambi, Ibiti, Igarapé, Igarapava, Iguaçu, Ipameria, Itaipava, Itapecerica, Itatira, Itaúna, Jaboticatubas, João Monlevade, Juatuba, Lagoa da Prata, Leopoldo Mato Dentro, Itapevica, Itatira, Itaúna, Jaboticatubas, João Monlevade, Juatuba, Lagoa da Prata, Leopoldo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS/SERVIÇOS COMUNS (SRP)

1 DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba – ICISMEP trata-se de um Consórcio Público de natureza multifinalitária, constituído sob a forma de associação pública, dotado de personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto nº 6.017/2007, que a regulamentam.

O Consórcio ICISMEP possui atualmente 93* (noventa e três) municípios consorciados, distribuídos pela Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, Central Mineira, Centro Oeste, Alto São Francisco e Zona da Mata, o que totaliza uma população assistida de mais de 3.700.000 (três milhões e setecentos mil) habitantes, equivalente a cerca de 18% (dezoito por cento) da população total do Estado de MG, conforme ilustrado nas macrorregiões a seguir:



Ferreira, Luso, Marquês, Mariana, Mário Campos, Marinho Campos, Mateus Soares, Mateus Leme, Matosinhos, Nova Era, Nova Lina, Nova Serrana, Onça do Pitangui, Ouro Branco, Ouro Preto, Parati de Minas, Passa Tempo, Pedro Leopoldo, Pequi, Perdido, Piedade dos Gerais, Piracema, Piumhi, Pradópolis, Raposo, Rio Adina, Rio Manso, Sabidópolis, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Monte, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas, São José da Varginha, São Sebastião do Oeste, Sarzedo, Senador Firmino, Simão, Taquaraçu de Minas, Ubatã e Vespasiano.

Dentre as soluções ofertadas por este Consórcio Público para cumprimento de seus objetivos e suas finalidades, destaca-se a possibilidade de os entes da federação apresentarem suas demandas ao Consórcio ICISMEP, o qual, para atendê-las, poderá realizar licitação, nos termos do art. 7º, II, do Estatuto do Consórcio, bem como inciso XIV, do Apêndice I, do referido Estatuto, que trata sobre as compras/contratações conjuntas e licitações compartilhadas.

Nesse modelo, tratando-se de demandas comuns e recorrentes a diversos municípios consorciados, a soma dos seus quantitativos através da realização de processo licitatório por Consórcio Público proporciona o "poder de compra" e promove a "economia de escala", resultando na economia de dinheiro público e garantindo a racionalidade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas.

A presente contratação tem por objeto a aquisição de mobiliário de escritório em geral para atender à necessidade comum administrativa e operacional dos Municípios Consorciados ao ICISMEP em manter seus espaços institucionais adequadamente equipados com mobiliário de escritório em geral, tais como mesas, cadeiras, armários e demais itens correlatos. Esses bens são comumente utilizados em órgãos das administrações municipais como secretarias, unidades básicas de saúde, escolas, centros de assistência social, entre outros.

Verifica-se por meio de manifestações dos consorciados a falta, inadequação, obsolescência ou deterioração do mobiliário atualmente disponível nas unidades públicas municipais, o que pode comprometer diretamente a funcionalidade dos ambientes, a produtividade dos servidores e a qualidade do atendimento prestado à população, portanto a contratação visa a substituição de móveis danificados, sem condições de uso, incompatíveis com as exigências mínimas de conforto e organização, ou mesmo suprir a inexistência de itens essenciais para a rotina institucional.

Adicionalmente, a contratação também busca atender a expansão da rede física de prestação de serviços públicos, como a criação de novas unidades administrativas, ampliação de salas, implantação de novos programas e atendimento a demandas vinculadas ao aumento populacional e à reorganização territorial dos entes consorciados. Igualmente, há situações em que se faz necessária a reestruturação de ambientes já existentes, tanto para readequação funcional quanto para melhoria das condições de trabalho e de atendimento ao público.

Ainda, a aquisição visa garantir maior uniformidade estética e funcional, facilitando a reposição futura, a compatibilidade entre peças e a racionalização dos gastos públicos com a indicação de características técnicas compatíveis com durabilidade, funcionalidade, ergonomia, resistência e facilidade de manutenção.

Devemos considerar que a ausência de mobiliário adequado impacta negativamente a prestação dos serviços públicos, gerando desorganização dos espaços, prejuízos à guarda de documentos, desconforto ocupacional e, por consequência, redução na eficiência administrativa e na qualidade dos serviços oferecidos à população. Também há reflexos na qualidade ocupacional dos servidores.

Assim, a contratação se fundamenta no interesse público primário de garantir infraestrutura adequada ao funcionamento dos órgãos e serviços municipais, assegurando a continuidade, eficiência e melhoria da gestão pública por meio da aquisição de mobiliários essenciais à rotina institucional dos entes consorciados.

A necessidade e o interesse dos municípios foram confirmados através do processo de Intenção de Registro de Preços (IRP), onde os municípios de Araújos, Bela Vista de Minas, Bom Despacho, Brumadinho, Campo Belo, Cláudio, Contim, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Formiga, Igarapé, Itaipava, Jaboticatubas, Juatuba, Mário Campos, Marinho Campos, Mateus Leme, Matosinhos, Nova Era, Nova Serrana, Ouro Preto, Parati de Minas, Pequi, Perdido, Rio Manso, São Domingos do Prata, São Joaquim de Bicas e São Sebastião do Oeste, manifestaram interesse formal na coparticipação, consolidando a demanda coletiva.

Portanto, considerando o interesse público envolvido e a necessidade de estruturação adequada da rede municipal, torna-se imprescindível a aquisição de mobiliário de escritório em geral, de forma padronizada e compartilhada, para atender as demandas dos municípios consorciados e compor reserva estratégica, sob a responsabilidade do Consórcio ICISMEP, destinada à pronta resposta em casos de futuras adesões ou situações emergenciais.

3 DO PROCEDIMENTO A SER UTILIZADO PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

De início, destaca-se que, nos termos da Resolução nº 117/2023 do Consórcio ICISMEP, os itens a serem licitados serão de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, razão pela qual sua aquisição encontra-se autorizada, conforme disposição do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Realizando-se a licitação pela modalidade pregão, o art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe que, discricionariamente, o seu "critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto", optando-se, no presente caso, pelo critério de menor preço por item.

Tratando-se de aquisição, por vários entes consorciados e de uma diversidade de itens para atendimento de suas demandas internas, imediatas ou não, as quais podem variar em quantidade no decorrer do tempo, verifica-se que, para a mais adequada satisfação da demanda apresentada, em termos quantitativos e temporais, torna-se imperiosa a utilização do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP).

O Sistema de Registro de Preços é definido pelo art. 6º, inciso XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021 como o "conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços

relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras".

Sua principal vantagem está no fato de que a "existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar" (art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021). Com isso, permite-se que a Administração adquira os bens conforme a manifestação da demanda durante o prazo de vigência da Ata de registro de preços, resultado do processo licitatório, o qual "será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período" (art. 84 da Lei Federal n. 14.133/2021), garantindo o fornecimento contínuo de bens para atendimento da demanda, presente e futura, dos entes consorciados.

Ante o exposto, verifica-se que o procedimento licitatório mais adequado e que será realizado para a aquisição do objeto supracitado é a realização de licitação conjunta, na modalidade pregão, pelo critério de menor preço e auxiliada pelo sistema de registro de preços, atuando o Consórcio ICISMEP como Órgão Gerenciador, e os municípios indicados no item 15.3.2 como Participantes.

4 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado previamente a este Termo de Referência, resultando na identificação da melhor solução para a pretensa aquisição, em conformidade com os requisitos estabelecidos na Lei Federal 14.133/21.

5 DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

No presente caso, o parcelamento deve ser afastado, uma vez que a licitação do objeto de forma concentrada (não-parcelada) não restringe a competitividade, pois não é de grande vulto, nem de grande complexidade, sendo possível identificar a existência de diversos potenciais fornecedores aptos a participar do certame.

Além disso, o objeto em questão, aquisição de mobiliário de escritório em geral, não envolve solução integrada que exija divisão funcional para viabilizar a contratação. Trata-se de itens padronizados, amplamente disponíveis no mercado, e cujas especificações atendem às rotinas comuns da Administração Pública, sendo possível sua aquisição conjunta sem prejuízo à competitividade.

Dessa forma, a realização da licitação de forma centralizada possibilita economia de escala, racionalização de procedimentos administrativos e otimização logística, especialmente considerando o modelo de licitação compartilhada adotado pelo Consórcio, resultando em propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

6 DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

Após abertura da Intenção de Registro de Preço (IRP), foi possível consolidar os itens constantes no processo licitatório e mensurar os quantitativos a serem licitados, conforme demanda dos entes consorciados.

Ainda, visando abranger as demandas dos municípios que por ora não se manifestaram, fora considerado um quantitativo destinado ao suprimento da necessidade dos entes consorciados, de maneira a garantir a manutenção das funcionalidades públicas.

Dessa forma, ao contemplar no presente procedimento quantitativo que possa abarcar demanda de seus consorciados, esta Instituição, enquanto Consórcio Público de direito público, instrumentaliza e consolida o federalismo cooperativo, nos termos do art. 241 da Constituição Federal de 1988.

Portanto, evidencia-se aqui que os quantitativos destinados ao Consórcio ICISMEP não se configuram como uma demanda certa, não havendo garantia de solicitação total destes. Tais esclarecimentos são necessários, e visam a transparência das informações e das relações que vierem a ser estabelecidas entre o Consórcio e os detentores dos preços registrados, uma vez que celebrada a Ata ambas as partes estarão sujeitas aos direitos e obrigações decorrentes desta relação.

Considerando a natureza do Consórcio Público ICISMEP, que visa promover a cooperação entre os municípios consorciados para a realização de compras conjuntas e a otimização dos recursos públicos, a metodologia proposta para a disposição de quantitativos aos municípios que não se manifestaram tempestivamente visa garantir o dimensionamento adequado da licitação sem comprometer a economicidade e o atendimento à real demanda.

Neste cenário, para preservar o equilíbrio entre a previsão realista da demanda global e a necessidade de garantir ampla cobertura da licitação, optou-se pela aplicação de um fator de ajuste limitado a 15% sobre o quantitativo total informado pelos municípios que participaram da fase de levantamento.

Tal margem técnica cumpre as seguintes finalidades:

- Absorver a demanda potencial dos municípios que não enviaram dados dentro do prazo, com base em projeção proporcional à participação dos demais consorciados;
- Acolher eventuais variações futuras na demanda municipal estimada ou adesão posterior de novos entes à ata de registro de preços;
- Assegurar segurança e equilíbrio na contratação, sem caracterizar superestimação indevida ou comprometimento da economicidade do processo.

A prática de adoção de margens técnicas em compras compartilhadas encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), que reconhece como legítima a previsão de quantidades suplementares, desde que justificadas.

Importante ressaltar que o percentual proposto foi deliberadamente contido, de forma a não inflar artificialmente a licitação, mas sim refletir uma estimativa técnica conservadora e proporcional. Assim, a margem de 15% adotada representa um instrumento de equilíbrio, que possibilita o adequado dimensionamento da licitação, garantindo ampla participação



futura dos entes consorciados e preservando os princípios da legalidade, economicidade, vantajosidade e planejamento consagrados na legislação vigente.

7 DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

7.1 A especificação dos produtos requerida pelo art. 40, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021 está estabelecida nos descritivos listados e no presente Termo de Referência, observados requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

7.2 Quadro descritivo com as especificações técnicas dos itens a serem licitados:

ITEM	COD. SIPLAN	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTITATIVO ICISMEP	QUANTITATIVO MUNICÍPIOS	TOTAL
1	13092846	Apóio ergonômico para pés - com estrutura tubular em aço e apoio em MDF resistente, dimensões: 19,5cm x 47cm x 41cm (AxCxL), suporte mínimo de 15 kg, com regulagem de inclinação, pintura epóxi de alta resistência, com espumas antiderrapantes, cor: preto	UN	173	1147	1320
2	13092837	Armário 2 portas MDP - armário alto fechado, nas medidas externas aproximadas de a. 180cm x l. 180cm x p. 36 cm, produzida em MDP de no mínimo 18mm revestidos por BP melamínico, composto por 2 portas puxadores em PVC e/ou polietileno, fechadura frontal na porta direita e dobradiças com abertura de 90°. Com 03 prateleiras interna sendo 02 ajustáveis. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	141	838	1080
3	1100097	Armário 2 portas MDP - armário alto fechado, nas medidas externas aproximadas de a. 180cm x l. 180cm x p. 42cm, produzida em MDP de no mínimo 18mm revestidos por BP melamínico, composto por 2 portas, puxadores em PVC e/ou polietileno, com fechamento na parte superior, fechadura frontal na porta direita e dobradiças com abertura de 90°. Com 03 prateleiras interna sendo 02 ajustáveis. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	141	940	1081
4	13092838	Armário alto em aço 2 portas - fornecimento e montagem de armários altos em aço, dimensões aprox. 184x89x40cm, todo em chapa 22, com 02 portas de abrir com rebolos internos tipo omega e puxador em PVC, contendo 04 prateleiras, sendo 01 fixa e 03 com regulagem de altura do tipo cromalupa, com fechadura cilíndrica e pintura eletrolítica a pó na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	228	1519	1747
5	13092846	Armário alto fechado com 02 portas - cor Nogal Sevilla/Preto. Medidas: 180cm altura mínima, 80cm largura, 45cm de profundidade. Tempo em Material MDP, espessura 40mm encapado com revestimento melamínico de baixa pressão (BP). Espessura do pó 25mm. Sapatas niveladoras de altura, trancas com 02 chaves, 02 bandejas reguláveis.	UN	61	406	467
6	14272	Armário baixo 2 portas bancada - tempo confeccionado em fibra de madeira aporreada de média densidade (MDP) com no mínimo 25 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Corpo em MDP 15 mm de espessura, encapamento nos topos e laterais com fita borda PVC 0,45mm, portas em MDP 15 mm de espessura, em todos os topos com fita borda PVC 1mm, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Portas dotadas de dobradiças caracol de diâmetro de 35 em aço estampado com abertura de 110°, sendo que a mesma é dotada do sistema slide-on de amortecimento para que a porta não colida com o móvel e assim não tendo nenhum ruído, contendo 04 dobradiças, 02 em cada porta, fechadura com travancimento na porta direita. Puxador estilo alça em zamac com acabamento cromo acetinado. Niveladores de peso em polipropileno injetado com regulagem para o móvel ficar internamente como externamente. Composto por 01 prateleira móvel com possibilidade de regulagem. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	138	919	1057

7	13092847	Armário baixo com 02 portas - cor Nogal Sevilla/Preto. Medidas aproximadas: 80cm altura, 74cm largura, 45cm de profundidade. Tempo confeccionado em MDP de 40mm na cor Nogal Sevilla. Bordas em ABS (2mm) em todo o tempo. Portas com tranca na cor Nogal Sevilla de 15 mm trancado. Fixação da estrutura ao tempo através do Sistema de Girofix (Multilox) com porca em aço. Pós reguláveis no Armário. Lateralis Pretas de 15mm.	UN	53	347	400
	13092848	Armário de refeitório - cor Nogal/Off White, produzido em MDP e proteção UV, com portas e gavetas com espessura aproximada de 15 mm, seis portas, sendo uma superior com vidro temperado senografado e uma ampla gaveta. Modelo armário de cozinha. Corrediças e dobradiças 100% metálicas. Pós em polipropileno, puxadores ergonômicos em polietileno com acabamento marrom. Medidas: Altura 173,5cm, Largura 90,9cm, Profundidade 36,3cm, suporte mínimo de 45kg. Corrediças e dobradiças metálicas, gavetas com suporte mínimo de 4kg.	UN	56	371	427
	13092839	Armário suspenso sobre bancada - medidas aprox. (Mm) 1150 largura/ 550 altura/ 320 profundidade, construído em chapas de aço tipo ABNT 1008 e ABNT 1020, conforme NBR's 87.2000 tipo suspenso. Corpo e portas em chapa de aço laminado a frio 0,60mm. Três portas com dobradiças internas. Puxadores em polipropileno com acabamento cromado. Sistema de fixação através de parafusos e buchas. Todos os componentes feitos de rebreches ou cantos vivos, soldagem pelo sistema Mig sem respingos ou imperfeições. Pintura em epóxi pó e/ou pintura eletrolítica, acabamento liso e livre de defeitos. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	127	848	975
10	13092849	Arquivo 04 gavetas pasta suspensa - cor Nogal Sevilla/Preto. Medidas 130cm de altura, 46cm de largura, 45cm de profundidade. Gavetas: 04 com pasta suspensa. Espessura dos Pós: 25mm. Material do Tampa: MDP de 30mm com revestimento melamínico de baixa pressão (BP), sapata niveladora de altura fixa para pasta suspensa com 02 chaves.	UN	90	600	690
11	13092840	Arquivo de aço com 4 gavetas para pasta suspensa - Cor tilho telescópico, com chave, capacidade por gaveta mínima de 25 kg, em chapa externa 22 ou 24, porta elástica na porta frontal, medidas aproximadas 1.330,0/470,0/57 cm (AxLxP). Fechadura tipo Yale com 2 chaves e fechamento simultâneo. Pintura eletrolítica na cor cinza cristal. Regulagem nos pés. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	287	1907	2194
12	13092841	Arquivo para fichas com 06 gavetas - arquivo de aço, antiferrom, cor cinza, em chapa externa nº 22 ou 24 e chapa interna nº 16 com 6 (seis) gavetas para fichas, porta elástica estampada na parte frontal das gavetas, e fechaduras, capacidade para 1500 fichas 60x 40x 55 kg por gaveta, pintura eletrolítica a pó na cor cinza, medidas aproximadas 1,36 m x 0,49 m x 0,67 m (AxLxP). Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	139	925	1064
13	13092842	Arquivo pasta suspensa 4 gavetas MDF - cor cinza claro, arquivo com 4 gavetas com medidas aproximadas: 47 cm x 47 cm x 123 cm, com revestimento melamínico em BP na cor cinza claro. Material em madeira MDF 25mm. Estrutura em aço em pintura epóxi na cor cinza claro. 1 chave com trava para todas as gavetas (incluindo chave reserva). Puxador em plástico PVC metálico. Corrediças telescópicas, sistema de montagem parafusos. Suportar mínimo de 40 kg. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	158	1038	1194
14	13092856	Cadeira confortável em aço/ferro pintado - cor preta, com assento e encosto em poliuretano.	UN	126	840	966
15	13092857	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas - base giratória, ajuste de altura e do encosto, estofado de espuma, tornozelos em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento: L51 x C55 cm / Encosto: A51 x C53 cm.	UN	150	989	1149
16	13092856	Cadeira executiva fixa - modelo em "S", uso adulto, estrutura contínua em tubo com espalhas deslizantes, sem braços, assento e encosto confeccionado em madeira laminada de 15mm com espuma injetada injetada 30mm interligadas por lâmina de aço reforçada, capacidade de peso mínimo de 110kg. Assento e encosto em tecido na cor preta.	UN	95	827	722
17	1100098	Cadeira executiva giratória com braços - assento e encosto estofado em espuma injetada com alta densidade com espessura mínima de 4cm, revestida em couro, produzida em madeira compensada anelônica, estrutura em aço carbono, base giratória mecanismo back system, com duas alavancas de regulagem para inclinação e altura do encosto, regulagem de altura do assento a gás, rodízios duplos, com medidas aprox. 92x69x46 (AxLxP). Peso suportado até 110 kg na cor preta. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	548	3651	4199
18	14279	Cadeira fixa em couro sintético - assento Cadeira fixa em couro sintético- assento e encosto em espuma injetada com espessura mínima de 4 cm, em perfil PVC e aço tubular, com medidas aprox. 83x42x69 cm (AxLxP), em acabamento em couro sintético, peso suportado mínimo 110 kg. Cor preta.	UN	542	3629	4151

19	1100069	Cadeira fixa para obeso - cadeira reforçada com travas, base fixa 4 pés, suportes pesos até 170kg. Assento e encosto em espuma injetada de 70 mm, com revestimento em couro preto 0,8 mm de espessura. Suporte do encosto de aço ABNT e com alma interna de aço maciço em forma de "Y". Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	204	1357	1681
20	1100100	Cadeira longarina 03 lugares estofada - cadeira tipo longarina com base fixa em formato "Y", em aço cromado com quatro sapatas reguláveis, encosto e assento em estrutura em aço perfurado e estofamento revestido em couro PU, braço em aço cromado com formato anatômico, peso por assento mínimo 150 kg. Medidas aprox. 180x80 (LXP). Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	259	1724	1983
21	14292	Cadeira longarina 03 (três) lugares - em estrutura de aço oblongo, com assentos e encosto em poliuretano, com pontaleras plásticas, barra dupla na estrutura, pintura eletrolítica, com peso suportado mínimo de 130 kg. Medidas aprox. 150x89x40 cm (CXAXP). Disponível nas cores preto, branca e azul. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	318	2115	2433
22	13092843	Cadeira longarina 04 (quatro) lugares - em estrutura de tubo aço oblongo, com assentos e encosto em poliuretano, com pontaleras plásticas, barra dupla na estrutura, pintura eletrolítica, com peso suportado até 130 kg. Medidas aprox. 200x99x40 cm (CXAXP). Disponível nas cores preto, branca e azul. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	294	1957	2251
23	14288	Cadeiras tipo longarina 2 lugares - em estrutura de tubo aço oblongo, com assentos e encosto em poliuretano, com pontaleras plásticas, barra dupla na estrutura, pintura eletrolítica, com peso suportado mínimo de 130 kg. Medidas aprox. 100x89x40 cm (CXAXP). Disponível nas cores preto, branca e azul. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	164	1087	1251
24	13092854	Cadeira longarina 3 lugares - assento e encosto em espuma injetada na cor preto, revestimento em tecido, estrutura em aço com colunas duplas, pintura epóxi na cor preta. Medidas aproximadas do assento 41cm x 38cm (LXP), medidas aproximadas do encosto 30cm x 25cm (LXA).	UN	73	485	588
25	13092852	Cadeira longarina 3 lugares cromado prata - Base fixa, possui assento e encosto com estrutura em aço perfurado e braço em aço cromado com formato anatômico. Peso mínimo por assento 150 Kg.	UN	94	621	715
26	13092853	Cadeira longarina 4 lugares cromado prata - Base fixa, possui assento e encosto com estrutura em aço perfurado e braço em aço cromado com formato anatômico. Peso mínimo por assento 150 Kg.	UN	83	506	674
27	13092851	Cadeira longarina cromada 01 lugar - Base fixa, possui assento e encosto com estrutura em aço perfurado e braço em aço cromado com formato anatômico. Peso mínimo por assento de 150 Kg.	UN	83	550	633
28	13092850	Cadeira para obeso - assento 79x48x45 com 4 pés. Reforçada até 250kg. Cor preta. Material do estofamento: couro sintético. Sem apoio para braços.	UN	91	602	893
29	14286	Cadeira prancheta - assento, encosto e prancheta cortado em poliuretano, no sistema de injeção termoplástica em tubo aço carbono em formato oblongo. Estrutura metálica submetida a um pré-tratamento antirfugosidade de desengraxe, estabilização, fosforização, pintura eletrolítica a pó, peso suportado 110 kg, medidas aprox. 84x54x53 cm (AXLXP). Cores branca, preto e cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	222	1478	1760
30	14286	Cadeira prancheta estofada - com encosto e assento em espuma anatômica injetada com espessura de 50mm, base fixa patio, com revestimento em couro/veludo, peso suportado aprox. 120 kg. Medidas aprox. 146 x 144 x 144 cm, encosto 142 x 46,5 cm, largura total 60 cm, profundidade total 61/70 cm (bordas), admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	227	1512	1738
31	13092844	Cadeira presidente giratória com braço com costura - sistema back system, com base e braços cromados, revestimento do assento e encosto modelo presidente gonada com medidas compensadas e espuma injetada com densidade média de 55 kg/m3, base em aço com capa protetora em poliuretano, medidas aproximadas 63x67x 108 cm (LXPXA) com peso de até 110 kg, revestido 100%PVC, na cor preta. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	205	1362	1591
32	14290	Estante de aço com 6 prateleiras com fechamento lateral e fundo - em chapa mínima 22, com peso suportado por prateleira entre 25 kg e 80 kg, em pintura eletrolítica a pó. Mínimo de 6 prateleiras, com reguláveis de 5 a 5 cm. Medidas aprox. 198x82x42 (AXLXP), cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	219	1459	1678

33	1100101	Estante de aço com 6 prateleiras reforçada - chapa 22 com pintura eletrolítica a pó, cor cinza. Planos de armazenamento regulável suportando até 60 kg bem distribuídos por prateleira. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	277	1843	2120
34	13092856	Gaveteiro com rodízios 3 gavetas - cor Nogal Sevilla/Preto. Confeccionado em material MDP. Comprimento x Largura x Profundidade: 55 cm x 40 cm x 40 cm	UN	78	514	592
35	14292	Gaveteiro volante com 02 gavetas e 1 pasta suspensa - fabricado em MDP de 15mm, com revestimento em laminado de baixa pressão (BP), com borda em pó de 1mm, corredeiras metálicas para gavetas normais o telescópio para pasta suspensa, com chave, rodízios em nylon, medidas aprox. 46x45x67 cm (LXPXA). Na cor cinza.	UN	125	833	958
36	14293	Gaveteiro volante com 04 gavetas com chave - fabricado em material MDP de 15mm, rodízios em nylon, fita de borda sem abas, corredeiras metálicas, medidas aproximadas 47x42x68 cm (LXPXA). Na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	151	1003	1154
37	14312	Mesa angular em L - em tempo em MDP 15mm com acabamento em perfil de PVC 180º tipo ergo Soft, pés em aço, pontaleras niveladoras, com 2 gavetas, medidas aprox. 140x140x74 cm (CXAXA), na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	150	1000	1150
38	14296	Mesa de escritório - cor cinza claro. Tempo e mínimo 2 gavetas revestidas em fórmica, com chave. Armação tubular de 1". Pintura sintética, epóxi. Dimensões aprox. 62 x 125 x 77 cm (LXCXA). Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	277	1843	2120
39	14311	Mesa de escritório linear - fabricado em MDP 25mm, tempos com acabamento em AIS na cor cinza cristal, com turo para pesagem de fios com pés em aço modelo canoa com sapatas niveladoras, pintura eletrolítica a pó, gaveta com chave, com corredeiras telescópicas, puxador em plástico na cor cinza, medidas aprox. 130x74x60 cm (LXAXP), na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	259	1725	1884
40	13092863	Mesa de reunião redonda para 06 (seis) cadeiras - com tempo em MDP de espessura aproximada de 15mm, sendo o acabamento no tempo com perfil em PVC na cor tabaco. Dimensões aproximadas da mesa de 180cm diâmetro x 0,90cm de altura e 0,90cm de largura. A estrutura e pés deverão ser confeccionados em metal ou aço, revestidos com pintura EPOXI na cor tabaco.	UN	21	139	160
41	13092886	Mesa de reuniões diretoria - Cor Nogal Sevilla, Medidas aproximadas: 75cm de altura, 240cm de largura, 120cm de profundidade. Tempo 40 mm de espessura, sapatas niveladoras de alturasistema minitix de montagem.	UN	19	125	144
42	13092859	Mesa em L para escritório com gaveteiro - Cor preta/Sevilla, com corredeiras metálicas e tranca, que pode ser instalado em qualquer lado das mesas, painel de travamento em toda a extensão do produto, tempo produzido em MDP. Mesa medindo 1,50 m x 0,6 m Tamanho total: 1,50 x 1,50 m. Saia painel de travamento, Gaveteiro lateral com extensão de 02 gavetas e 01 gavetão.	UN	73	481	554
43	13092860	Mesa em L para escritório com gaveteiro - Cor preta/Sevilla, 1,20 x 1,50, com corredeiras metálicas e tranca, que pode ser instalado em qualquer lado das mesas, painel de travamento em toda a extensão do produto, tempo produzido em MDP. Mesa medindo 1,20 m x 0,6 m Tamanho total: 1,20 x 1,50 m. Saia painel de travamento, Gaveteiro lateral com extensão de 02 gavetas e 01 gavetão.	UN	51	334	385
44	14298	Mesa para computador teclado rebalçado - fabricado em MDP 15mm, tempo com cantos arredondados e acabamento com perfil ergo Soft 180º em toda extensão da mesa, pés em aço modelo canoa com sapatas niveladoras, pintura eletrolítica epóxi a pó, com pré tratamento de superfície a base de nanotecnologia. Medidas aprox. 74x90x60 cm (AXLXP), na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	131	867	998
45	13092862	Mesa para escritório com gaveteiro - com corredeiras metálicas e tranca, que pode ser instalado em qualquer lado da mesa, painel de travamento em toda a extensão do produto. Tempo produzido em MDP. Mesa medindo: 1,50 m x 0,6 m. Altura: 0,74 m. Sala painel de travamento Gaveteiro lateral com extensão de 02 gavetas e 01 gavetão, Cor Preto/Nogal Sevilla.	UN	74	482	566
46	13092861	Mesa para escritório reta - em madeira MDP; BP 15 mm, com 02 gavetas, dimensões aproximadas: 120cm x 73cm x 60cm (CXAXA), cor preta/ Nogal Sevilla.	UN	64	421	485
47	14300	Mesa para impressora em MDP - fabricado em MDP 15mm, com tempos arredondados e acabamento com perfil ergo Soft 180º em toda extensão da mesa, pés de aço modelo canoa com sapatas niveladoras, pintura eletrolítica epóxi a pó, com medidas aprox. 74x50x40 cm (AXLXP). Na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	256	1703	1959

14303	48	Mesa refectório 06 lugares com bancos escamoteáveis - tampo em MDF 28mm, com bordas em revestimento laminado plástico na cor branca com espessura de 4mm, mochos em polipropileno, diâmetro 290mm, estrutura de madeira em tubo 30x50, com sistema de fixação ao tampo em chapa de aço de 50x70mm, através de 04 parafusos por união auto-arrastante de 5x25mm em fenda cruzada. Elemento de união em tubo com sistema de encaixe macho - fêmea em chapa. Pontalinas de PVC 30x50 mm, na cor preta e batoite auto-arrastante para os mochos em madeira. Estrutura dos bancos em tubo arredondado com sistema de fixação ao mocho através de parafusos auto-arrastante em fenda cruzada. Na cor branca e/ou cinza. Medidas aproximadas 1800x800 cm.	UN	40	263	303
14304	49	Mesa refectório 10 lugares com bancos escamoteáveis - mesas para refectório com tampo em MDF 28mm, acabamento da borda da mesa em fita de PVC - 30 x 4 mm de espessura. Assentos: medindo 0,30 x 0,30 m, borda em perfil de PVC, estrutura montada para bancos escamoteáveis individuais, formada por tubos de aço carbono de seção retangular 50 x 30 mm x 1,20 mm de espessura, bancos produzidos com tubos de aço carbono 30 x 30 mm x 1,20 mm de espessura, pintura epóxi pó texturizado por processo eletrolítico. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	43	283	326
14305	50	Mesa refectório 8 lugares com bancos escamoteáveis - mesas para refectório com tampo em MDF 25 mm e 30 mm, com bordas no sentido de maior comprimento arredondadas com revestimento laminado plástico na cor branca com espessura de 0,4 mm. Mochos em MDF de 25 mm, diâmetro 280 mm revestido nos dois lados e com bordas em laminado plástico branco, estrutura de madeira em tubo 30 x 50 esp. com sistema de fixação ao tampo em chapa de aço de 50 x 70 mm, esp. De 1,8 mm, através de 04 parafusos por união auto-arrastante de 5 x 25 mm. Estrutura dos bancos: em tubo redondo, com sistema de fixação ao mocho através de parafusos de pressão auto-arrastante de fenda cruzada. Elemento de união com a estrutura em aço unidas com parafuso de e porca auto-travante. Ponteira mesa estera de PVC. Medidas aproximadas 2400x800 cm, nas cores branco e/ou cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	41	271	312
1100102	51	Mesa semi oval 10 lugares - mesa para reunião circular dimensão - 3200x1200 x 730mm (CxLxA) tampo em chapa de madeira, 25mm de espessura, em aglomerado, com revestimento melamínico texturizado na cor cinza com borda frontal em perfil de PVC de 3mm de espessura colado pelo sistema HOT MELT, P6 painél de 40mm, saia frontal de 15mm, Estrutura, confeccionada em chapa repeçada e tubos de aço carbono ABNT 1020, sendo as patas inferiores em chapa de aço estampada, unidas à estrutura por meio de solda MIG. A estrutura recebe trilhamento antirruído composto de três banhos químicos dos quais Decapante (para total remoção de qualquer tipo de oxidação), Desengraxante (para retirada de qualquer agente contaminante, que possa comprometer a qualidade da pintura) e desoxidante. Toda aglomerada e partes metálicas na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas de largura, profundidade e altura.	UN	78	514	592
14306	52	Poltrona escritório - poltrona para espera confeccionada em napa na cor cinza claro, braços estofados com o mesmo acabamento; pés em aço tubular cromado, estofado com espuma de 3cm em espuma, densidade 26 e auto suporte. Dimensões aproximadas: altura: 85 cm, largura: 60 cm; profundidade: 53 cm, assento x chão: 47 cm, encosto 39 x 51 cm, assento 42 x 50 cm. Peso sugerido até 120 kg. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	137	907	1044
13092866	53	Poltrona para sala de espera - Cor preto, Tecido predominantemente veludo, Material da estrutura: Madeira, Poltrona peso (kg): 18, Altura (cm): 88, Largura (cm): 94, Altura dos pés: 15, Suporte mínimo de (kg): 110, Profundidade (cm): 70, Altura do encosto: 45, Altura do assento até o chão: 45, Possuindo 4 pés; Tipo de assento: fixo. Tipo de encosto: fixo. Material dos pés: madeira, Material do braço: aculepito, Fimeza do assento: médio, Modelo de poltrona: fixo, Amoldado do assento: fixa, Amoldado do encosto: fixa, Enchimento do braço: fibra siliconada, Enchimento do assento: espuma d-20, Enchimento do encosto: espuma d-20. Material da estrutura: eucalipto, possui pernils elásticos	UN	28	169	195
13092867	54	Quadro em feltro - com moldura em alumínio anodizado natural fosco, fixado, veda de 20x18mm, profundidade, fundo do quadro confeccionado em Eucalipto, 10mm e acabamento em feltro verde ou preto. Dimensões: Altura 120cm e 350 cm de largura.	UN	52	343	395
14307	55	Roupeiro 8 ou 9 portas - roupeiro de aço com 8 ou 9 portas, ornistido em chapa de aço 18 ou 22, com pintura eletrolítica a pó, cor cinza. Dimensões internas aprox. De cada escamoteio (cm): alt. 42, larg. 27, prof. 40. Cor clara obs.: as portas devem ter pinto para cadeado. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	131	873	1004

14308	56	Roupeiro de aço 16 portas - construído em chapa de aço 18 ou 22, com pintura eletrolítica a pó, cor cinza. Dimensões internas aprox. De cada escamoteio (cm): alt. 42, larg. 24, prof. 40. Cor Cinza. obs.: as portas devem ter pinto para cadeado. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	152	1008	1160
1309	57	Roupeiro inatubre em aço 04 portas - com venezianas para ventilação; divisões em cada vão, uma divisão vertical para separação de roupas limpas e sujas) e uma divisão horizontal para posicionamento de sapatos; sistema de fechamento através de pinto para cadeado; medidas mínimas: (a) 193 cm x (f) 100 cm x (p) 40 cm; estrutura em chapa de aço 22 ou 24 (0,50mm ou superior); 6 pinturas eletrolíticas na cor cinza. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	UN	88	569	655
13092868	58	Sofá convencional de 3 lugares - confeccionado em couro, couro sintético, na cor preto. Deverá ter pés em madeira maciça em Eucalipto, com tratamento contra cupim; e estofado confeccionado em espuma de alto conforto, D26 ou de qualidade superior. Conter pernils elásticos e estrutura robusta em madeira eucalipto. Amoldado do assento: fixo e amoldado do encosto: móvel, revestida em couro macio, enchimento do Encosto de Plumas de Silicone. Dimensões: altura do chão à parte mais alta do Encosto: 80cm, profundidade do assento até a parede: 83cm; comprimento do assento: 180cm, mais 2 braços de 20cm, comprimento Total de 2m. Peso mínimo suportado de 400kg	UN	8	52	60
13092869	59	Suporte de CPU - em MDF de alta qualidade e resistência para suportar peso Medidas: 25 cm de comprimento, largura 48,0 cm, e Altura: 13,5cm. 04 rodízios (rodas). Cor: Sefilha.	UN	114	760	874
13092870	60	Suporte para monitor - de mesa, com 3 gavetas, em material MDF - dimensões (LxAx P): 39cm x 16cm x 28cm, cor preta.	UN	117	774	891

PREFEITURA MUNICIPAL
PÁGINA
SARZEDO

- O texto "CÓD. SIPLAN", descrito na primeira coluna da tabela acima, refere-se ao cadastro de bens e serviços do Consórcio ICISMEP, tratando-se de um controle de uso interno.
- O ICISMEP é Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços desta licitação compartilhada.
- Com a finalidade de atribuir maior clareza ao Termo da Referência, o detalhamento, com o quantitativo indicado por cada município consorciado que manifestou interesse na participação do presente procedimento através de ofício, segue exposto no anexo IV.
- Os produtos deverão, quando aplicável, apresentar conformidade às diretrizes da NR-17 (Ergonomia), às normas ABNT pertinentes, ou certificação por organismo acreditado pelo INMETRO, com as devidas comprovações e Selo no corpo do produto.

8 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

8.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um ano), contado da data de sua publicação no Órgão Oficial do ICISMEP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que mantida a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderão ser restabelecidos os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

8.3 Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da Ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da Ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

9 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização dos produtos serão realizados pelo responsável designado pelo órgão solicitante, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.

9.2 O responsável designado pelo órgão solicitante atestará no documento fiscal correspondente a entrega dos itens nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

9.3 Os produtos deverão ser novos e entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da empresa detentora dos preços registrados, no local indicado pelo órgão solicitante, que recusará o recebimento se o objeto for entregue em desconformidade com esta previsão.

9.4 O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida anteriormente.

9.5 No caso de defeitos ou imperfeições nos produtos, os mesmos serão recusados, cabendo à fornecedora substituí-los por outros com as mesmas características exigidas neste termo, no prazo a ser determinado pelo órgão solicitante.

10 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os produtos a serem entregues deverão estar em conformidade com as especificações previstas para cada item no quadro descritivo, admitindo-se a variação máxima de até 5% nas medidas externas.

10.2 A estrutura principal dos materiais deve ser em MDP, MDF ou aço, conforme o tipo de item, com espessura mínima definida (ex.: 15 mm, 18 mm ou 25 mm para painéis de madeira e chapa 22 para aço); Revestimento melamínico de baixa pressão (BP) nas superfícies dos móveis em madeira, para garantir resistência à abrasão, umidade e impactos leves; Pintura eletrostática a pó, no caso de itens metálicos, assegurando resistência contra corrosão e desgaste.

10.3 Quando aplicável ao item, este deve apresentar niveladores de piso para garantir estabilidade mesmo em pisos irregulares; as estruturas devem ser reforçadas com travas ou barras de sustentação para garantir suporte ao peso indicado; deve ser garantida a ausência de arestas cortantes ou superfícies com rebarbas, e os acabamentos devem ser lisos ou arredondados, conforme normas de segurança aplicáveis. Portas, dobradiças, prateleiras e rodízios devem apresentar materiais e acabamentos que suportem o uso diário intensivo.

10.4 Os produtos deverão apresentar conformidade com a Norma ABNT pertinente, ou certificação por organismo acreditado pelo INMETRO, com as devidas comprovações e selo no corpo do produto, quando aplicável, que serão avaliados no momento do recebimento do objeto, e serão recusados caso não atendam às exigências.

10.5 Os itens deverão ser entregues montados ou com montagem incluída. Quando necessária, a montagem deverá ser agendada no ato da entrega, devendo ser realizada dentro do prazo total de entrega do produto.

10.6 Os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

10.6.1 A garantia será prestada com vistas a manter os produtos em perfeitas condições de uso, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, materiais, montagem e vícios ocultos, sem qualquer ônus ou custo adicional ao contratante.

10.6.2 Uma vez notificado, o fornecedor deverá realizar a reparação ou substituição do objeto que apresentar vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

11 DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

11.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama conforme Lei nº 10.165/2000 e Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação.

12 DO MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada órgão participante.

12.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

12.3 O fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

12.3.1 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão ou entidade participante ocorrerão por conta do fornecedor.

12.4 Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

12.5 Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal, quando for o caso.



12.6 Compete ao órgão gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.7 Compete ao órgão participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12.8 O órgão participante deverá designar fiscal da Ata de registro de preços para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este órgão participante e as empresas (fornecedores) contratadas na licitação.

13 DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

13.1 As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada município participante, referente ao exercício de 2025 e seguintes.

13.1.1 O município participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

14 DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO E DO ORÇAMENTO SIGILOSO

O valor da contratação foi estimado por intermédio de pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 75/2023 do Consórcio ICISMEP e do art. 23, caput e § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Importante salientar, contudo, que o valor estimado ou valor máximo da contratação será sigiloso. Isso porque, como extrai-se da obra de Rony Charles Lopes de Torres¹

Após informar os valores máximos que admite contratar, a Administração acaba sendo prejudicada em uma negociação na qual há evidente assimetria de informações, em seu desfavor, já que ela desconhece o preço da oferta real do fornecedor, embora ela conheça o valor máximo que ela aceita pagar. A publicação prévia da estimativa de custos, notadamente no "pregão eletrônico", faz com que os licitantes "ancorem" seus preços em patamar muito próximo a este limite. [...] A ideia de não divulgação da estimativa de custos, junto com o edital, não é inspirada em uma tentativa de fugir ao princípio da publicidade ou de esconder os custos daquela contratação de toda a sociedade; na verdade, ela decorre de um raciocínio natural às

¹ TORRES, Rony Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 14. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023. p. 211-212.

relações de negociação, que deve também ser aplicado nas contratações públicas.

O autor conclui que o orçamento sigiloso tem seus fundamentos em dois aspectos:

[...] o combate à corrupção, uma vez que a não divulgação do orçamento dificultaria e inibiria o conluio entre os licitantes, e a obtenção de vantagens de ordem econômica, já que, diante da ausência de certeza a respeito do valor estimado do objeto licitado, os licitantes acabam obrigados a apresentar seus preços reais, sem orbitar a balizar máxima admitida no edital.

No presente certame, dada a natureza padronizada, mas amplamente concorrencial do de fornecimento de mobiliário de escritório em geral, associada à oscilação natural de preços em razão de fatores como reputação do fabricante, acabamento e funcionalidades agregadas, custo logístico e de volume de produção, a divulgação prévia do valor estimado pode comprometer a livre concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Além disso, existe risco concreto de formação de preços ancorados no orçamento divulgado, o que pode reduzir substancialmente a margem de descontos e a economia esperada, uma vez que os fornecedores tenderiam a ajustar suas propostas ao limite máximo conhecido. Essa prática fere os princípios da economicidade e da vantajosidade que devem nortear as contratações públicas.

Portanto, em vista do favorecimento de uma verdadeira competitividade entre os licitantes para a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, adotar-se-á o caráter sigiloso para os orçamentos, expressamente autorizado pelo art. 24 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo, II - (VETADO). Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

15 DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

15.1 Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2 O objeto da Ata de registro de preços será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior de sua conformidade com as exigências, e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante.

15.3 Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis após emissão da Autorização de Fornecimento:



15.3.1 ICISMEP: Almoxxarifado do Hospital ICISMEP: Unidade Hospital 272 Joias, situada na Rua Maurício Guimarães, nº 420 - Bairro Madre Liliane, Igarapé/MG

15.3.2 MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Araçuaia	Rua Juc de Faria, Nº 1553, Centro, Araçuaia/MG
Bela Vista de Minas	Rua Justina, S/Nº, Bairro Maria Marcelina, Bela Vista de Minas/MG
Bom Despacho	Avenida Manoel da Costa Gonçalo, Nº 91, Bairro Ozanan, Bom Despacho/MG
Brunópolis	Estrada Municipal, nº 71, Desmembramento Jeraúba, Brunópolis/MG
Campos Belo	Rua Expedicionário Boavista Massole, Nº 520, Bairro Vila Escolas, Campo Belo/MG
Cláudio	Avenida Araguary, Nº 25, Centro, Cláudio/MG
Confins	Rua José Gonçalves Filho, Nº 62, Centro, Confins/MG
Contagem	Rua Portugal, Nº 08, Bairro Nossa Senhora de Glória, Contagem/MG
Esmeraldas	Avenida José Pinto da Silva, Nº 409, Bairro São José, Esmeraldas/MG
	Rua Benedito Valadares, Nº 243 e 688, Centro, Floresta/MG
	Rua Elias Lopes, Nº 173, Centro, Floresta/MG
Floresta	Rua Santiago Gaudêncio de Souza, Nº 180, Centro, Floresta/MG
	Rua Ezequiel Fraga, Nº 368 e 05, Centro, Floresta/MG
	Rua Israel Pinheiro, Nº 453, Centro, Floresta/MG
Fornalha	Rua Dr. Teixeira Soares, Nº 92, Centro, Fornalha/MG
Ibirité	Rua Paranaíba, Nº 05, Centro, Ibirité/MG
Igarapé	Rua Santos Dumont, Nº 288, Bairro Marechal Rondon, Igarapé/MG
Itauna	Avenida Manoel da Custódia, Nº 1111, Bairro Vila Nazaré, Itauna/MG
Jaboticatubas	Rua Santa Cruz, Nº 120, Bairro Bom Jesus, Jaboticatubas/MG
Juiz de Fora	Rua José Monteiro, Nº 61, Centro, Juiz de Fora/MG
Mário Campos	Rua José da Silva Pinto, Nº 902, Bairro São Taidio, Mário Campos/MG
Martinho Campos	Rua Professor Coutinho, Nº 340, Centro, Martinho Campos/MG
Mataus Lente	Avenida Santos Dumont, Nº 2250, Bairro Vila Suzana, Mataus Lente/MG
Matãozinho	Rua João Gonçalves de Oliveira, Nº 201, Bairro São Pedro, Matãozinho/MG
	Prça Bom Jesus, Nº 99, Centro, Matãozinho/MG
Nova Era	Rua Gaspar de Moraes, Nº 325, Bairro Municipal, Nova Era/MG
	Rua João Pinheiro, Nº 91, Centro, Nova Era/MG
Nova Serrana	Avenida Benjamin Martins do Espírito Santo, Nº 2112, Bairro Park Dona Gumerinda Martins, Nova Serrana/MG
Ouro Preto	Rua Hugo Sodré, S/Nº, Bairro Saramenha, Ouro Preto/MG
Pará de Minas	Rua Fiel Lourenço, Nº 89, Bairro São Francisco, Pará de Minas/MG
Pequi	Prça Santo Antônio, Nº 190, Centro, Pequi/MG
Petropolis	Avenida José Leite de Freitas, Nº 427, Centro, Petropolis/MG
Rio Manso	Prça Fontaine Campos, Nº 46, Centro, Rio Manso/MG
	Rua Padre Eplido Rosa de Lima, Nº 155, Centro, Rio Manso/MG
São Domingos do Prata	Avenida Ministro Paulino Cicero, Nº 262, Bairro Dona Julieta, São Domingos do Prata/MG
São Joaquim de Bicas	Avenida Antônio Monteiro Lara, Nº 37, Bairro Tereza Cristina, São Joaquim de Bicas/MG
São Sebastião do Oeste	Prça Padre Altamiro da Faria, Nº 178, Centro, São Sebastião do Oeste/MG



16 DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O órgão solicitante pagará ao fornecedor o valor correspondente ao quantitativo de produtos efetivamente entregues, nas condições estipuladas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência, de acordo com os preços que serão registrados, condicionado à atestação expedida pelo órgão participante.

16.2 O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado pelo órgão solicitante após a comprovação da entrega do objeto nas condições exigidas, mediante atestação do responsável e apresentação dos documentos fiscais atualizados, no prazo de até 30 (trinta) dias.

16.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela empresa detentora dos preços registrados em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal.

16.4 Identificada pelo órgão solicitante qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à empresa detentora dos preços registrados para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento desde que devidamente sanado o vício.

16.5 Os pagamentos devidos pelo Consórcio serão efetuados por meio de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária a ser informada pelo fornecedor, preferencialmente do Banco do Brasil, ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionalizada entre as partes, vedando-se o pagamento através de boleto bancário.

16.6 O pagamento não será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária ou compensação financeira.

16.7 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a empresa detentora dos preços registrados dará ao órgão solicitante plena, geral e irretratável, quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

17 DA AUSÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Para o presente objeto, o Consórcio destinará integralmente sua capacidade operacional ao atendimento exclusivo dos entes consorciados, razão pela qual não se justifica a realização de procedimento público de intenção de registro de preços, sendo o certame voltado exclusivamente à demanda interna dos entes que integram o ICISMEP.

18 DAS CONDIÇÕES GERAIS

18.1 O Consórcio ICISMEP e os órgãos participantes reservam para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto no Termo de

Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto?

19 INTEGRAR ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IV - Tabela Consolidada de Estimativas de Consumo Informadas pelos Municípios.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP.



Razão Social do Licitante:
CNPJ:
Endereço:
E-mail:
Telefone:
Representante Legal (nome, RG, CPF e qualificação):
Responsável pela assinatura da Ata (nome, RG, CPF e qualificação):

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	MARCA (quando aplicável)	MODELO (quando aplicável)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
VALOR TOTAL:							

Valor total da proposta: R\$ _____ (por extenso)

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Dados bancários: Banco; Cidade; Agência; Conta Corrente; Chave Pix.

Local e data

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Proposta a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente e contenha todos os dados citados.

² Termo de Referência anexo ao edital segue as determinações do setor de Planejamento de Contratações, e encontra-se de acordo com o documento aprovado e julgado em fls. 141-152 do Processo Licitatório nº 134/2025

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAQUEBA - ICISMEP**, inscrito no CNPJ sob nº 05.802.877/0001-10, órgão gerenciador, com sede na Rua Orquídeas, nº 489, Bairro Flor de Minas, no Município de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais, CEP 32.920-000, a seguir denominado **CONSÓRCIO ICISMEP**, neste ato representado por seu diretor institucional Sr. Eustáquio da Abadia Amaral e _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, no Município de _____, CEP: _____, Fone (____) _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por seu sócio/procurador Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, nos termos do artigo 40, II da Lei Federal nº 14.133/21, observadas, ainda, as disposições do Edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025**, do tipo menor preço, auxiliado pelo Sistema de Registro de Preços, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.462/23, e demais disposições legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão, resolvem registrar os preços da empresa acima citada, de acordo com o item disputado e a classificação por ela alcançada, observadas as condições do Edital que integram este instrumento de registro, mediante as condições a seguir situadas:

1 DO OBJETO

1.1 A presente ata tem como objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP.

2 DA VALIDADE DA ATA

2.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um ano), contado da data de sua publicação no Órgão Oficial do ICISMEP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que mantida a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderão ser restabelecidos os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

2.3 Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da Ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO E DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

3.1 Estima-se que as aquisições decorrentes deste registro de preços poderão atingir as quantidades apresentadas no quadro do item 4, durante a validade da Ata.

3.2 Cabe ao órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente.

3.3 As despesas decorrentes da contratação, objeto do presente certame, correrão a conta de dotação especificada nos orçamentos de cada município participante, referente ao exercício de 2025 e seguintes.

3.3.1 O município participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

4 DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro a seguir:

COD. SIPLAN	ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
VALOR TOTAL:							

4.2 Valor total dos preços registrados: R\$ XXXX (XXXXXXXXXX).

5 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 Os produtos a serem entregues deverão estar em conformidade com as especificações previstas para cada item no quadro descritivo, admitindo-se a variação máxima de até 5% nas medidas externas.

5.2 A estrutura principal dos materiais deve ser em MDP, MDF ou aço, conforme o tipo de item, com espessura mínima definida (ex.: 15 mm, 18 mm ou 25 mm para painéis de madeira e chapa 22 para aço); Revestimento melamínico de baixa pressão (BP) nas superfícies dos móveis em madeira, para garantir resistência à abrasão, umidade e impactos leves; Pintura eletrostática a pó, no caso de itens metálicos, assegurando resistência contra corrosão e desgaste.

5.3 Quando aplicável ao item, este deve apresentar niveladores de piso para garantir estabilidade mesmo em pisos irregulares; as estruturas devem ser reforçadas com travas ou barras de sustentação para garantir suporte ao peso indicado; deve ser garantida a ausência de arestas cortantes ou superfícies com rebarbas, e os acabamentos devem ser lisos ou arredondados, conforme normas de segurança aplicáveis. Portas, dobradiças, prateleiras e rodízios devem apresentar materiais e acabamentos que suportem o uso diário intensivo.

Os produtos deverão apresentar conformidade com a Norma ABNT pertinente, ou certificação por organismo acreditado pelo INMETRO, com as devidas comprovações



e selo no corpo do produto, quando aplicável, que serão avaliados no momento do recebimento do objeto, e serão recusados caso não atendam às exigências.

5.5 Os itens deverão ser entregues montados ou com montagem incluída. Quando necessária, a montagem deverá ser agendada no ato da entrega, devendo ser realizada dentro do prazo total de entrega do produto.

5.6 Os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

5.6.1 A garantia será prestada com vistas a manter os produtos em perfeitas condições de uso, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, materiais, montagem e vícios ocultos, sem qualquer ônus ou custo adicional ao contratante.

5.6.2 Uma vez notificado, o fornecedor deverá realizar a reparação ou substituição do objeto que apresentar vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

6 DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

6.1 Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 O objeto da Ata de registro de preços será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior de sua conformidade com as exigências, e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante.

6.3 Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis após emissão da Autorização de Fornecimento:

6.3.1 ICISMEP: Almoxarifado do Hospital ICISMEP: Unidade Hospital 272 Jolias, situada na Rua Maurício Guimarães, 420 - Bairro Madre Lilliane, Igarapé/MS.

6.3.2 MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Araújo	Rua Jaz de Fora, Nº 1553, Centro, Araújo/MS
Bela Vista de Minas	Rua Justina, S/Nº, Bairro Maria Marcelina, Bela Vista de Minas/MS
Bom Despacho	Avenida Manoel da Costa Gonçs, Nº 91, Bairro Ozanan, Bom Despacho/MS
Bumadinho	Estrada Municipal, nº 71, Desmembramento Jaculibá, Bumadinho/MS
Campo Belo	Rua Expedicionário Boaventura Nassola, Nº 520, Bairro Via Esportiva, Campo Belo/MS
Cláudio	Avenida Azeite, Nº 25, Centro, Cláudio/MS
Corfins	Rua José Gonçalves Filho, Nº 62, Centro, Corfins/MS
Contagem	Rua Portugal, Nº 08, Bairro Nossa Senhora da Glória, Contagem/MS



Emeraladas	Avenida José Pinto da Silva, Nº 409, Bairro São José, Esmeraldas/MS
Forestal	Rua Benedito Veladas, Nº 243 e 888, Centro, Forestal/MS
	Rua Elias Lopes, Nº 173, Centro, Forestal/MS
	Rua Santiago Gaudêncio de Souza, Nº 160, Centro, Forestal/MS
	Rua Ezequiel Fraga, Nº 368 e 06, Centro, Forestal/MS
	Rua Israel Pinheiro, Nº 453, Centro, Forestal/MS
Formiga	Rua Dr. Teixeira Soares, Nº 92, Centro, Formiga/MS
Ibiritá	Rua Pentana, Nº 05, Centro, Ibiritá/MS
Igarapé	Rua Santos Dumont, Nº 288, Bairro Marechal Rondon, Igarapé/MS
Itaúna	Avenida Manoel da Custódia, Nº 1111, Bairro Vila Nazaré, Itaúna/MS
Jaboticatubas	Rua Santa Cruz, Nº 120, Bairro Bom Jesus, Jaboticatubas/MS
Justuba	Rua José Monteiro, Nº 61, Centro, Justuba/MS
Mário Campos	Rua José da Silva Pinto, Nº 902, Bairro São Tarcísio, Mário Campos/MS
Martinho Campos	Rua Professor Coutinho, Nº 340, Centro, Martinho Campos/MS
Matheus Leite	Avenida Santos Dumont, Nº 2250, Bairro Vila Suzana, Matheus Leite/MS
Matosinhos	Rua João Gonçalves de Oliveira, Nº 201, Bairro São Pedro, Matosinhos/MS
	Praca Bom Jesus, Nº 99, Centro, Matosinhos/MS
Nova Era	Rua Gaspar de Moraes, Nº 325, Bairro Marajá, Nova Era/MS
	Rua João Pinheiro, Nº 91, Centro, Nova Era/MS
Nova Serrana	Avenida Benjamin Martins do Espírito Santos, Nº 2112, Bairro Park Dona Gumeranda Martins, Nova Serrana/MS
Ouro Preto	Rua Hugo Sodré, S/Nº, Bairro Saramenta, Ouro Preto/MS
Pará de Minas	Rua Frei Lourenço, Nº 89, Bairro São Francisco, Pará de Minas/MS
Pequi	Praca Santo Antônio, Nº 190, Centro, Pequi/MS
Perdigão	Avenida José Leite de Freitas, Nº 427, Centro, Perdigão/MS
Rio Manso	Praca Fortunato Campos, Nº 46, Centro, Rio Manso/MS
	Rua Padre Eulálio Rosa de Lima, Nº 155, Centro, Rio Manso/MS
São Domingos do Prata	Avenida Ministro Paulino Cicero, Nº 262, Bairro Dona Julieta, São Domingos do Prata/MS
São Joaquim de Bicas	Avenida Antônio Monteiro Lara, Nº 37, Bairro Tenza Cristina, São Joaquim de Bicas/MS
São Sebastião do Oeste	Praca Padre Altamiro de Faria, Nº 178, Centro, São Sebastião do Oeste/MS

7 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

7.1 O acompanhamento e a fiscalização dos produtos serão realizados pelo responsável designado pelo órgão solicitante, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2 O responsável designado pelo órgão solicitante atestará no documento fiscal correspondente a entrega dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

7.3 Os produtos deverão ser novos e entregues devidamente embalados, acondicionados

e transportados com segurança e sob a responsabilidade da empresa detentora dos preços registrados, no local indicado pelo órgão solicitante, que recusará o recebimento se o objeto for entregue em desconformidade com esta previsão.

7.4 O recebimento definitivo do objeto somente se efetuará com a atestação referida anteriormente.

7.5 No caso de defeitos ou imperfeições nos produtos, os mesmos serão recusados, cabendo à fornecedora substituí-los por outros com as mesmas características exigidas neste termo, no prazo a ser determinado pelo órgão solicitante.

8 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/23:

8.1.1 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

8.1.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

8.2 A adesão fica condicionada a aceitação pelo fornecedor, bem como pelo órgão gerenciador.

9 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Consórcio ICISMEP e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas do fornecedor designadas para a execução do objeto, sendo o beneficiário do preço registrado o único responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

9.2 O beneficiário do preço registrado guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo Consórcio ICISMEP ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos.

9.3 O Consórcio ICISMEP reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto no termo de referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

9.4 O beneficiário do preço registrado não poderá subcontratar partes do objeto da presente Ata, sem a concordância do Consórcio ICISMEP, manifestada após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado e formalizado por termo aditivo, por meio do qual se mantenha a integral responsabilidade do mesmo fornecedor pela entrega dos produtos correspondentes.

9.5 Nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.462/23, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

10 DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

10.1 A fiscalização do objeto contratado será realizada pelos fiscais designados pelo Consórcio em relação às suas próprias contratações, e pelos fiscais indicados pelos municípios participantes.

10.1.1 O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade do detentor do preço registrado pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

10.2 No âmbito do consórcio, o extrato de designação do fiscal deverá ser publicado no órgão oficial do Consórcio ICISMEP em até 5 (cinco) dias após a publicação do extrato da Ata.

10.3 O fiscal atestará, por servidor devidamente identificado, no documento fiscal correspondente a entrega dos produtos nas condições exigidas, inclusive quanto ao quantitativo contratado, constituindo tal confirmação requisito suplementar para a liberação dos pagamentos ao beneficiário do preço registrado.

10.4 O fiscal comunicará ao beneficiário do preço registrado qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigi-la.

11 DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

11.1 O beneficiário do preço registrado responderá por todo e qualquer dano direto provocado ao Consórcio ICISMEP, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Consórcio ICISMEP, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-lhes integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

11.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Consórcio ICISMEP e municípios consorciados (participantes), decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo fornecedor, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Consórcio ICISMEP a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.



11.3 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do beneficiário do preço registrado for apresentada ou chegar ao conhecimento do Consórcio ICISMEP, este comunicará ao fornecedor por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar ao Consórcio ICISMEP a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo fornecedor não a eximem das responsabilidades assumidas perante ao Consórcio ICISMEP, nos termos desta cláusula.

11.4 Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do Consórcio ICISMEP, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo beneficiário do preço registrado, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento do Consórcio ICISMEP, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do fornecedor; ou
- b) medida judicial apropriada, a critério do Consórcio ICISMEP.

12 DO FATURAMENTO

12.1 Os empenhos, as autorizações de fornecimentos e notas fiscais deverão ser emitidas em nome do beneficiário do preço registrado, no CNPJ dos documentos apresentados na licitação, que consta no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços.

12.1.1 Caso o beneficiário do preço registrado tenha apresentado na licitação os documentos da Matriz e da Filial, para efeitos de faturamento será considerado o CNPJ da Filial.

13 DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 O órgão solicitante pagará ao fornecedor o valor correspondente ao quantitativo de produtos efetivamente entregues, nas condições estipuladas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência, de acordo com os preços que serão registrados, condicionado à atestação expedida pelo órgão participante.

13.2 O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado pelo órgão solicitante após a comprovação da entrega do objeto nas condições exigidas, mediante atestação do responsável e apresentação dos documentos fiscais atualizados, no prazo de até 30 (trinta) dias.

13.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela empresa detentora dos preços registrados em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal

13.4 Identificada pelo órgão solicitante qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à empresa detentora dos preços registrados para que sejam feitas as

correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento desde que devidamente sanado o vício.

Os pagamentos devidos serão realizados pelos órgãos participantes, sendo vedado o pagamento por intermédio de boleto bancário.

13.6 O pagamento não será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito à alteração de preços, correção monetária ou compensação financeira.

Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a empresa detentora dos preços registrados dará ao órgão solicitante plena, geral e irrevogável, quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

13.8 Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo órgão gerenciador, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal.

14 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderão ser restabelecidos os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

14.2 Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os órgãos participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

14.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.3.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

14.4 Na ocorrência das situações previstas anteriormente o órgão gerenciador promoverá as necessárias negociações junto aos fornecedores, devendo:

14.4.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;



14.4.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

14.4.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

14.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.5.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.6 O setor gerenciador avaliará o mercado constantemente promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento do preço, nos termos do art. 26 e 27 do Decreto nº 11.462/23.

14.7 O gestor da ARP deverá realizar o controle dos produtos entregues, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

14.8 Nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.462/23, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços

15 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

15.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto federal nº 11.462, de 2023; ou

15.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O registro de preços também poderá ser cancelado por razões de interesse público.

15.3 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o

contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

15.4 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

15.4.1 Por razão de interesse público;

15.4.2 A pedido do fornecedor, ou

15.4.3 Se não houver êxito nas negociações.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 Os valores poderão ser reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial.

17 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata;

17.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato/Ata;

17.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 Não celebrar o contrato/Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/Ata;

17.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/Ata;

17.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



17.1.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

17.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

17.2.1 Advertência;

17.2.2 Multa;

17.2.3 Impedimento de licitar ou contratar;

17.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3 Na aplicação das sanções será considerado o disposto no § 1º, do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

17.4 A sanção prevista no subitem 17.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 17.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5 A sanção prevista no subitem 17.2.2, aplicável ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 17.1, será de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência, não podendo ser inferior a 0,5%, observado o disposto no item 17.3.

17.6 Nos casos de mora, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a sanção prevista no subitem 17.2.2 poderá ser aplicada na forma que se segue:

17.6.1 Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência;

17.6.2 Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos serviços/produtos, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, hipótese em que poderá ser declarada a inexecução parcial do Contrato/Ata de Registro de Preços;

17.6.3 Multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre os valores da ordem de fornecimento/serviço, referente as parcelas inadimplidas, em caso de descumprimento sistemático e reiterado de obrigações, hipótese em que

poderá ser declarada a inexecução total do Contrato/Ata de Registro de Preços.

17.8 A sanção prevista no subitem 17.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.9 A sanção prevista no subitem 17.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.9 A sanção estabelecida no subitem 17.2.4 será precedida de análise jurídica e observará o disposto no art. 156, § 6º, da Lei nº 14.133/21.

17.10 As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3 e 17.2.4 poderão ser cumulativamente aplicadas com a prevista no subitem 17.2.2.

17.11 A aplicação das sanções previstas nos subitens 17.2.3 e 17.2.4 requererá a instauração de processo de responsabilização para avaliação dos atos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.12 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

17.13 A reabilitação do licitante será admitida na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

18 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (ICISMEP)

18.1 Compete ao órgão gerenciador (ICISMEP) praticar os atos de controle e administração do SRP descritos no art. 7º do Decreto Federal nº 11.462/23, em especial:

18.1.1 Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

18.1.2 Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta;



- 18.1.3 Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
- 18.1.4 Remanejar os quantitativos da ata;
- 18.1.5 Gerenciar a ata de registro de preços;
- 18.1.6 Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- 18.1.7 Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.
- 18.1.8 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, bem como procedimentos administrativos para a aplicação de penalidades relacionadas aos itens adquiridos pelo Consórcio;
- 18.1.9 Definir sobre cancelamento de preço registrado;
- 18.1.10 Observar as disposições contidas no art. 7º do Decreto Federal nº 11.462/23;
- 18.2 Compete ao órgão gerenciador efetuar o pagamento ao fornecedor, em relação às suas próprias aquisições.

19 DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (MUNICÍPIOS PARTICIPANTES)

19.1 Serão de responsabilidade do órgão participante:

- 19.1.1 Pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;
- 19.1.2 Fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- 19.1.3 Cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;
- 19.1.4 Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;
- 19.1.5 Demais disposições contidas nesta Ata e na legislação pertinente.

20 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

65

20.1 Será de responsabilidade do beneficiário do preço registrado cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 20.1.1 Fornecer o objeto previsto nesta Ata, de acordo com as especificações exigidas, de acordo com os preços estipulados em sua proposta;
- 20.1.2 Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas;
- 20.1.3 Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão.
- 20.1.4 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador;
- 20.1.5 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico.
- 20.1.6 Emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos.
- 20.1.6.1 A nota fiscal emitida deverá conter destaque do valor de todos os Tributos passível de retenção pelo Órgão Participantes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF.

21 DO MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1 A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada órgão participante.
- 21.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 21.3 O fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 21.3.1 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão ou entidade participante ocorrerão por conta do fornecedor.
- 21.4 Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os equipamentos e acessórios a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 21.5 Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de

66



peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal, quando for o caso.

21.6 Compete ao órgão gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

21.7 Compete ao órgão participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8 O órgão participante deverá designar fiscal da Ata de registro de preços para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este órgão participante e as empresas (fornecedores) contratadas na licitação.

22. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

22.1 As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência desta Ata, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

22.2 As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução desta Ata, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

22.3 Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

22.4 O Consórcio declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar ao fornecedor, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

23. ANTICORRUPÇÃO

23.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução desta Ata, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se

comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Igarapé, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 01 (uma) via, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Joaquim de Bicas/MG, na data da última assinatura digital.

Diretor Institucional do Consórcio
ICISMEP

REPRESENTANTE DO FORNECEDOR

Testemunhas:

1 -

Nome Completo:
Carteira de Identidade:
CPF:

2 -

Nome Completo:
Carteira de Identidade:
CPF:



[illegible][illegible]





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 936/2025

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÍPOEBA - ICISMEP**, CNPJ Nº 05.892.877/0001-10, órgão gerenciador, com sede na Rua Orquídeas, nº 489, Bairro Flor de Minas, no Município de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais, CEP 32.920-000, a seguir denominado Consórcio ICISMEP, neste ato representado por seu diretor institucional Sr. Eustáquio da Abadia Amaral e **MUNDO OFFICE LTDA**, com sede na Rua da Suíça, nº 261, Bairro Jardim Casa Branca, no Município de Belim - MG, CEP: 32.656-650, Fone (31) 3532-1006, e-mail vitormundoffice@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 23.317.916/0001-75, Inscrição Estadual nº 002630994-00-07, neste ato representado por seu sócio **Sr. Roberto de Souza Pedrosa**, inscrito no CPF sob o nº ***-**-****-49 e portador da Carteira de Identidade nº ****-**-****, SSP/MG nos termos do artigo 40, II da Lei Federal nº 14.133/21, observadas, ainda, as disposições do Edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025**, do tipo menor preço, auxiliado pelo Sistema de Registro de Preços, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.462/23, e demais disposições legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão, resolvem registrar os preços da empresa acima citada, de acordo com o item disputado e a classificação por ela alcançada, observadas as condições do Edital que integram este instrumento de registro, mediante as condições a seguir situadas:

1 DO OBJETO

1.1 A presente ata tem como objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário de escritório em geral, para atender às demandas dos municípios consorciados ao ICISMEP.

2 DA VALIDADE DA ATA

2.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um ano), contado da data de sua publicação no Órgão Oficial do ICISMEP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que mantida a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderão ser restabelecidos os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

2.3 Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da Ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO E DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

3.1 Estima-se que as aquisições decorrentes deste registro de preços poderão atingir as quantidades apresentadas no quadro do item 4, durante a validade da Ata.

3.2 Cabe ao órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente.

3.3 As despesas decorrentes da contratação, objeto do presente certame, correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada município participante, referente ao exercício de 2025 e seguintes.

3.3.1 O município participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

4 DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro a seguir:

QUANT.	ITEM	SIPLAN	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1149	15	13082857	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas - base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, braços em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento L51 x G55 cm / Encosto A51 x G53 cm.	LN	RHODES - GIRATORIO	R\$ 410,00	R\$ 471 090,00
4199	17	1100098	Cadeira executiva giratória com braços - assento e encosto estofado em espuma injetada com alta densidade com espessura mínima de 4cm, revestida em courovin, produzida em madeira compensada anatômica, estrutura em aço carbono, base giratória macanismo back system, com duas alavancas de regulagem para inclinação e altura do encosto, regulagem de altura do assento a gás, rodízios duplos, com medidas aprox. 92x50x46 (Altura). Peso suportado até 110 kg, na cor preta. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nos itens.	LN	RHODES - GIRATORIO	R\$ 420,00	R\$ 1 763 590,00
1251	23	14288	Cadeiras tipo longarina 2 lugares - em estrutura do tubo aço abalço, com assentos e encosto em polipropileno, com ponteiros, plásticos, barra dupla na estrutura, pintura eletrolítica, com peso suportado mínimo de 130 kg, medidas aproximadas 108x59x40 cm (CXAAP). Disponível nas cores preta, branca e azul. Admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nos itens.	LN	RHODES - LONGARINA	R\$ 175,00	R\$ 218 925,00
1739	30	14288	Cadeira prancheta estofada - com encosto e assento em espuma anatômica injetada com espessura de 50mm, base fixa pedale, com revestimento em courovinil, peso suportado aprox. 120 kg, medidas aprox. Assento: 46 x P44 cm., encosto 142 x 44x5 cm., largura total 60 cm., profundidade total 61 / 70 cm (aberto), admite-se a variação de até 5 (cinco) por cento nos itens.	LN	RHODES - PRANCHETA	R\$ 203,00	R\$ 353 017,00



13052644	31	1557	Cadeira presidente giratória com braço com costura - sistema back system, com base e braços cromados; revestimento do assento e encosto modelo presidente gamada com madeiras compensadas e espuma injetadas com densidade média de 55 kg/m3, base em aço com capote protetora em polipropileno, medidas aproximadas: 63x67x 109 cm (LXPXA) com peso de até 110 kg, revestido 100%PVC, na cor preta. Admito-se a variação de até 5 (cinco) por cento nas medidas.	3	R\$ 510,00	R\$ 799.170,00
UN						PRODUTOS -
VALOR TOTAL:						R\$ 3.605.782,00

4.2 Valor total dos preços registrados: **R\$ 3.605.782,00** (três milhões, seiscentos e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais)

5 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 Os produtos a serem entregues deverão estar em conformidade com as especificações previstas para cada item no quadro descritivo, admitindo-se a variação máxima de até 5% nas medidas externas.

5.2 A estrutura principal dos materiais deve ser em MDP, MDF ou aço, conforme o tipo de item, com espessura mínima definida (ex.: 15 mm, 18 mm ou 25 mm para painéis de madeira e chapa 22 para aço); Revestimento melâmico de baixa pressão (BPF) nas superfícies dos móveis em madeira, para garantir resistência à abrasão, umidade e impactos leves; Pintura eletrostática a pó, no caso de itens metálicos, assegurando resistência contra corrosão e desgaste.

5.3 Quando aplicável ao item, este deve apresentar niveladores de piso para garantir estabilidade mesmo em pisos irregulares; as estruturas devem ser reforçadas com travas ou barras de sustentação para garantir suporte ao peso indicado; deve ser garantida a ausência de arestas cortantes ou superfícies com rebarbas, e os acabamentos devem ser lisos ou arredondados, conforme normas de segurança aplicáveis. Portas, dobradiças, prateleiras e rodízios devem apresentar materiais e acabamentos que suportem o uso diário intensivo.

5.4 Os produtos deverão apresentar conformidade com a Norma ABNT pertinente, ou certificação por organismo acreditado pelo INMETRO, com as devidas comprovações e selo no corpo do produto, quando aplicável, que serão avaliados no momento do recebimento do objeto, e serão recusados caso não atendam às exigências.

5.5 Os itens deverão ser entregues montados ou com montagem incluída. Quando necessária, a montagem deverá ser agendada no ato da entrega, devendo ser realizada dentro do prazo total de entrega do produto.

5.6 Os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

5.6.1 A garantia será prestada com vistas a manter os produtos em perfeitas condições de uso, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, materiais, montagem e vícios ocultos, sem qualquer ônus ou custo adicional ao contratante.

5.6.2 Uma vez notificado, o fornecedor deverá realizar a reparação ou substituição do objeto que apresentar vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

6.1 Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 O objeto da Ata de registro de preços será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior de sua conformidade com as exigências, e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante.

6.3 Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis após emissão da Autorização de Fornecimento:

6.3.1 **ICISMEP:** Almoxarifado do Hospital ICISMEP: Unidade Hospital 272 Joias, situada na Rua Maurício Guimarães, 420 - Bairro Madre Liliare, Igarapé/MG.

6.3.2 MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Araújos	Rua Juiz de Fora, Nº 1553, Centro, Araújos/MG
Bela Vista de Minas	Rua Justina, S/Nº, Bairro Maria Marcelina, Bela Vista de Minas/MG
Bom Despacho	Avenida Manoel da Costa Gentil, Nº 91, Bairro Ozanan, Bom Despacho/MG
Brunadinho	Estrada Municipal, nº 71, Desmembramento Jequitibá, Brunadinho/MG
Campo Belo	Rua Expedicionário Boaventura Massola, Nº 520, Bairro Vila Esclástica, Campo Belo/MG
Claudio	Avenida Araguaia, Nº 25, Centro, Claudio/MG
Contim	Rua José Gonçalves Filho, Nº 62, Centro, Contim/MG
Contagem	Rua Portugal, Nº 08, Bairro Nossa Senhora da Glória, Contagem/MG
Emeraldas	Avenida José Pinto da Silva, Nº 409, Bairro São José, Emeraldas/MG
Florestal	Rua Benedito Viadanas, Nº 243 e 688, Centro, Florestal/MG
	Rua Elias Lopes, Nº 173, Centro, Florestal/MG
	Rua Santiago Giudêncio de Souza, Nº 180, Centro, Florestal/MG
	Rua Ezequiel Fraga, Nº 388 e 06, Centro, Florestal/MG
Formiga	Rua Israel Pinheiro, Nº 453, Centro, Florestal/MG
	Rua Dr. Teixeira Soares, Nº 92, Centro, Formiga/MG
Ibitiê	Rua Pantana, Nº 05, Centro, Ibitiê/MG
Igarapé	Rua Santos Dumont, Nº 288, Bairro Marechal Rondon, Igarapé/MG
Itaúna	Avenida Manoel da Custódia, Nº 1111, Bairro Vila Nazaré, Itaúna/MG
Jacobiulubas	Rua Santa Cruz, Nº 120, Bairro Bom Jesus, Jacobiulubas/MG
Juatuba	Rua José Monteiro, Nº 61, Centro, Juatuba/MG
Mário Campos	Rua José da Silva Pinto, Nº 902, Bairro São Tarcísio, Mario Campos/MG
Martinho Campos	Rua Professor Coutinho, Nº 340, Centro, Martinho Campos/MG
Mateus Leme	Avenida Santos Dumont, Nº 2250, Bairro Vila Suzana, Mateus Leme/MG

Matosinhos	Rua João Gonçalves de Oliveira, Nº 201, Bairro São Pedro, Matosinhos/MG
Nova Era	Praça Bom Jesus, Nº 99, Centro, Matosinhos/MG
Nova Serrana	Rua Gaspar da Moura, Nº 325, Bairro Menhau, Nova Era/MG
Ouro Preto	Rua João Froheiro, Nº 91, Centro, Nova Era/MG
Pará de Minas	Avenida Benjamin Martins do Espírito Santo, Nº 2112, Bairro Park Domus, Gumerinda, Nova Serrana/MG
Pequi	Rua Hugo Sodani, S/Nº, Bairro Saramenha, Ouro Preto/MG
Pardigão	Rua Frei Lourenço, Nº 89, Bairro São Francisco, Pará de Minas/MG
Rio Manso	Praça Santo Antônio, Nº 190, Centro, Pequi/MG
São Domingos do Prata	Avenida José Leite de Freitas, Nº 427, Centro, Pardigão/MG
São Sebastião do Oeste	Praça Fortunato Campos, Nº 46, Centro, Rio Manso/MG
	Rua Pedro Egidio Rosa da Lima, Nº 155, Centro, Rio Manso/MG
	Avenida Ministro Pádua Cicero, Nº 262, Bairro Dona Jureide, São Domingos do Prata/MG
	Avenida Antônio Monteiro Lara, Nº 37, Bairro Tanza Cichina, São Joaquim de Bicas/MG
	Praça Padre Allanero da Faria, Nº 178, Centro, São Sebastião do Oeste/MG

7 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 7.1 O acompanhamento e a fiscalização dos produtos serão realizados pelo responsável designado pelo órgão solicitante, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.2 O responsável designado pelo órgão solicitante atestará no documento fiscal correspondente a entrega dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.
- 7.3 Os produtos deverão ser novos e entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da empresa detentora dos preços registrados, no local indicado pelo órgão solicitante, que recusará o recebimento se o objeto for entregue em desconformidade com esta previsão.
- 7.4 O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida anteriormente.
- 7.5 No caso de defeitos ou imperfeições nos produtos, os mesmos serão recusados, cabendo à fornecedora substituí-los por outros com as mesmas características exigidas neste termo, no prazo a ser determinado pelo órgão solicitante.

8 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 8.1 Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/23:
- 8.1.1 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- 8.1.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao

obro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

- 8.2 A adesão fica condicionada a aceitação pelo fornecedor, bem como pelo órgão gerenciador.

9 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 9.1 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Consórcio ICISMEP e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas do fornecedor designadas para a execução do objeto, sendo o beneficiário do preço registrado o único responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.
- 9.2 O beneficiário do preço registrado guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo Consórcio ICISMEP ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos.
- 9.3 O Consórcio ICISMEP reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto no termo de referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.
- 9.4 O beneficiário do preço registrado não poderá subcontratar partes do objeto da presente Ata, sem a concordância do Consórcio ICISMEP, manifestada após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado e formalizado por termo aditivo, por meio do qual se mantenha a integral responsabilidade do mesmo fornecedor pela entrega dos produtos correspondentes.
- 9.5 Nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.462/23, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.
- ## 10 DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO
- 10.1 A fiscalização do objeto contratado será realizada pelos fiscais designados pelo Consórcio em relação às suas próprias contratações, e pelos fiscais indicados pelos municípios participantes.
- 10.1.1 O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade do detentor do preço registrado pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.
- 10.2 No âmbito do consórcio, o extrato de designação do fiscal deverá ser publicado no órgão oficial do Consórcio ICISMEP em até 5 (cinco) dias após a publicação do extrato da Ata.



10.3 O fiscal atestará, por servidor devidamente identificado, no documento fiscal correspondente a entrega dos produtos nas condições exigidas, inclusive quanto ao quantitativo contratado, constituindo tal confirmação requisito suplementar para a liberação dos pagamentos ao beneficiário do preço registrado.

10.4 O fiscal comunicará ao beneficiário do preço registrado qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigi-la.

11 DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

11.1 O beneficiário do preço registrado responderá por todo e qualquer dano direto provocado ao Consórcio ICISMEP, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Consórcio ICISMEP, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-lhes integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

11.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Consórcio ICISMEP e municípios consorciados (participantes), decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo fornecedor, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Consórcio ICISMEP a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

11.3 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do beneficiário do preço registrado for apresentada ou chegar ao conhecimento do Consórcio ICISMEP, este comunicará ao fornecedor por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar ao Consórcio ICISMEP a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo fornecedor não a eximem das responsabilidades assumidas perante o Consórcio ICISMEP, nos termos desta cláusula.

11.4 Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do Consórcio ICISMEP, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo beneficiário do preço registrado, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento do Consórcio ICISMEP, mediante a adoção das seguintes providências:

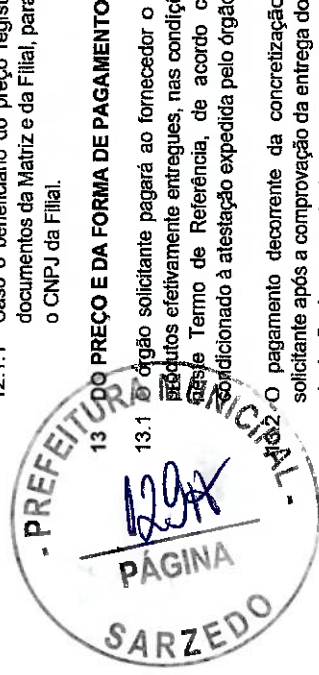
- a) dedução de créditos do fornecedor; ou
- b) medida judicial apropriada, a critério do Consórcio ICISMEP.

12 DO FATURAMENTO

12.1 Os empenhos, as autorizações de fornecimentos e notas fiscais deverão ser emitidas em nome do beneficiário do preço registrado, no CNPJ dos documentos apresentados

na licitação, que consta no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços.

12.1.1 Caso o beneficiário do preço registrado tenha apresentado na licitação os documentos da Matriz e da Filial, para efeitos de faturamento será considerado o CNPJ da Filial.



13 DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 O órgão solicitante pagará ao fornecedor o valor correspondente ao quantitativo de produtos efetivamente entregues, nas condições estipuladas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência, de acordo com os preços que serão registrados, adicionado à atestação expedida pelo órgão participante.

13.2 O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado pelo órgão solicitante após a comprovação da entrega do objeto nas condições exigidas, mediante atestação do responsável e apresentação dos documentos fiscais atualizados, no prazo de até 30 (trinta) dias.

13.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela empresa detentora dos preços registrados em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal.

13.4 Identificada pelo órgão solicitante qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à empresa detentora dos preços registrados para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento desde que devidamente sanado o vício.

13.5 Os pagamentos devidos serão realizados pelos órgãos participantes, sendo vedado o pagamento por intermédio de boleto bancário.

13.6 O pagamento não será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito à alteração de preços, correção monetária ou compensação financeira.

13.7 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a empresa detentora dos preços registrados dará ao órgão solicitante plena, geral e irrevogável, quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

13.8 Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo órgão gerenciador, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal.

14 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderão ser restabelecidos os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

14.2 Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os órgãos participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a

ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

14.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.3.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

14.4 Na ocorrência das situações previstas anteriormente o órgão gerenciador promoverá as necessárias negociações junto aos fornecedores, devendo:

14.4.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

14.4.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

14.4.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

14.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.5.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.6 O setor gerenciador avaliará o mercado constantemente promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento do preço, nos termos do art. 26 e 27 do Decreto nº 11.462/23.

14.7 O gestor da ARP deverá realizar o controle dos produtos entregues, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a

contratação.

14.8 Nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.462/23, fica vedado elevar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

15 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

15.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto federal nº 11.462, de 2023; ou

15.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O registro de preços também poderá ser cancelado por razões de interesse público.

15.3 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

15.4 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

15.4.1 Por razão de interesse público;

15.4.2 A pedido do fornecedor, ou

15.4.3 Se não houver êxito nas negociações.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 Os valores poderão ser reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial.

17 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata;



17.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato/Ata;

17.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 Não celebrar o contrato/Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/Ata;

17.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/Ata;

17.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

17.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

17.2.1 Advertência;

17.2.2 Multa;

17.2.3 Impedimento de licitar ou contratar;

17.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3 Na aplicação das sanções será considerado o disposto no § 1º, do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

17.4 A sanção prevista no subitem 17.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 17.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5 A sanção prevista no subitem 17.2.2, aplicável ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 17.1, será de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência, não podendo ser inferior a 0,5%, observado o disposto no

Item 17.3.

17.6 Nos casos de mora, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a sanção prevista no subitem 17.2.2 poderá ser aplicada na forma que se segue:

17.6.1 Multa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência;

Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço, referente a parcela inadimplida, por ocorrência, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos serviços/produtos, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, hipótese em que poderá ser declarada a inexecução parcial do Contrato/Ata de Registro de Preços;

17.6.3 Multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre os valores da ordem de fornecimento/serviço, referente as parcelas inadimplidas, em caso de descumprimento sistemático e reiterado de obrigações, hipótese em que poderá ser declarada a inexecução total do Contrato/Ata de Registro de Preços.

17.7 A sanção prevista no subitem 17.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 A sanção prevista no subitem 17.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.9 A sanção estabelecida no subitem 17.2.4 será precedida de análise jurídica e observará o disposto no art. 156, § 6º, da Lei nº 14.133/21.

17.10 As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3 e 17.2.4 poderão ser cumulativamente aplicadas com a prevista no subitem 17.2.2.

17.11 A aplicação das sanções previstas nos subitens 17.2.3 e 17.2.4 requererá a instauração de processo de responsabilização para avaliação dos atos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda



produzir.

17.12 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

17.13 A reabilitação do licitante será admitida na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

18 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (ICISMEP)

18.1 Compete ao órgão gerenciador (ICISMEP) praticar os atos de controle e administração do SRP descritos no art. 7º do Decreto Federal nº 11.462/23, em especial:

18.1.1 Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

18.1.2 Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta;

18.1.3 Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

18.1.4 Remanejar os quantitativos da ata;

18.1.5 Gerenciar a ata de registro de preços;

18.1.6 Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

18.1.7 Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.

18.1.8 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, bem como procedimentos administrativos para a aplicação de penalidades relacionadas aos itens adquiridos pelo Construtor;

18.1.9 Definir sobre cancelamento de preço registrado;

18.1.10 Observar as disposições contidas no art. 7º do Decreto Federal nº 11.462/23;

18.2 Compete ao órgão gerenciador efetuar o pagamento ao fornecedor, em relação às suas próprias aquisições.

19 DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (MUNICÍPIOS PARTICIPANTES)

19.1 Serão de responsabilidade do órgão participante:

19.1.1 Pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;

19.1.2 Fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;

19.1.3 Cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;

19.1.4 Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

19.1.5 Demais disposições contidas nesta Ata e na legislação pertinente.

20 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

20.1 Será de responsabilidade do beneficiário do preço registrado cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

20.1.1 Fornecer o objeto previsto nesta Ata, de acordo com as especificações exigidas, de acordo com os preços estipulados em sua proposta;

20.1.2 Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas;

20.1.3 Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão.

20.1.4 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador;

20.1.5 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico.

20.1.6 Emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos.

20.1.6.1 A nota fiscal emitida deverá conter destaque do valor de todos os Tributos passíveis de retenção pelo Órgão Participantes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF.



21 DO MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada órgão participante.

21.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

21.3 O fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

21.3.1 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão ou entidade participante ocorrerão por conta do fornecedor.

21.4 Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os equipamentos e acessórios a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

21.5 Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal quando for o caso.

21.6 Compete ao órgão gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

21.7 Compete ao órgão participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8 O órgão participante deverá designar fiscal da Ata de registro de preços para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este órgão participante e as empresas (fornecedores) contratadas na licitação.

22 DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

22.1 As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência desta Ata, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

22.2 As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro

Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução desta Ata, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

22.3 Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

O Consórcio declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar ao fornecedor, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

23 ANTICORRUPÇÃO

23.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução desta Ata, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24 DO FORO

24.1 Fica eleito o foro da Comarca de Igarapé, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 01 (uma) via, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Joaquim de Bicas/MG, na data da última assinatura digital.

KAROLYNE
KRISTINA DE
OLIVEIRA
SILVEIRA0815
3225693

EUSTAQUIO
DA ABADIA
AMARAL-OS
Assinatura de forma
digital por EUSTAQUIO
DA ABADIA
AMARAL-OS
Data: 2025.11.23
Hora: 13:23

ROBERTO DE
SOUZA
PEDROSA2308737
7649
Assinado de forma digital
por ROBERTO DE
SOUZA
Data: 2025.11.09
Hora: 16:01:32 -03'00'

Diretor Administrativo do Consórcio
ICISMEP

Roberto de Souza Pedrosa
Mundo Office Ltda

Testemunhas:

1 -
Nome Completo:
Carteira de Identidade:
CPF:

2 -
Nome Completo:
Carteira de Identidade:
CPF:

APÊNDICE I

DETALHAMENTO DO QUANTITATIVO PARA OS MUNICÍPIOS COPARTICIPANTES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO ICISMEP	Araricás	Bela Vista de Minas	Bom Despacho	Bumadinho	Campo Belo	Cláudio	Confins	Contagem	Esmeraldas	Flusorel	Formiga	Ibititá	Igarapé	Itauna	Jaboticatubas	Juiz de Fora	Mário Campos	Martinho Campos	Matucana Leme	Matocinhos	Nova Era	Nova Serrana	Ouro Preto	Pará de Minas	Parque	Piranga	Rio Manso	São Domingos do Prata	São Joaquim de Bicas	São Sebastião do Oeste	TOTAL
15	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas - cor preta, capacidade mínima para 150kg, dimensões de 51 x 55cm e Encosto A51 x 53cm	150	50	50	21	60	0	0	200	0	15	0	0	0	36	0	50	0	17	0	0	0	30	0	200	0	0	0	0	0	250	20	1149
17	Cadeira executiva giratória com braços - capacidade mínima de 110kg, medidas 82cm x 50cm x 45cm, revestida em couro, cor preta	548	100	0	130	0	420	20	0	1215	42	72	20	300	205	60	0	50	30	10	100	207	60	30	252	100	40	50	44	0	60	32	4199
23	Cadeiras tipo "ongarinas" 2 lugares - assentos e encostos em poliuretano, 130kg, medidas 100cm x 69cm x 40cm, cores preta, branca e azul	164	10	0	3	0	100	0	0	361	0	0	0	50	60	0	0	10	0	5	0	101	30	0	260	3	10	20	12	0	50	2	1251
30	Cadeiras presidente giratória com braço com oskum - cor preta, capacidade mínima de 120kg, medidas 46cm x 44cm e encosto 42cm x 46,5cm	227	10	0	0	0	150	30	0	671	0	0	0	100	2	0	0	0	0	0	100	0	30	0	330	5	0	0	0	0	80	4	1739
31	Cadeiras presidente giratória com braço com oskum - cor preta, capacidade mínima de 110kg, medidas 63cm x 67cm x 109cm	205	10	0	0	0	220	10	0	125	0	13	10	200	91	0	0	0	20	8	0	79	40	0	180	100	20	30	63	0	100	13	1557

Este documento está assinado digitalmente nos termos da Lei 11.141/2006 e MP 2.206-2/2001. A assinatura digital constitui uma forma de autenticação eletrônica do documento. Os metadados criptográficos associados à esta CIES-VEP impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento sejam alterados ou copiados, (incluindo invocações de garantias, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente ORGAO OFICIAL. Para mais informações, ver sempre www.vep.gov.br.

PORTARIA GM/MS Nº 4.986, DE 7 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a transferência dos recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - Qualifar-SUS aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM baixo, médio e alto no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência dos recursos financeiros destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - Qualifar-SUS aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM baixo, médio e alto no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput serão transferidos pelo Ministério da Saúde aos municípios, na modalidade de repasse fundo a fundo.

Art. 2º Os recursos financeiros de que trata esta Portaria deverão ser utilizados exclusivamente no âmbito do Qualifar-SUS, observadas as seguintes regras:

- I - os recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde deverão ser utilizados para mobiliários e equipamentos necessários à estruturação das Centrais de Abastecimento Farmacêutico e Farmácias no âmbito da Atenção Básica em Saúde; e
- II - os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde deverão ser utilizados para serviços e outras despesas de custeio relacionados aos objetivos do Eixo Estrutura do Qualifar-SUS.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos financeiros de que trata esta Portaria para aquisição de medicamentos e insumos.

CAPÍTULO II

DO INCENTIVO FINANCEIRO DE ESTRUTURAÇÃO

Art. 3º Para fins de recebimento do incentivo financeiro de estruturação da rede de serviços públicos de saúde do Eixo Estrutura Qualifar-SUS, devem ser observadas as seguintes etapas:

- I - inscrição para participação;
- II - processo de seleção dos municípios inscritos com IDHM baixo, médio e alto, por meio da aplicação dos critérios técnicos de priorização;
- III - habilitação, mediante publicação de portaria da Ministra de Estado da Saúde com a relação dos municípios habilitados para o recebimento do incentivo financeiro de estruturação; e
- IV - repasse dos recursos, na modalidade fundo a fundo, aos municípios habilitados.

Art. 4º O município interessado no processo de seleção para o recebimento do incentivo financeiro de estruturação deverá se inscrever mediante preenchimento e envio de formulário disponível no site eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/ acesso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos>.

§ 1º **Inscrição.** A inscrição, deverá ser indicada, no limite do valor de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde destinado ao porte do município, de que trata o art. 8º, exclusivamente equipamentos de atividades relacionados a assistência farmacêutica.

§ 2º O preenchimento e o envio do formulário deverão ser realizados no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de publicação desta Portaria.

§ 3º Serão considerados elegíveis para pleitear a habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de estruturação os municípios com IDHM baixo, médio e alto com até 500.000 (quinhentos mil) habitantes e que não tenham sido contemplados nas Portarias relacionadas a seguir:

I - Portaria GM/MS nº 22, de 15 de agosto de 2012;

II - Portaria GM/MS nº 39, de 13 de agosto de 2013;

III - Portaria GM/MS nº 2.107, de 23 de setembro de 2014;

IV - Portaria GM/MS nº 3.457, de 15 de dezembro de 2017;

V - Portaria GM/MS nº 229, de 31 de janeiro de 2018;

VI - Portaria GM/MS nº 3.931, de 11 de dezembro de 2018;

VII - Portaria GM/MS nº 3.038, de 21 de novembro de 2019, ou

VIII - Portaria GM/MS nº 2.528, de 20 de dezembro de 2023.

§ 4º A lista com os municípios elegíveis de que trata o § 3º será disponibilizada no site eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/ acesso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos>.

Art. 5º Serão selecionados para o recebimento do incentivo financeiro de estruturação pelo menos 428 (quatrocentos e vinte e oito) municípios com IDHM baixo, médio e alto, observados os seguintes critérios técnicos de priorização:

I - menor IDHM;

II - maior Índice de Vulnerabilidade Social - IVS; e

III - menor porte populacional.

§ 1º A relação de municípios selecionados, com a respectiva classificação, será disponibilizada no site eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/ acesso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos>.

§ 2º O processo de seleção terá validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de publicação da relação de municípios de que trata o § 1º, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, por ato do Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Art. 6º Os municípios selecionados serão habilitados gradativamente durante o prazo de validade do processo de seleção, de que trata o art. 5º, §2º, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde publicará portaria de habilitação dos municípios que farão jus ao incentivo financeiro de estruturação.

Art. 7º O incentivo financeiro de estruturação será repassado aos municípios em parcela única após a publicação da portaria de habilitação de que trata o art. 6º.

Parágrafo único. O efetivo repasse ocorrerá somente após o fim do período eleitoral.

Art. 8º O valor do incentivo financeiro de estruturação considerará o porte populacional dos municípios, nos seguintes termos:

I - Porte 1 - municípios com até 5.000 (cinco mil) habitantes: R\$ 25.239,31 (vinte e cinco mil e duzentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos);

II - Porte 2 - municípios com 5.001 (cinco mil e um) a 10.000 (dez mil) habitantes: R\$ 29.092,64 (vinte e nove mil e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos).



III - Porte 3 - municípios com 10.001 (dez mil e um) a 20.000 (vinte mil) habitantes: R\$ 35.083,13 (trinta e cinco mil e oitenta e três reais e treze centavos);

IV - Porte 4 - municípios com 20.001 (vinte mil e um) a 50.000 (cinquenta mil) habitantes: R\$ 45.654,23 (quarenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos);

V - Porte 5 - municípios com 50.001 (cinquenta mil e um) a 100.000 (cem mil) habitantes: R\$ 60.816,00 (sessenta mil oitocentos e dezesseis reais); e

VI - Porte 6 - municípios com 100.001 (cem mil e um) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes: R\$ 65.367,14 (sessenta e cinco mil e trezentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos).

§ 1º Para fins do disposto no caput, o porte populacional do município será determinado de acordo com a população estimada nos referidos entes federativos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no Censo Demográfico realizado no ano de 2022.

§ 2º Na hipótese de o custo final para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, indicados no ato de inscrição, de que trata art. 4º, §1º, ser inferior ao valor de incentivo financeiro de estruturação repassado pelo Ministério da Saúde, a respectiva diferença no valor dos recursos poderá ser utilizada pelo município para a aquisição de outros itens pertencentes à Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS - RENEM, necessários à estruturação das Centrais de Abastecimento Farmacêutico e Farmácias no âmbito da Atenção Básica em Saúde.

CAPÍTULO III

DO INCENTIVO FINANCEIRO DE MANUTENÇÃO

Art. 3º O valor do incentivo financeiro de manutenção das ações de serviços públicos de saúde do Eixo Estrutura do Qualificar-SUS será de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para cada município habilitado, nos termos do art. 6º, independentemente de sua faixa populacional.

§ 1º O repasse do incentivo financeiro de que trata o caput será realizado:

I - em parcela única, no ano da habilitação; e

II - nos anos subsequentes, em 4 (quatro) parcelas, com periodicidade trimestral, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) utilização do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - Hórus, de que trata o art. 391 § 3º, inciso I, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017; ou

b) envio das informações relativas à assistência farmacêutica na Atenção Básica para a Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS - BNAFAR/SUS, por meio do web service ou SOA Bnafar, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à competência de referência, nos termos do art. 391, §3º, inciso II, e art. 392, § 4º, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.

§2º O descumprimento do disposto no inciso II do § 1º, por responsabilidade exclusiva do município, implicará na suspensão do repasse do incentivo financeiro de manutenção no referido trimestre avaliado, salvo no caso de instabilidade, por motivo técnico, no recebimento de dados pela Bnafar/SUS, transmitidos do sistema Hórus, web service ou SOA Bnafar, conforme análise do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Ministério da Saúde.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O monitoramento das ações desenvolvidas em decorrência dos repasses dos recursos definidos nesta Portaria será realizado pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, por meio do acompanhamento da utilização do sistema Hórus ou da transmissão das informações relativas à assistência farmacêutica na atenção básica para a Bnafar/SUS, conforme o art. 9º, § 1º, inciso II, alínea "b".

Art. 11. O repasse dos recursos financeiros de que trata esta Portaria será realizado diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os respectivos Fundos Municipais de Saúde, de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 1º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos dos incentivos financeiros repassados aos municípios de que trata esta Portaria deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG da respectiva unidade federativa.

§ 2º Nos casos de inexecução, total ou parcial, dos recursos de que trata esta Portaria no objeto pactuado, será aplicado o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012 e na Portaria GM/MS nº 885, de 4 de maio de 2021.

Art. 12. O prazo para execução do recurso do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde repassado é de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses contados do efetivo recebimento pelo município.

Art. 13. Os recursos financeiros para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.511720AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS.

Art. 14. Ao Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos compete realizar o processo de seleção e habilitação dos municípios, bem como o monitoramento das ações de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. O Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos disponibilizará no sítio eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/ acesso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos> documento com os critérios técnicos e a metodologia utilizada para a execução do disposto desta Portaria.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

Registre-se que, caso as informações constantes neste instrumento conflitem com as estabelecidas no respectivo edital e seus anexos, prevalecerá o texto indicado neste Termo de Referência.

ÁREA DEMANDANTE/SIGLA: Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica

1 - DEFINIÇÃO COMPLETA DO OBJETO

1.1- Descrição do objeto:

Aquisição, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARAÓPEBA destinada Assistência Farmacêutica de Sarzedo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Cadeira ergonômica para escritório com rodinhas – base giratória, ajuste de altura e de encosto, estofado e encosto de espuma, forrados em tecido, com apoio ajustável para braços, alta resistência, durabilidade e conforto, cor preta. Com capacidade mínima para suportar 150 kg e dimensões de Assento: L51 x C55 cm / Encosto: A51 x C53 cm. Marca / Modelo: RHODES - GIRATORIO	UNIDADE	10	R\$ 410,00	R\$ 4100,00

1.2 - Agrupamento de itens:

A presente contratação será por:

(x) Itens isolados.

() Grupo de itens/Lote. A justificativa deverá ser registrada no tópico 5 deste TR.

1.3 - Os recursos financeiros utilizados serão os transferidos ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - Qualifar-SUS pela portaria GM/MS nº 4.986, de 07 de agosto de 2024 e resolução SES/MG 8062/2022, conta 14503-3.

1.4 – Estimativa de Valor:

A estimativa da contratação corresponde ao valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 936/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 89/2025, gerenciada pelo INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MÉDIO PARAÓPEBA, cuja a detentora é a empresa MUNDO OFFICE LTDA. R\$ 410,00 por unidade, totalizando R\$ 4100,00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ETP

2.1 No presente caso é indispensável a apresentação de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e de qualificação econômico-financeira, dentro daqueles previstos nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/21, ademais, os itens entregues deverão ser novos, com no mínimo 12 meses de garantia, a contar da emissão da Nota Fiscal, contra quaisquer defeitos de fabricação e também devidamente embalados e protegidos.

2.2 – ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(x) Presente

() Ausente. **Justificativa para ausência:** Dispensado o ETP por tratar-se de itens cuja compra é rotineira deste órgão, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.636/2024 e processos anteriores.

3 - VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E INDICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO

3.1 O início da vigência da presente contratação está previsto para a seguinte data:

A contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

3.2 - A duração da vigência será:

() Pelo seguinte número de meses: 12

(x) Até o final do exercício da contratação.

3.3 - Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado:

(X) Não se aplica.

() Sim. Justificativa:

3.4 - Há possibilidade de prorrogação?

(x) Não. Em razão de: a entrega dos bens ser em parcela única e imediata.

() Sim. Número de meses 12 meses. Fundamento legal: Artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021.

4 - EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - A gestão da contratação será atribuída ao titular do seguinte servidor:

Franciele Penha Chaves da Silva – Farmacêutica - Matrícula: 11751

4.2 - Em razão da natureza do objeto, do volume de bens e seus valores, a fiscalização:

() será exercida pelo próprio gestor

(x) pelo seguinte servidor: Greiciane da Silva Lara - Matrícula: 5707 - Farmacêutica

() após a contratação, será designado pelo gestor servidor lotado em setor sob sua supervisão hierárquica.

() será nomeada comissão para recebimento provisório e definitivo dos bens emato próprio pela diretoria ou autoridade equivalente, a qual compete asseguintes funções.

4.3 - O faturamento será realizado:

(X) Ao final da entrega do bem

() Por evento.

() Da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
SETOR DE COMPRAS - SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024



4.3.1 – Do pagamento e dotação:

- I. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.
- II. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- III. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Sarzedo/MG e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
- IV. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Sarzedo/MG, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Solicitação de Fornecimento.
- V. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Sarzedo/MG.
- VI. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.
- VII. O Município de Sarzedo/MG poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
 - a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Sarzedo/MG.
 - b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
 - c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Sarzedo/MG.
 - d) Débito da CONTRATADA para com o Município de Sarzedo/MG quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
 - e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- VIII. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Sarzedo/MG, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.
- IX. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das dotações constantes na Solicitação de Fornecimento

4.4- A forma de entrega dos bens é:

(x) Única, para todos os itens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

....., para todos os itens exceto o item

Parcelada Para todos os itens

Parcelada para os itens

4.5.1 - Forma de parcelamento:

Não se aplica

4.6 - O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento, no seguinte setor:

- Setor de Patrimônio – Rua Eduardo Cozac, n.º 369, Bairro Centro, Sarzedo/MG – aos cuidados da Sra. Roseli Nascimento, mediante agendamento por meio dos telefones (31) 3577-7440 e (31) 9 9141-4354, ou pelo e-mail: patrimonio@sarzedo.mg.gov.br, no horário entre 08:00 e 16:00, nos dias úteis

4.7 - Regras para a entrega do objeto:

- a) A entrega do(s) bem(ns) será feita pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para a PMS.
- b) Não serão aceitos produtos com quaisquer defeitos de fabricação componentes faltantes.
- c) O recebimento dos produtos será provisório, ou seja, sem verificação imediata. Os produtos serão conferidos posteriormente de forma minuciosa e, em caso de aprovação, será confirmado como recebimento definitivo, no prazo de 3 dias úteis.
- d) Sendo reprovados os produtos, a fornecedora será convidada a recolher e substituir em prazo não superior a 48 horas, sem quaisquer ônus para a SMS.
- e) Não serão aceitos produtos fora da embalagem original ou com embalagem adulterada, violada ou danificada

5 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Central de Abastecimento Farmacêutico realiza atividades administrativas e operacionais relacionadas ao recebimento, conferência, armazenamento, controle e distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Os servidores lotados no setor desempenham atividades contínuas em estações de trabalho que exigem permanência prolongada sentada, utilização de computadores e movimentação frequente entre mesas e bancadas.

Atualmente, parte do mobiliário apresenta desgaste pelo uso prolongado, perda de funcionalidade e ausência de características ergonômicas adequadas, o que pode comprometer o conforto, a saúde ocupacional e a produtividade dos servidores.

Diante disso, verifica-se a necessidade de aquisição de cadeiras giratórias ergonômicas de escritório, visando garantir condições adequadas de trabalho, segurança e ergonomia aos servidores da Central de Abastecimento Farmacêutico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

5.1 - JUSTIFICATIVAS DO QUANTITATIVO SOLICITADO:

A estimativa considera a necessidade de substituição e adequação das estações de trabalho da Central de Abastecimento Farmacêutico e outros estabelecimentos da Assistência Farmacêutica, que totalizam 6 unidades.

5.2 - JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE MARCAS:

Não houve exigência de marca.

6 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será formalizada por:

(x) Termo de adesão/Ata de Registro de Preços.

() Nota de empenho (por se tratar de situação prevista nos incisos I ou II do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).



6.1 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência, registro e validade;
- Todos os produtos deverão observar rigorosamente as determinações legais no que tange ao registro, autorização de produção, ao armazenamento e à comercialização nos órgãos competentes;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o item que for considerado defeituoso pelo requisitante;
- Entregar os produtos em suas embalagens originais e em perfeitas condições;
- Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
- Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

6.2 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

CEP 32.450-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETOR DE COMPRAS – SMS

TERMO DE REFERÊNCIA – BENS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal n.º 1.643/2024

constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

- Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
- Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

7 DISPOSIÇÕES SOBRE POSSÍVEIS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

Não se aplica.

8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Fornecedor detentor da referida ARP:

MUNDO OFFICE LTDA

CNPJ nº 23.317.916/0001-75

9 DATA E ASSINATURAS

Sarzedo/MG, 28 de julho de 2026

FRANCIELE P. CHAVES
Farmacêutica
CRF-MG 44.653

Franciele Penha Chaves da Silva – Farmacêutica da CAF de Sarzedo



RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.062, DE 22 DE MARÇO DE 2022.

Estabelece normas gerais para concessão de incentivo financeiro destinado à aquisição de mobiliários e equipamentos e/ou obras/instalações de farmácias públicas dos municípios que aderirem à Política de Descentralização do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa; e
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.752, de 22 de março de 2022, que aprova as normas gerais para concessão de incentivo financeiro destinado à aquisição de mobiliários e



equipamentos e/ou obras/instalações de farmácias públicas dos municípios que aderirem à Política de Descentralização do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica.

RESOLVE:

Art. 1º – Estabelecer normas gerais de concessão de incentivo financeiro destinado à aquisição de mobiliários e equipamentos e/ou obras/instalações de farmácias públicas dos municípios que aderirem à Política de Descentralização do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (PDCEAF), disposta na Resolução SES/MG nº 7.628, de 03 de agosto de 2021.

Parágrafo único – O incentivo visa contribuir para a estruturação dos serviços farmacêuticos no SUS, de modo que estes sejam compatíveis com as atividades desenvolvidas no âmbito da PDCEAF.

Art. 2º - Para fazerem jus ao incentivo financeiro de que trata esta Resolução, os municípios deverão aderir à PDCEAF, nos termos da Resolução SES/MG nº 7.628, de 03 de agosto de 2021, e firmar Termo de Compromisso próprio, por meio de processo digital no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SIG-RES) ou outra forma definida pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG).

§ 1º - Os municípios que foram beneficiados pela Resolução SES/MG nº 7.824, de 05 de novembro de 2021, mas que possuem mais de uma unidade financiável poderão fazer jus ao incentivo disposto nesta Resolução apenas com a(s) unidade(s) remanescente(s).

§ 2º - As informações referentes a quantidade de Estabelecimentos de Saúde financiáveis por cada município poderão ser verificadas no site sigafajuda.wordpress.com, na página "Documentos", "CEAF", "PDCEAF", "Informações úteis".

§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) interessada deverá encaminhar à respectiva URS a solicitação de adesão, via ofício, expressando o interesse em receber o incentivo financeiro de que trata essa Resolução com o plano de trabalho conforme modelo a ser divulgado posteriormente pela Diretoria de Medicamentos Especializados (DMESP)/ Superintendência de Assistência Farmacêutica (SAF).

§ 4º - O ofício a ser enviado pela SMS interessada deverá indicar o valor total constante no Plano de Trabalho e o número do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNEP) da unidade beneficiada.





§ 5º - Caso o custo dos mobiliários e equipamentos e/ou obras/instalações de farmácias públicas seja maior do que o valor aprovado pela SES/MG, o aporte adicional será de responsabilidade do município.

§ 6º - O Termo de Compromisso deverá ser assinado no prazo máximo de 30 (trinta) dias do cadastro no SIG-RES.

§ 7º - Excepcionalmente, poderá ser admitida assinatura fora do prazo previsto no parágrafo anterior, desde que seja comprovada a existência de problemas de acesso ou operação do SIG-RES ou outra forma definida pela SES/MG, submetida à aprovação da DMESP e SAF/SES/MG.

Art. 3º - Os Municípios que aderirem aos termos desta Resolução, deverão encaminhar um Plano de Trabalho, conforme modelo a ser detalhado em Nota Técnica, que será elaborada e publicizada pela Diretoria de Medicamentos Especializados - DMESP por meio das Coordenações de Assistência Farmacêutica (CAFs) em até 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 4º - Os recursos financeiros de que trata esta Resolução correrão por meio de repasse único, do Fundo Estadual de Saúde (FES) diretamente aos Fundos Municipais de Saúde (FMS), após assinatura do Termo de Compromisso pelo Gestor Municipal no SIG-RES, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010 e suas atualizações, e em observância ao cumprimento de indicadores e aos critérios dispostos no Anexo II desta Resolução.

§ 1º - O incentivo financeiro de que trata essa Resolução será destinado exclusivamente para os Municípios que aderirem à PDCEAF e manifestarem interesse no presente incentivo.

§ 2º - Os recursos advindos do incentivo financeiro de que trata esta Resolução devem ser utilizados exclusivamente nos estabelecimentos de saúde indicados para a execução da PDCEAF.

§ 3º - Os indicadores de que trata o *caput* deste artigo serão "Percentual de Aquisição dos Itens do Plano de Trabalho" e "Percentual de Execução do Orçamento do Plano de Trabalho com as Obras/Instalações", conforme disposto no Anexo I desta Resolução.



§ 4º - Caso a meta destes indicadores não seja atendida, o município deverá ressarcir o erário de quaisquer repasses de incentivo financeiro que tiverem sido efetuados, proporcionalmente ao percentual de não atingimento da meta.

Art. 5º - Os recursos financeiros de que trata esta Resolução serão repassados por estabelecimento de Saúde da PDCEAF e conforme planos de trabalhos a serem enviados para os municípios interessados em aderir e previamente aprovados pela DMESP.

§ 1º - Os valores dos recursos serão repassados conforme porte populacional do município e número de municípios atendidos pelo CEAF nas Coordenações de Assistência Farmacêutica (CAF), de acordo com a tabela disposta no Anexo II desta Resolução.

§ 2º - Os planos de trabalho deverão conter os itens que serão adquiridos para equipar os Estabelecimentos de Saúde de execução da PDCEAF, bem como orçamento de possíveis obras/instalações que serão executadas para adequar as unidades para este fim.

§ 3º - Os municípios poderão elencar em seus planos de trabalho somente itens a serem adquiridos, somente obras/instalações de farmácias públicas, ou ambos.

§ 4º - Na hipótese de os municípios elencarem ambos, a parcela será calculada com base em uma média simples entre os dois indicadores e caso os municípios escolham só um, o cálculo da meta dos indicadores considerará apenas o indicador concernente.

§ 5º - Os recursos financeiros destinados à estruturação dos Estabelecimentos de Saúde serão repassados conforme disponibilidade orçamentária da SES/MG e classificação, em ordem decrescente, de número de municípios atendidos nas Coordenações de Assistência Farmacêutica (CAF) no ano de 2020.

§ 6º - As informações referentes ao valor máximo financiável para cada município e por cada Estabelecimento de Saúde poderão ser verificadas no site sigafajuda.wordpress.com, na página "Documentos", "CEAF", "PDCEAF", "Informações úteis".

Art. 6º - Para cumprimento das ações dispostas nesta Resolução os municípios poderão destinar os recursos recebidos apenas para despesas de investimento estabelecidas no Plano de Trabalho.

Parágrafo único - As obras/instalações dos Estabelecimentos de Saúde deverão preferencialmente ser realizadas em imóveis públicos, sendo vedada intervenções em imóveis não públicos.



Art. 7º – Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses para cumprimento do Plano de Trabalho, contados a partir da efetivação do repasse pelo Fundo Estadual de Saúde.

Parágrafo único – O prazo de execução poderá ser prorrogado a depender da aprovação da DMESP.

Art. 8º – Os saldos identificados até a Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata essa Resolução poderão ser utilizados para investimento na estruturação da Assistência Farmacêutica no âmbito do Município.

Art. 9º – Os prazos estabelecidos nesta Resolução poderão ser prorrogados por conveniência da SES/MG, após parecer da Superintendência de Assistência Farmacêutica/SAF, por meio de Termo Aditivo a ser assinado no SIG-RES.

Art. 10 – Os recursos financeiros mencionados nesta Resolução perfazem o valor total de R\$ 55.630.000,00 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e trinta mil reais), que correrão à conta da dotação orçamentária nº 4291.10.303.156.4467.0001 - 444142 - 10.1 e serão repassados diretamente do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde e deverão ser movimentados em conta específica e exclusiva.

Parágrafo único - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias específicas aprovadas para os mesmos, considerando o disposto no Plano Plurianual de Ação Governamental e Lei Orçamentária Anual.

Art. 11 - Os repasses para os Municípios serão efetuados em contas específicas da Resolução, de acordo com o Decreto Estadual nº 45.468/2010, que trata das transferências de recursos Fundo a Fundo.

Art. 12 - O município deverá inserir e validar os dados referentes à prestação de contas nos prazos e nas regras vigentes em instrumento específico.

§ 1º - A prestação de contas dos valores repassados aos beneficiários do incentivo financeiro de que trata esta Resolução deverá ser realizada no Sistema Gerenciador de Indicadores, Compromissos e Metas (GEICOM) e observar o disposto na Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014 e suas atualizações.



§ 2º - Caso o município não cumpra com a obrigação inscrita no caput deste artigo e/ou esteja fora do prazo estipulado, a SES/MG poderá aplicar as penalidades cabíveis na legislação vigente.

Art. 13 - A Unidade Regional de Saúde poderá, a qualquer tempo, verificar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Resolução.

Parágrafo único – A SES/MG poderá, a qualquer momento, solicitar a visita, *in loco*, de um técnico de seu quadro de pessoal para a verificação do efetivo cumprimento do plano de trabalho.

Art. 14 – Conforme o art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, os documentos relacionados ao Termo de Compromisso deverão ficar arquivados na instituição beneficiária pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.

Parágrafo único – Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Art. 15 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de março de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.062, DE 22 DE MARÇO DE 2022.

Indicadores

Indicador 1: Percentual de Aquisição dos Itens do Plano de Trabalho

Descrição: Reflete o percentual em que os itens listados no Plano de Trabalho foram adquiridos para equipar os Estabelecimentos de Saúde responsáveis pela Execução da PDCEAF.

Método de Cálculo: Conforme fórmula abaixo.

$$\left(\frac{\text{Itens adquiridos}^A}{\text{Itens listados no Plano de Trabalho}^B} \right) \times 100$$

Legenda:

A = Quantidade de itens adquiridos para equipar os Estabelecimentos de Saúde de execução da PDCEAF

B = Quantidade de itens listados no Plano de Trabalho para serem adquiridos para equipar os Estabelecimentos de Saúde de execução da PDCEAF, caso necessário.

Fonte: Relatório de visita realizada pela equipe da URS

Periodicidade: Única, ocorrendo no prazo de até 12 (doze) meses após o repasse, em conformidade com o Art. 7º desta Resolução.

Meta: 100%

Unidade de Medida: Percentual (%) com duas casas decimais.

Polaridade: Maior Melhor

Número de Períodos de Monitoramento: 1

Data Inicial: A partir da Assinatura do Termo de Compromisso

Indicador 2: Percentual de Execução do Orçamento do Plano de Trabalho com as Obras/Instalações

Descrição: Reflete a taxa em que o orçamento previsto no Plano de Trabalho foi executado com as obras/instalações para adequar os Estabelecimentos de Saúde responsáveis pela Execução da PDCEAF.

Método de Cálculo: Conforme fórmula abaixo.

$$\left(\frac{\text{Orçamento executado}^A}{\text{Orçamento previsto no Plano de Trabalho}^B} \right) \times 100$$

Legenda:

A = Orçamento executado com as obras/instalações para adequar os Estabelecimentos de Saúde responsáveis pela Execução da PDCEAF.



B = Orçamento de possíveis obras/instalações que serão executadas para adequar os Estabelecimentos de Saúde responsáveis pela Execução da PDCEAF, caso necessário, indicado no Plano de Trabalho

Fonte: Relatório de visita realizada pela equipe da URS

Periodicidade: Única, ocorrendo no prazo de até 12 (doze) meses após o repasse, em conformidade com o Art. 7º desta Resolução.

Meta: 100%

Unidade de Medida: Percentual (%) com duas casas decimais.

Polaridade: Maior Melhor

Número de Períodos de Monitoramento: 1

Data Inicial: A partir da Assinatura do Termo de Compromisso





ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG N° 8.062, DE 22 DE MARÇO DE 2022.

Tabela de porte populacional do município e número de municípios atendidos pelo CEAF

Porte populacional	Faixa de pacientes atendidos CEAF (2020)	N Municípios	Investimento por unidade	N máximo de unidades financiáveis por município
Até 21.000	até 29	135	R\$ 50.000,00	1
	30 a 500	536	R\$ 80.000,00	1
Total Até 21.000		671		
21.001 a 90.000	30 a 500	110	R\$ 80.000,00	1
	501 a 1000	28	R\$ 100.000,00	2
	1.001 a 2.500	2	R\$ 120.000,00	3
Total 21.001 a 90.000		140		
90.001 a 334.000	30 a 500	1	R\$ 80.000,00	1
	501 a 1000	10	R\$ 90.000,00	2
	1.001 a 2.500	21	R\$ 120.000,00	3
	acima de 2.501	3	R\$ 140.000,00	4
Total 90.001 a 334.000		35		
Acima de 334.001	1.001 a 2.500	1	R\$ 120.000,00	3
	acima de 2.501	6	R\$ 140.000,00	4
Total Acima de 334.001		7		
Total		853		



